UFCA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

LAURBS

diálogos, práticas e políticas públicas de desenvolvimento urbano

Organizadores

Polliana de Luna Nunes Barreto
Diego Coelho do Nascimento

LAURBS

diálogos, práticas e políticas públicas
de desenvolvimento urbano

LAURBS: diálogos, práticas e políticas públicas e desenvolvimento urbano

© 2022 Copyright by Polliana de Luna Nunes Barreto Diego Coelho do Nascimento (Orgs.)
Efetuado depósito legal na Câmara Brasileira do Livro (CBL)

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639 - Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE
CEP 63048-080 - Telefone: (88) 3221-9200

Organizadores
Polliana de Luna Nunes Barreto
Diego Coelho do Nascimento

Capa
Bárbara L. Alexandre F. Mota
Hemerson Soares da Silva

Projeto editorial e diagramação
Bárbara L. Alexandre F. Mota

Prefácio
Laura Hévila Inocencio Leite

Revisão geral
Ana Lúcia L. Pinheiro

Dados internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

L377 LAURBS: Diálogos, práticas e políticas públicas de desenvolvimento urbano / organizado por Polliana de Luna Nunes Barreto, Diego Coelho do Nascimento. - Juazeiro do Norte: UFCA, 2022.
PDF 158 p.; il. color.

Modo de acesso: <https://ebooks.ufca.edu.br/catalogo/>
ISBN 978-65-88329-39-9

1. Políticas Públicas. 2. Interdisciplinaridade. 3. Estudos urbanos. I. Barreto, Polliana de Luna Nunes. II. Nascimento, Diego Coelho do.

CDD 320.6

Bibliotecária: Glacinésia Leal Mendonça

Sumário

Artigo 1

O Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS): uma história em construção.....10
Autoria: Diego Coelho do Nascimento

Artigo 2

Cidade.....28
Autoria: Romênia Oliveira de Souza

Artigo 3

Projeto "Cultura Sustentável": tecnologia social e desenvolvimento sustentável no bairro alto da penha em Crato–CE.....54
Autoria: Maria Isabel de Sousa Bezerra; Flávia Hellen de Sousa Bezerra

Artigo 4

Crises ambientais e o princípio jurídico da Sustentabilidade: reflexões em torno da crise sanitária provocada pela pandemia de Sars-Cov-2.....75
Autoria: João Paulo Jacó Sampaio; Francilda Alcantara Mendes

Artigo 5

O "despertar" para as potencialidades do turismo no Cariri Cearense: um estudo de caso na Jerusalém Sertaneja–Juazeiro do Norte–Ceará.....88
Autoria: Bárbara Almeida Oliveira; Geovane Gesteira Sales Torres

Artigo 6

Políticas públicas e ampliação do ensino superior no Brasil do século XXI: significados do acesso à universidade entre jovens de origens populares.....113
Autoria: Ricardo Cruz Macedo

Artigo 7

Hegemonia Americana: poder econômico e militar.....125
Autoria: Kátia Regina Rodrigues Lima; Emmanoel Lima Ferreira; Patric Anderson Gomes da Silva; Janiel Barbosa da Silva

Artigo 8

Síntese sobre as teorias do desenvolvimento nas ciências sociais.....134
Autoria: Romênia Oliveira de Souza

Artigo 9

Provocações, lacunas e certezas temporárias.....157
Autoria: Polliana de Luna Nunes Barreto

Prefácio

> "A busca do bem comum é também lutar por políticas públicas onde direitos e deveres são os pilares para a construção de um novo jeito de se viver em sociedade".
>
> Celina Missura

Escrever a apresentação de um livro não é tarefa das mais fáceis. Mas, por ser esta obra o desdobramento intelectual dos organizadores Polliana de Luna Nunes Barreto e Diego Coelho do Nascimento que compõem este livro, cujo título é LAURBS: Diálogos, Práticas e Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal do Cariri, senti-me honrada e feliz, principalmente por fazer parte da materialidade que é o compromisso deste grupo de pesquisa. Constrói-se aqui, um espaço de debate, análise e produção de conhecimentos acerca das questões urbano-regionais e metropolitanas, de sustentabilidade e das políticas públicas de modo geral, com maior ênfase nas políticas urbanas, ambientais e educacionais. A tarefa, outrora desafiadora, torna-se prazerosa e enriquecedora. Obrigada pela oportunidade!

Esta obra traduz a contribuição científica dos autores, advindos de variados campos do conhecimento, e com perspectivas diversas acerca de um olhar técnico, mas humanizado sobre as questões referentes ao desenvolvimento urbano e territorial. Já no primeiro artigo, é apresentado um relato da criação e da recente trajetória de um coletivo que reúne pesquisa e extensão universitária também de ensino, como fica claro em todo o texto, no anseio de auxiliar na construção de uma nova sociedade, mais justa, acessível, inclusiva e sustentável. Esse texto explica como nasceu o Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (Laurbs), de modo interdisciplinar e interinstitucional, abrigado no seio da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e que dá nome ao livro. É uma leitura rica, pois apresenta a importância de um grupo de pesquisa com um caráter interdisciplinar. Entre saberes e fazeres de diversos autores de diferentes núcleos de conhecimento. Há no livro uma preocupação

de uma produção alinhada às demandas regionais e revela a existência de uma Universidade Pública Federal que cresce com qualidade.

Os artigos que se seguem abordam desde questões multidisciplinares sobre cidade, que consideram no discurso componentes da rede conceitual que atravessam a cidade. Escritos que apresentam da contemporaneidade e do cotidiano como o projeto cultural sustentável que versa sobre o conceito de crescimento econômico, economia solidária, gestão social e moedas sociais, mas faz um paralelo com as tecnologias sociais e o seu impacto para o desenvolvimento sustentável, tendo como objeto um bairro na cidade de Crato-CE. Este artigo alinha-se com outro que reflete o princípio jurídico da sustentabilidade, onde a autora associa a pesquisa à crise vivenciada em torno da pandemia de Sars-Cov-2.

O que acontece dentro dos muros de uma instituição de ensino está organicamente imbricado com o "fora", conectado com tudo que acontece em uma sociedade de disputas e interações sociais e territoriais. Portanto, os textos finais do livro possuem um conjunto de temas que se "entrelaçam", são temas/problemas que se modelam em um grupo que nomeio de cotidiano de quem ensina e aprende.

Nesse sentido, o conjunto inicia-se sobre turismo de Cariri, desde a construção histórica até a potencialidade de um turismo religioso ora comparado à Jerusalém sertaneja. Assim, faz-se importante contemplar as romarias em Juazeiro do Norte-CE como fenômenos identitários, econômicos, políticos, culturais, estéticos e religiosos. Os quais atraem intensos e diversos interesses sociais, gerando disputas discursivas.

Não por acaso, o artigo que segue versa sobre políticas públicas no Brasil, focado na ampliação do ensino superior. Se fizermos um paralelo sobre os dados do turismo regional apresentado, e reconhecendo o potencial de polo universitário que é o Cariri, entendemos o impacto direto para o interesse público pela região.

A própria contemporaneidade é o motor propulsor da reflexão. Os autores olharam para o agora, mas repletos e conectados com o que possibilitou e gerou o que eles são. Nesse sentido, os três últimos artigos refletem esse olhar: rever a história do poder econômico e militar através da hegemonia americana, ao

passo que fazem uma síntese sobre o desenvolvimento das ciências sociais e suas considerações sobre o espaço e as políticas de desenvolvimento regional.

Finalmente o último artigo, como o próprio título sugere, nos provoca a reflexão do que esse conjunto de artigos quis desde o início trazer que a "educação do futuro deve levar em consideração o global, o contexto, o multidimensional e o complexo, a fim de que seja gerado um conhecimento pertinente, não abandonando a especialização, mas conjugando as partes em busca do todo", conforme a própria autora.

Não posso deixar de lembrar que o futuro também está nas linhas que foram escritas. O que eles esperam do amanhã motivou a escrita dos textos. Lembro novamente que o livro tem um endereço de entrega, são os outros que querem educar e possibilitar uma existência mais multidimensional. Poderão ser professores ou não.

Minhas palavras são de reconhecimento, para poder deixar a todos os interessados o prazer de aprender e refletir. Foi uma experiência minimamente construtiva a leitura realizada. Não somente apresento em linhas gerais o que trata a referida escritura, como recomendo o seu uso, como disse Paulo Freire em Moacir Gadotti, Paulo Freire: Uma Biobibliografia, 1996, "Não basta saber ler que "Eva viu a uva". É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho".

Boa leitura!

Laura Hévila Inocencio Leite
(Universidade Federal do Cariri)

O Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS): uma história em construção

Diego Coelho do Nascimento[1]

INTRODUÇÃO

Ensino, pesquisa e extensão são o famoso tripé universitário na busca por uma universidade mais justa, includente e próxima dos anseios reais da sociedade. São muitas as perspectivas, paradigmas e percalços que permeiam a relação universidade e sociedade e o próprio ensino superior brasileiro, envolvendo inclusive o tripé universitário anteriormente mencionado. Porém, aqui não pretendemos nos ater aos variados percalços da trajetória docente e de pesquisadores do Brasil - conhecidos por todos nós, mas nos focarmos nas possibilidades a partir do relato da criação e da recente trajetória de um coletivo que reúne pesquisa e extensão universitária (e, por que não ensino!?) no anseio de auxiliar na construção de uma nova sociedade, mais justa, acessível, inclusiva, includente e sustentável. Assim, nasceu o Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS), de modo interdisciplinar e interinstitucional, mas abrigado no seio da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Laurbs: uma definição?!

Definir ideias e propósitos não é uma das tarefas mais fáceis de se concretizar. Afinal, em casos assim, tudo é interligado, multifacetado, interdependente e,

---

[1] Graduado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Urca, mestre em desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Atualmente atua no curso de Administração Pública no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), bolsista de produtividade em pesquisa da Fundação cearense de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (FUNCAP), coordenador-líder do Laboratório de estudos urbanos, sustentabilidade e políticas públicas (LAURBS). E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br.

sobretudo, dinâmico e mutável. Porém, cabem tentativas.

A materialização do desejo coletivo de propiciar um espaço acolhedor de debates, reflexões e ações entorno da transformação socio-territorial encontrou abrigo no conceito de desenvolvimento sustentável, pois à medida que a maioria das acepções deste conceito indica a possibilidade de continuidade, de cuidado com a geração atual e de preocupação com as gerações futuras, temos o panorama ideal para abrigar ideias e propósitos.

No sentido político-institucional, o Laurbs é um grupo de pesquisas que também engloba atividades de extensão e cultura, ligado à UFCA. De caráter interdisciplinar, o Laurbs tem como principal objetivo constituir um espaço de debate, análise e produção de conhecimentos acerca das questões urbano-regionais e metropolitanas, da sustentabilidade e das políticas públicas de modo geral, mas com maior ênfase nas políticas urbanas, ambientais e educacionais. Ao considerar o viés dinâmico e mutável do grupo, novos focos de análise e atuação podem surgir.

Tratar o Laurbs estritamente do ponto de vista político-institucional é limitá-lo, pois além da institucionalidade, ele abriga ideias e ideais por uma nova abordagem de sociedade que inclua as questões sociais, ambientais, econômicas, urbanas, culturais, políticas, dentre outras... e por que não utopias? Se o anseio por mudanças estruturais nas mazelas da sociedade for utopia, o Laurbs é utópico. Desse modo, podemos dizer que o Laurbs é um coletivo preocupado com o atual modelo de sociedade que vivemos e preocupado com o futuro reservado para as gerações que virão e, para refletir e debater, sobre a realidade que nos cerca, propõe atividades de pesquisa, extensão e cultura para complementar o processo ensino-aprendizagem, seja o vivenciado em sala de aula ou aquele realizado em variados espaços na procura por uma maior aproximação entre universidade e comunidade.

Laurbs: criação e motivação

Escrever sobre a motivação de um grupo como o Laurbs é relembrar que em todos os nossos debates e atividades buscamos a aplicabilidade e a ação no sentido restrito da palavra. O Laurbs se alicerça em torno da formação de jovens

pesquisadores, que, ao mesmo tempo que, empreenderam esforços no sentido de compreender as dinâmicas territoriais a partir de seus percursos formativos, inseriram-se nas dinâmicas de territórios em franca expansão e dotados de particularidades culturais e sérios desníveis sociais (LAURBS, 2019).

O Laurbs foi fundado 2019 pelo Prof. Dr. Diego Coelho do Nascimento, atualmente líder do Laurbs e docente no curso de Administração Pública e Gestão Social, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFCA (Campus Juazeiro do Norte), pela Profa. Dra. Polliana de Luna Nunes Barreto, atual vice-líder do Laurbs e também docente do curso de Administração Pública e Gestão Social do CCSA/ UFCA Juazeiro do Norte, pelo Prof. Dr. Willian Fernando Domingues Vilela, docente vinculado ao Instituto de Formação de Educadores (IFE) da UFCA (Campus Brejo Santo), e pela Profa. Francione Charapa Alves, também docente vinculada ao IFE/ UFCA Brejo Santo. A (Imagem 1) foi o primeiro encontro – março de 2019 (Respectivamente, professores Willian Vilela, Diego Coelho, Francione Charapa e Polliana Barreto).

Imagem 1 – Primeira reunião para alinhamentos sobre a criação do Laurbs

Fonte: Arquivo pessoal.

A partir de alguns alinhamentos teóricos que tínhamos, decidimos criar um grupo

de pesquisa para concentrar a atuação em algumas frentes que englobassem questões como a sustentabilidade, às políticas públicas e às questões urbanas, regionais e metropolitanas a ser estruturada e, posteriormente, submetida para apreciação institucional da UFCA.

O lançamento oficial do Laurbs (Figura 1) aconteceu em 04 de maio de 2019 durante as atividades da V Semana de Meio Ambiente do Cariri Oriental (SEMACO). O momento foi realizado no Auditório Beata Maria de Araújo no campus sede da UFCA em Juazeiro do Norte e contou com a palestra "Crise Urbana e (In) sustentabilidade" proferida pelo Prof. Dr. João Sette Whitaker, Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

Figura 1 – Cartaz informativo sobre o lançamento oficial do Laurbs (2019)

Fonte: Arquivo pessoal.

Alguns registros do evento de lançamento do Laurbs podem ser vistos nas Imagem 2, 3, 4 e 5 abaixo.

Imagem 2 – Mesa de lançamento do Laurbs

Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 3, 4 e 5 – Registros do evento de lançamento do Laurbs

Fonte: Arquivo pessoal.

A certificação do Laurbs pela UFCA no Diretório de Grupos de Pesquisas (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ocorreu em 07 de maio de 2019 e essa passou a ser nossa data de aniversário. Finalmente, o sonho de criar um espaço de debate das questões que estão no próprio título do grupo (Estudos urbanos, sustentabilidade e políticas públicas) e expresso na nossa identidade visual, começava (Figura 2 e 3).

Figura 2 – Logo do Laurbs

Fonte: Laurbs (2019).

Figura 3 – Conceito da Logo

Fonte: Guia de identidade visual do Laurbs (2019).

Raízes Laurbianas: Breves notas sobre o cariri cearense, a UFCA e o Curso De Administração E Gestão Social.

Sobre o Cariri cearense, região que abriga a UFCA e o Laurbs, a região é caracterizada pelas riquezas naturais, culturais e históricas, bem como pela força e luta do seu povo. A região possui como principais municípios aqueles que integram o CRAJUBAR, acrônimo para os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que, por sua unidade socioeconômica e socioespacial, propiciaram

a formação da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) que agrupa outros seis municípios: Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

A região abriga expressões e fenômenos como as romarias entorno do catolicismo popular na figura do Padre Cícero, tradições culturais (reisados, lapinhas, bandas cabaçais e etc.), riquezas naturais como a Chapada do Araripe e paleontológicas como os geossítios do Geopark Araripe que mantém pontos de especial interesse natural, geológico e paleontológico. A RM Cariri é a segunda área urbana e econômica do Ceará, ficando atrás apenas da força econômica e demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza.

Entretanto, como a própria justificativa de criação do Laurbs sugere o Cariri abrange "territórios em franca expansão e dotados de particularidades culturais e sérios desníveis sociais" (LAURBS, 2019, sem paginação) que precisam de uma análise profunda e bem fundamentada, reforçando ainda mais a necessidade de iniciativas como às empreendidas pelo Laurbs.

O Laurbs nasceu no seio da UFCA e, talvez por isso, tenha tantas aproximações e elos, tais como o amor ao Cariri e a procura pelo desenvolvimento sustentável como um dos pilares de atuação. A UFCA, assim como o Laurbs, possui trajetória recente, foi fundada oficialmente em 05 de junho de 2013 a partir do desmembramento dos então campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Juazeiro do Norte e Barbalha. Com a criação da UFCA foram criados outros três campi em Crato, Brejo Santo e Icó.

Na atualidade, a UFCA já oferta 25 cursos de Graduação, sete cursos de Especialização (seis deles, Residência Médica), quatro cursos de Mestrado e um de Doutorado como forma de alcançar a sua missão de "Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável" e a sua visão de "Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura" (UFCA, 2020, sem paginação).

Dentre os cursos ofertados pela UFCA está o curso de Administração Pública e Gestão Social, criado em 2010. O curso possibilita a formação de bacharéis com

grande expertise em temas da gestão pública e da gestão social com atuação sólida em iniciativas de impactos sociais, políticos e institucionais tanto no Cariri como em outros lugares, consolidando-se entre os melhores do país no denominado Campo de Públicas que, por sua vez, reúne um conjunto de cursos de graduação e pós-graduação ligados à gestão pública e pela profissionalização desta.

Apesar das raízes e da veiculação com o Cariri, com a UFCA e com o curso de Administração Pública, o Laurbs também envolve um conjunto de pesquisadores e estudantes de outras instituições - seja aqui do Cariri ou de fora - que também comunguem do mesmo interesse em pesquisar e em atuar nas ações e atividades desenvolvidas por meio da interdisciplinaridade.

Diálogos interdisciplinares e pesquisa

O Laurbs, na sua criação, reuniu ideias e anseios de pesquisadores docentes de diversas áreas do conhecimento, tais como a Geografia, História, Direito, Administração Pública e Pedagogia. Desse modo, a interdisciplinaridade se faz presente desde criação e é reforçada hoje com uma ampla gama de áreas do conhecimento abrigadas e discutidas no grupo.

De início para englobar as temáticas principais de discussão e de modo a reforçar a interdisciplinaridade, foram pensadas três grandes linhas de pesquisa:

1. Estudos Urbano-Regionais e Metropolitanos, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas;

2. Governança e Políticas públicas setoriais;

3. Políticas Educacionais, Ensino e Formação Docente.

Hoje, optamos por concentrar esforços em apenas duas linhas de pesquisa: 1. Estudos Urbano-Regionais e Metropolitanos, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas; e, 2. Políticas Educacionais, Ensino e Formação Docente. Cada uma dessas linhas reúne pesquisadores (graduados, especialistas, mestres e doutores) e estudantes em graduação de diversas áreas e abriga, igualmente,

projetos e programas de pesquisa e extensão com focos correlatas às áreas de atuação do Laurbs.

Na linha 01, as questões urbano-regionais e metropolitanas se entrelaçam com as discussões relacionadas ao desenvolvimento, à sustentabilidade e às políticas públicas, discutindo um conjunto de processos, fenômenos e políticas de impacto direto na qualidade de vida da população e que, portanto, exigem análises específicas para melhor compreensão das nuances, generalidades e especificidades que regem cada uma dessas temáticas separadamente e/ou suas interações. Portanto, o objetivo desta linha de pesquisa é propiciar e promover reflexões sobre as questões urbano-regionais e metropolitanas, sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade em suas particularidades, complementaridades e interdependências e sobre o desenvolvimento de políticas públicas para resolução das problemáticas identificadas a partir da discussão das temáticas anteriores.

Sobre a linha 02, o alvo é abrigar a discussão sobre o desenvolvimento territorial a partir da educação, conforme expresso no próprio formulário de criação do grupo (LAURBS, 2019, p. 5):

> Na busca de contribuir com o debate sobre a Educação de modo integrado à ideia de Desenvolvimento, a linha de pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação Docente (PEnso), tem como objetivo fomentar a produção acadêmica com foco nas políticas educacionais, o currículo e a formação de professores, considerando a multifacetada realidade social, os aspectos históricos, econômicos e políticos das comunidades (*grifo nosso*).

Muitas das discussões são interrelacionadas e interdependentes e, por isso, unirão vários elementos para se alcançar uma reflexão crítica mais aprofundada que envolva as questões urbano-regionais, a sustentabilidade e às políticas públicas na interface entre essas duas linhas de pesquisa, atualmente ativas.

Sobre os projetos de pesquisa, o Laurbs possui atuação destacada com relação as temáticas diretamente relacionadas ao planejamento urbano e territorial. Um exemplo disso, foi a realização do projeto de pesquisa, vinculado diretamente à linha 01, intitulado “Planejamento Urbano e Ambiental em Juazeiro do Norte - CE:

Um caso de (In) Sustentabilidade", iniciado em 2018 e finalizado em 2020, sob a coordenação do Prof. Diego Coelho e financiamento da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) da UFCA, do CNPq e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

A partir dessa pesquisa, ampliou-se o foco e foi proposto o projeto "Planejamento Urbano e Territorial em Juazeiro do Norte - CE: Repercussões e inter-relações na Região Metropolitana do Cariri", aprovado no Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI) da Funcap, vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE). A pesquisa, ainda em vigência, possui o objetivo geral de "Analisar o processo de ordenamento e planejamento territorial do município de Juazeiro do Norte – CE, no contexto pós-Estatuto das Cidades (Lei Nº 10.257/2001), e as repercussões e inter-relações desse processo sobre a organização espacial e institucional da Região Metropolitana do Cariri".

Na linha 02, atualmente, está sendo desenvolvido o projeto "Práticas inovadoras de gestão com aporte da Sustentabilidade e Tecnologias na jurisdição cível brasileira", sob coordenação da Profa. Polliana Barreto e financiamento do CNPq. A pesquisa visa realizar um estudo aplicado sobre práticas inovadoras de gestão consubstanciadas pelo aporte conceitual da Sustentabilidade e das Tecnologias da Informação e Comunicação no sistema composto por meios consensuais de solução de conflitos na jurisdição cível brasileira. A equipe envolvida no projeto possui formação interdisciplinar e interinstitucional (UFCA; UNILEÃO; OAB-CE) e reúne pesquisadores em nível de mestrado e doutorado da área do Direito, Desenvolvimento Regional Sustentável, Educação, História, Direito Digital e Inteligência Artificial.

Laurbs também é extensão

Na extensão, a linha de pesquisa 01 abriga um programa denominado "Laurbs em Extensão" financiado pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UFCA, com atuação voltada para a realização de atividades e ações que tenham impacto para a transformação socioambiental dos territórios (em especial, "periféricos") a partir da análise de problemáticas urbanas, sociais e ambientais (LAURBS, 2021).

Esse programa teve início em 2018 – antes mesmo da formalização do Laurbs como grupo de pesquisa - e debruça-se sobre atividades extensionistas voltadas para a construção de uma sociedade mais sustentável. Os projetos e ações propostos tem como viés os debates e reflexões acerca do desenvolvimento sustentável em comunidades urbano-periféricas. Sendo assim, alinha-se diretamente ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao se focar às atividades, as ações e os projetos em comunidades urbano-periféricas dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha o (CRAJUBAR), pretende-se discutir, dialogar, propor e trocar saberes relacionados à cidadania, à sustentabilidade e às políticas públicas (sobretudo, urbanas e ambientais). O intuito é possibilitar uma nova dinâmica para essas comunidades. Em especial, para os jovens, que terão a possibilidade de atuarem como protagonistas para a mudança da comunidade que vivem de modo a contribuírem com um bairro mais sustentável, justo e participativo em detrimento da realidade que, muitas vezes, vivenciam marcada por carência de serviços públicos básicos como o saneamento e de outros serviços urbanos como calçamento, acessibilidade e espaços de lazer. (LAURBS, 2021).

A linha 02 abriga o Programa Paidéia Cidade Educadora, também financiado pela PROEX/UFCA. O Paidéia surgiu em 2010, muito antes de se pensar na criação do Laurbs, e, até mesmo, da própria UFCA, pois está ainda era um campus avançado da UFC. O Programa visa, por meio de suas ações, contribuir para o desenvolvimento sustentável e territorial a partir da educação e, para isso, alinha atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura dentro da universidade. Atualmente, o Paidéia desenvolve projetos como o Cine Rural/ Cine Ruralzinho e Educar para outro Mundo em comunidades urbanas e rurais da região do Cariri. (LAURBS, s. d.).

O Simurbs

O I Simpósio de Políticas Urbanas, Sociais e Ambientais do Cariri (SIMURBS) é uma proposição coletiva que tem como objetivo promover discussões sobre as políticas urbanas, sociais e ambientais no Cariri cearense de modo a contribuir para o desenvolvimento regional sustentável. A 1ª edição do SIMURBS foi realizada em 2020, mais precisamente em três momentos distintos ao longo dos

meses de setembro, outubro e novembro (Figura 4), todos realizados na segunda quarta-feira de cada mês a noite. Por conta da pandemia de Covid-1, o evento foi totalmente on-line e a transmissão aconteceu pelo canal do Laurbs, no YouTube.

Figura 4 – Cartaz de divulgação do I SIMURBS

Fonte: Arquivo pessoal.

A primeira das três atividades que compôs o SIMURBS foi a conferência de abertura com a Profa. Dra. Ermínia Maricato (FAU USP/BR Cidades) com o tema "Política Urbana, Desigualdades Sociais e a Pandemia no Brasil" (Figura 5). Maricato é graduada, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo, e possui livre docência (1997) e é professora titular pela FAUUSP. Atualmente é professora titular aposentada da Universidade de São Paulo. Foi Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. Formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades onde foi Ministra Adjunta. O momento ocorreu virtualmente pelo canal do Laurbs no YouTube no dia 09 de setembro a partir das 18h30min.

Figura 5 – Cartaz de divulgação da conferência de abertura do I SIMURBS

Fonte: Arquivo pessoal.

A segunda atividade a compor o I SIMURBS foi a mesa redonda "Políticas Públicas no contexto atual: Educação, Saúde, Mobilidade e Migração" (Figura 6) que aconteceu no canal do Laurbs no YouTube no dia 14 de outubro de 2020 a partir das 19h e contou com a participação da Profa. Me. Emille Cordeiro (FAMED/UFCA), Profa. Dra. Silvana Queiroz (URCA) e o Prof. Me. Roberto Souza (CREDE 20). Emille Cordeiro é médica professora da área de saúde coletiva da Universidade Federal do Cariri (FAMED-UFCA), especialista em Saúde da Família pela UNA-SUS/UFC e Mestra em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ. Silvana Queiroz é professora Adjunta do Departamento de Economia da URCA, professora colaboradora e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas, coordena o Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC/URCA) e o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPEC) da URCA. Roberto Souza é graduado em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Regional do Cariri (2001). Possui Especialização em Gestão e Avaliação pelo CAEd/UFJF-MG (2010), Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pelo CAEd/UFJF-

MG (2016), Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade do Minho - UMinho (Braga/Portugal) e, atualmente coordena a CREDE 20 - Brejo Santo.

Figura 6 – Divulgação do segundo dia do I SIMURBS

Fonte: Arquivo pessoal.

A segunda atividade foi selecionada para compor a programação brasileira do Circuito Urbano 2020 a partir da parceria com a Rede de Cooperação e Estudos em Sustentabilidade, Inovação e Políticas Públicas (RESIPP), da qual o Laurbs é integrante. Como iniciativa do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Circuito Urbano é uma iniciativa que objetiva, desde a sua gênese em 2018, apoiar eventos que se comprometam a tratar temáticas previstas nas pautas da campanha “Outubro Urbano”. Em 2020, o Circuito Urbano incorporou o tema “Cidades Pós-COVID-19: Diálogos entre

o Brasil e a África lusófona". O momento foi mediado pela Profa. Dra. Polliana Barreto.

A terceira e última atividade do I SIMURBS aconteceu no dia 11 de novembro (Figura 7) com a conferência de encerramento "Desenvolvimento e Meio Ambiente no Cariri e no Brasil" com a Profa. Dra. Suely Chacon (UFC). Chacon possui graduação em Ciências Econômicas, mestrado em Economia Rural, ambos pela Universidade Federal do Ceará (1994), Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2005), Estágio pós-Doutoral em Economia do Desenvolvimento na Universidad Autónoma de Madrid (2019-2020) e, atualmente, é Professora Associada e Pesquisadora da UFC, onde Lidera o Grupo de Pesquisas Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável (LEADERS) e Coordena o Núcleo de Apoio à Gestão Pública (NAGEP). O momento teve mediação do Prof. Dr. Ricardo Macêdo, atualmente vice-coordenador da linha 01 do Laurbs.

Figura 7 – Cartaz de divulgação da Conferência de Encerramento do I SIMURBS

Fonte: Arquivo pessoal.

Em sua primeira edição, o SIMURBS congregou distintos sujeitos, instituições, territórios e áreas de incidência e contou com mais de 2.700 visualizações nos vídeos das transmissões ao vivo, as quais contabilizam mais de 7 horas de duração. Além disso, o evento foi selecionado para compor a programação brasileira do Circuito Urbano 2020 (ONU HABITAT), conforme divulgado nas redes sociais do grupo. A segunda edição ocorrerá em novembro de 2022.

O futuro é agora

Mesmo sendo um grupo relativamente novo, o Laurbs já conseguiu alguns avanços em prol da sua consolidação, então são vários motivos a comemorar. Um desses motivos é que alguns estudantes que fizeram o percurso formativo na pesquisa e extensão do Laurbs conseguiram a inserção profissional e/ou o ingresso em programas de pós-graduação lato e stricto sensu a partir de temáticas ou ações desenvolvidas no âmago do grupo.

É preciso mencionar as premiações recebidas em eventos como o Encontro de Extensão (ENEX) e Congresso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CONPESQ) da UFCA e, até mesmo, em eventos nacionais como o Encontro Nacional de Estudantes do Campo de Públicas (ENECAP). Isso demonstra a seriedade do trabalho realizado e a sintonia entre professores e estudantes no fazer pesquisa e extensão. Também não podemos deixar de nos alegrar com os financiamentos para os desenvolvidos de pesquisas pelo CNPq, FUNCAP e pela própria UFCA e das ações de extensão pela PROEX da UFCA.

Inclusive, foi por meio de um dos projetos de pesquisa “Planejamento urbano e territorial em Juazeiro do Norte: um caso de (in)sustentabilidade” que o Laurbs iniciou diálogos com a gestão municipal de Juazeiro do Norte para a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM/JN), defasado em mais de 20 anos. Essa foi a primeira grande parceria da própria UFCA com a gestão municipal local e para a realização do processo de revisão do PDM/JN foram firmadas parcerias com outros núcleos de pesquisa do curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA: Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios (LaCITE) e Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública (LEVIS).

Na atualidade, o Lacite e o Levis são os principais parceiros do Laurbs no campo

de estudos científicos e prospecção de parcerias universidade-sociedade. Outra das parcerias firmadas e desenvolvidas a partir da relação LAURBS-LACITE-LEVIS foi o desenvolvimento de um estudo aplicado para fins de auditoria do Plano Diretor de Desenvolvimento Participativo de Várzea Alegre, firmado com a gestão municipal várzea alegrense.

Parcerias com núcleos como o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), LACITE e instituições nacionais como a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e internacionais como a Universidade de Lisboa propiciaram o desenvolvimento do projeto "Índices de Boa Governança e Coesão Sócio Territorial em Áreas e Regiões Metropolitanas em Portugal e no Brasil" e dão abertura para novas possibilidades de integração ao Laurbs.

Vale mencionar também a integração do LAURBS à Rede de Cooperação e Estudos em Sustentabilidade, Inovação e Políticas Públicas (RESIPP) que envolve instituições como a UFC, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Essa rede desenvolve eventos e pesquisas em parcerias que, no geral, participam do Outubro Urbano da ONU Habitat.

Porém, é preciso ponderar também sobre as dificuldades a se avançar. Dificuldades no envolvimento da comunidade (em especial nas ações de extensão) e na própria luta pela interdisciplinaridade em contextos ainda muito disciplinares fazem parte da nossa rotina enquanto Laurbs.

Mas, diante de todo o esforço e resultados obtidos, o Laurbs possui uma trajetória ascendente e repleta de possibilidades que é fruto da união de pesquisadores, estudantes, parceiros e apoiadores que comungam do ideal de uma sociedade nova, integrada e mais harmônica. Avante Laurbs!!! Somos Laurbs!!!

REFERÊNCIAS

LAURBS – Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas. **Formulário**: Proposta de Criação de Grupos de Pesquisa. PRPI/UFCA, 2019.
LAURBS – Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas. **Programa Laurbs em Extensão**. PROEX/UFCA, 2019.

LAURBS – Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas. **Linha 2 – Políticas Educacionais, Ensino e Formação Docente**. Disponível em: https://laurbs.ufca.edu.br/linha-3-politicas-educacionais-ensino-e-formacao-docente/. Acesso em 05 jun. 2022.

UFCA – Universidade Federal do Cariri. **Missão, visão e valores**. 2019. Disponível em: https://www.ufca.edu.br/instituicao/missao-visao-e-valores/. Acesso em: 5 jun. 2022.

Cidade

Romênia Oliveira de Souza[1]

INTRODUÇÃO

No ensaio que segue sobre o conceito de cidade, exponho algumas abordagens multidisciplinares que envolvem o tema. Estudada por muitas ciências, sabemos do quão necessário são os recursos interdisciplinares nesta tarefa. Entretanto, não atentamos que as metodologias e as posturas técnicas ainda são por demais positivistas e repelem possibilidades de construir um pensamento transdisciplinar sobre este objeto/sujeito de estudo que é, por sua própria natureza, o que menos fronteiras possui. Desafiadora, inspiradora, estimulante, para entender a cidade precisamos superar as barreiras epistêmicas e analisar os discursos que compõem a rede de conceitos-chaves que a atravessam. É o que pretendo fazer aqui.

Além de tema de pesquisa do meu interesse, ao lecionar a disciplina de Redes e Arranjos Institucionais de Cidades e Territórios, no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri, anos atrás, sentia falta de um texto-base que contivesse exatamente os assuntos aqui abordados. Portanto, este é outro objetivo para a pesquisa bibliográfica realizada, contribuindo para estudos, políticas públicas e pensamentos sobre cidades que superem algumas das limitações identificadas. Principalmente, o estatuto disciplinar dos diagnósticos e das resoluções de problemas de uma criação humana que zomba de seus próprios criadores, por sua pretensão de fragmentá-la, encaixando-a nos escopos científicos. Intento ambicioso e que não se esgota no presente ensaio.

---

[1] Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável (Universidade Federal do Ceará), especialista em Administração Financeira e bacharela em Ciências Econômicas (Universidade Regional do Cariri). ORCID 0000-0003-0363-1652.

Abordagens multidisciplinares de cidade

Fustel de Coulanges ([1864] 2006) conceituou cidade utilizando-se de dois termos: urbs é conjunto de barreiras e edificações, espaço delimitado, organizado, edificado, forma urbana e arquitetural, civitas é entidade política definida pela categoria de associação ali realizada entre seus habitantes; uma comunidade política e religiosa desenvolvida na urbe. Trata das relações humanas e das ligações políticas. Berque (1993 *apud* MOGIN, 2009) diz ser a cidade uma mistura de mental ou imaginário e de construído, remetendo à matéria e a relações entre indivíduos, tornando-a um sujeito coletivo. Significa, conforme Sposito (2008), que enquanto objeto ela contém elementos propiciadores de produção e consumo nos seus diversos equipamentos, existindo materialmente; e enquanto sujeito, influencia seus habitantes sendo influenciada por eles.

Rolnik (1995) destaca que a cidade é fruto da imaginação e do trabalho articulado, obra coletiva nascida dos processos de sedentarização, delimitando as relações homem/natureza. Abordou o conceito a partir de metáforas: a cidade como ímã atraindo grupos em torno do templo; a cidade como escrita, produzida a partir do empilhamento de materiais definidores de formas geométricas, representando ideias e impulsionada pela necessidade de memorizar, gerir e medir o trabalho coletivo, a cidade política, reguladora de fluxos cotidianos, por sinais, filas de ônibus, impostos, etc., com hierarquias e poderes distintos, e a cidade como mercado, nascida da aglomeração espacial e da resultante divisão do trabalho e especialização produtiva.

Abreu e Ferreira (2003, p. 3) ressaltam a qualidade de lugar privilegiado da arte e da cultura em distintas expressões formalizadas: criação e produção; cenário da apresentação e da atuação, da participação e do consumo cultural, e objeto "de representação estética e de valor artístico, cuja singularidade reside tanto na sua configuração arquitetônica como nas formas da vida social e cultural que pulsam no seu interior". Lévi-Strauss dá a cidade estatuto de obra de arte, a coisa humana por excelência (SANTOS, 2004). Testemunha-se um movimento de banalização do estético, particularmente na esfera do consumo, e ao emergir de uma estetização difusa e ligada à experiência sensorial e corporal que alerta para o caráter plurifacetado da recepção cultural, haja vista esta não depender apenas de fatores intrínsecos à obra. Respostas extrínsecas de cariz econômico, moral, social orientam comportamentos e atitudes na cidade (LOPES, 2000).

Não existe "contexto urbano dado a priori, apenas aquele construído por análises e interpretações", haja vista as cidades serem estudadas por diversas ciências. Nisto reside uma força e alguns desafios decorrentes de sua natureza multidisciplinar (FRÚGOLI JÚNIOR, 2009, p. 53), envolvendo registros urbanos, econômicos, políticos, sociais e culturais da realidade (FREITAG, 2012).

No Urbanismo, a cidade é definida como o

> Espaço delimitado e contínuo, ocupado de forma permanente por um aglomerado humano denso e considerável em número, cuja evolução e estrutura são determinadas pelo meio físico, desenvolvimento tecnológico, modo de produção existente e cuja população possui *'status' urbano* (FERRARI, 2003, p. 72, *grifos do autor*).

Resulta de longos processos de seleção cumulativa para destruição, modificação, transformação ou conservação, ainda em curso, por motivos práticos e/ou de valoração monetário-financeira ou simbólica. Os sujeitos sociais se comportam fortuitamente e a prolongada exposição a condições similares orienta seus comportamentos, ainda que imersos em culturas e tradições específicas, fazendo-os imaginar e construir seus futuros a partir da continuação de atos passados e da confrontação entre condições atuais e seus desejos (SECCHI, 2006).

Na Geografia Urbana, "o quadro que se reúne sob a designação de 'cidade' é multiforme pela sua situação, tamanho, arquitectura, organização interna, papel na vida regional ou nacional" (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 6). Aparecem definidas como

> "a projecção, numa fracção do espaço, das condições naturais, das heranças da História, do jogo das forças económicas, dos esforços do progresso técnico, do génio criador dos arquitectos, dos constrangimentos administrativos, dos hábitos quotidianos, assim como das aspirações conscientes ou inconscientes dos (seus) habitantes." E poder-se-ia acrescentar do regime político (PELLEGRINI, 1973, p. 10 *apud* BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 9).

É na e através da Arquitetura que o espaço aparece como "ponto de partida e

de chegada da arte de construir cidades e nelas habitar" (SANTOS, 2004, p. 34), criando espaços de inclusão humana, de modo a compreender os significados que esta ocorrência traz devido à experiência pessoal e subjetiva de vivenciá-lo. Apesar do determinismo expresso pela convicção de que para uma ação arquitetônica, praticada sob princípios e procedimentos teórico-metodológicos específicos haverá uma reação previsível por parte dos usuários (SANTOS, 2004), os habitantes ressignificam estes espaços, dando-lhes novos usos àqueles pretendidos pelos construtores.

> [...] a forma material que a arquitetura expressa é, ela própria, consequência da organização social que a produziu. É essa circunstância que a faz a um só tempo determinante da vida social – na medida em que define padrões de usos espaciais específicos – e por ela determinada – uma vez que esses padrões são social e culturalmente definidos por essa mesma produção social (SANTOS, 2004, p. 86).

Aquilo que a urbs explicita tem como circunstância geradora os acontecimentos sociais, políticos, psíquicos, etc. constituintes da vida coletiva e comunitária; e é isto que torna mais compreensível como e, porque o espaço construído espelha e reflete a vivência que se dá em tal lugar. Mas a dimensão subjetiva da cidade não é o foco principal quando se trabalha o conceito de cidade pela Arquitetura enquanto ciência. "Percebe-se a cidade como ponto de apoio, como suporte físico, como meio para o desenvolvimento de alguma atividade ou função marcadamente humana, é fato, mas não como sendo ela própria, a um só tempo, elemento constituinte e expressão dessa humanidade" (SANTOS, 2004, pp. 88 e 89, grifos da autora).

Na Antropologia, a cidade é o quadro ecológico específico, com história e lógica próprias abrigando certo sistema de valores, normas e relações sociais, a sociedade urbana (SOUZA, 2013).

A Antropologia Urbana se desenvolveu conforme o modelo da Escola de Chicago[2],

[2] Apesar de longa, é necessário abordar essas informações em nota porque a Escola de Chicago não era composta apenas por antropólogos, o que quebraria o sentido corrente do corpo do texto. Nas suas investigações iniciais, entendia que a pesquisa da cidade revelaria a ação organizada de princípios comportamentais. A interação social realizada através das trocas simbólicas, dos entendimentos mútuos e das liberdades de escolhas compeliam os indivíduos a cooperarem e competirem entre si (GOTTDIENER, 2010). Concebia as cidades como seres orgânicos que

analisando os efeitos do contexto urbano nos comportamentos individuais e grupais: a organização e espacialização das relações sociais na cidade, as redes sociais e familiais, processos de solidariedade instaurados pelas ligações étnicas e culturais. Procura entender mais a exceção do que a regra (SEGAUD, 2016). Por intermédio da etnografia, com sua perspectiva de perto e de dentro, apreende padrões de comportamentos dos vários atores sociais cujos cotidianos transcorrem na paisagem citadina e dialogando com seus equipamentos (MAGNANI, 2016).

Apesar da importância da Escola de Chicago para as análises, a Antropologia Urbana não mais perde de vista que, de um lado está a cidade contemporânea cuja configuração não é a de uma unidade operacional bem delimitada; e, de outro, há o risco de ceder à fragmentação e à 'tentação da aldeia'. Sendo impossível identificar uma centralidade e projetar uma imagem de totalidade, é necessário mediar experiências dos atores e de processos amplos e reconstruir unidades analíticas em busca de regularidades e ordenamentos nem sempre agenciados no interior das vias legais. Com o método etnográfico, o conhecimento resultante provém dos dados relacionados aos agentes (aquilo que faz sentido imediato para eles, suas práticas) e o dos dados do pesquisador (que reconhece e descreve esse sentido, nos seus termos). É o princípio simultâneo de sentido de lugar antropológico para aqueles que o habitam e de inteligibilidade para quem o observa (MAGNANI, 2016).

Outra vertente, a Antropologia do Espaço (da casa, da aldeia, da cidade), acompanhou o movimento pós-moderno, contestando o aspecto internacional e uno do espaço, remetendo à escala local. O olhar antropológico considera as relações de indivíduos e grupos com o espaço atestando a identidade de cada

---

crescem, se expandem, têm juventude, maturidade, envelhecem, definham e morrem. "Precisam ser ouvidas, observadas, percorridas, investigadas, interpretadas, examinadas e esmiuçadas" estatística, sociológica, política e economicamente. Só depois é que são desenvolvidos modelos para compreendê-las e transformá-las. As cidades são multiculturais e muitas dependem de migrações populacionais (FREITAG, 2012, p. 108).
Limitações desta ecologia urbana e das ciências que se pautam nela: visão biologicamente reducionista das relações ignorando influências de classes, status e poderes políticos; é conservadora pelo seu enfoque de adaptação e integração funcional; tecnologicamente determinista pela dependência das inovações dos transportes e comunicações nas explicações do crescimento e mudanças urbanos. Ignoram o conflito social, o impulso voluntarista na tomada de decisões ambientais, os diversos interesses atuantes sobre o espaço, a influência de programas e políticas governamentais, a natureza variável da organização econômica e a produção do desenvolvimento espacial desigual (GOTTDIENER, 2010).

um. Esta se expressa nos atos de pensar, construir, ordenar, praticar e representar (para si) o espaço construído por áreas como a Arquitetura, o Urbanismo e o ordenamento territorial; fundado em postulados de não homogeneidade, não mensurabilidade, inexistência à priori; dependente de culturas, tempos históricos e representações trazidas por uns e feitas por outros. É configurada com a ajuda de invariantes (gênero, família, status social, etc.) produtoras de diversidade (SEGAUD, 2016).

Esta abordagem nutre a crítica de Lefebvre do espaço alienado, de uma sociedade pragmática e burocrática de consumo dirigido. Não somente pela privação espacial, saturada pelos outros, mas pelas inscrições de práticas de consumo conspícuo, de pseudocultura. Essa antropologia procura a elucidação das maneiras como são criadas as relações humanas com o espaço. Salienta o que há de universal no habitar, o qual expressa-se por atividades práticas em objetos móveis e imóveis, apreendendo-o pela observação e linguagem do habitante. O habitar acontece de distintas formas conforme as épocas, as culturas, os gêneros, as idades da vida, marcando o espaço da habitação. Também há o habitar em lugar nenhum, os percursos a-residenciais substitutivos do residir cotidiano, aonde "apenas o envoltório corporal, última reserva territorial, pertence propriamente à pessoa" (SEGAUD, 2016, p. 133).

Na Sociologia, a cidade é definida como localização permanente, relativamente grande e densa, de pessoas socialmente heterogêneas. Quanto maior a urbe, maior a variação individual e a distinção social; o que determina o afrouxamento dos elos comunitários, substituídos pelos mecanismos de controle formal e competição social. Os traços distintivos desse sistema comportamental são: anonimato, superficialidade, o caráter efêmero das relações sociais urbanas, anomia e ausência de participação. A densidade demográfica reforça o diferencial interno. Quão mais próximos fisicamente, mais distantes os contatos sociais, significando indiferença a tudo que não esteja diretamente ligado aos objetivos individuais. A heterogeneidade social admite a fluidez do sistema de classes. E a taxa elevada de mobilidade social elucida porque a afiliação a grupos é instável, atrelada à posição transitória individual (CASTELLS, 2011 *apud* SOUZA, 2013).

Na Economia, a cidade é abordada a partir de perspectivas funcionalistas, simplistas e organicistas, incorrendo em generalizações e abstrações excludentes da materialidade histórica, convertendo-a em representações metafóricas:

cidade como sistema organizado e com finalidade, a cidade-máquina, cidade-mercado de trabalho industrial (tradição marxista); cidade-espaço de consumo e de reprodução da força de trabalho (Manuel Castells); cidade-fábrica, cidade-espaço da produção (Allen Scott), cidade-mercado/lugar de intercâmbio (Alfred Weber), cidade como organismo autônomo (Lewis Mumford), a cidade cibernética (Fourquet e Murard) (CAMAGNI, 2005), cidade global (Saskia Sassen) e metápole (François Ascher).

> [...] esta analogía metodológica con las ciencias exactas no se adecua a una ciencia social como es y debe ser la economía urbana y, por tanto, la complejidad del fenómeno ciudad no puede ser recogida, aunque sea en el ámbito de las simples relaciones económicas, sino es mediante la integración coherente de distintos principios (CAMAGNI, 2005, p. 4).

Do ponto de vista socioeconômico, a cidade é sede do poder e da classe dominante, principalmente em relação ao campo. O excedente alimentar campestre é condição necessária, mas não suficiente para o surgimento da cidade. É preciso criar instituições sociais, relações de dominação e de exploração asseguradoras da transferência do mais-produto campesino à cidade. Pressupõe, portanto, participação social diferenciada nos processos produtivos e distributivos (sociedade de classes). A aglomeração urbana expande a divisão territorial do trabalho devida ao tamanho do mercado, considerando as fronteiras políticas e os custos transacionais e multiplicando as atividades especializadas (SINGER, 2002).

Por isto, é preciso pensar as cidades e os urbanos "como loci de reprodução social específicos", pesquisando sua inserção na divisão inter-regional trabalhista. Significa "analisar a produção de espaços concretos, captando suas determinações históricas particulares" (BRANDÃO, 2007, p. 68). A economia urbana requer um espaço político para seu desenvolvimento, enquanto proporciona os meios materiais para sua constituição (SINGER, 2002).

Mas a Sociologia e a Economia Urbanas não dispõem de "instrumentos analíticos, teóricos e interpretativos capazes de escrutinar e compreender cabalmente a cidade contemporânea" por serem subsidiárias de epistemologias positivistas "que subordinam a relação da cidade com as estruturas sociais a uma espécie de 'ambiente externo' [...] definido a partir de uma concepção dupla de tempo

linear e 'objetivo' e de espaço cartesiano e absoluto" (FORTUNA, 2002, p. 128). O espaço é concebido passivamente como objeto e suporte para a ação humana, de modo fixo, não dialético (EMBERLEY, 1989; SOJA, 1989; MASSEY, 1992 op. cit.). Portanto, é preciso mudanças epistêmicas, de seus instrumentos teóricos, analíticos e processuais, e transição paradigmática a operar nos domínios dos conhecimentos sobre a cidade.

Descritas possibilidades e limites disciplinares no estudo de cidades, cabe ressaltar que o encontro entre as Ciências Sociais/Humanas, o espaço construído e a Arquitetura, emanou do contexto desenhado pela arquitetura moderna e pela construção de moradias de massa, num contexto social industrial-capitalista, planejado e burocrático onde o indivíduo era pouco considerado. As Ciências Sociais colocaram em cena o usuário, o habitante, o citadino, o cidadão, e, ao confrontá-los com o espaço construído surgiu um objeto de reflexão no interior de uma reciprocidade de perspectiva, tanto do habitante em face da arquitetura, quanto desta em face daquele. A urbanização generalizada é aspecto da sociedade mundial atual e o ordenamento do espaço é uma pretensão de acompanhar a apropriação global deste, reduzindo tensões e generalizando a acessibilidade de todos (SEGAUD, 2016).

Embora as abordagens científicas sejam variadas, interdisciplinares e seus limites notórios, na prática, predominam, em diversos países, critérios político-administrativos e demográficos para definir o que é cidade, faltando trabalhar aspectos demonstradores da dinâmica cotidianidade citadina. Em Portugal, é cidade o núcleo urbano com população mínima de oito mil habitantes e com, pelo menos, 50% dos seguintes equipamentos: hospital de permanência, farmácias, corpo de bombeiros, casas de espetáculos e centros culturais, museu e biblioteca, meios de hospedagem, escolas de ensino preparatório e secundário, pré-primário e creches, transportes públicos, urbanos e suburbanos, parques e jardins públicos (VEIGA, 2004 *apud* SPOSITO, 2008). Na Itália, a cidade é aglomeração onde pelo menos metade da população não exerce atividades agrícolas (Ibid.). Na Espanha, o critério adotado é ter o mínimo de 10 mil habitantes; na Islândia, 300 habitantes; na Dinamarca bastam 250 pessoas. E na Austrália, cidade descreve uma divisão político-administrativa, uma área urbanizada e uma região metropolitana (CIDADE, 2017).

No Brasil, toda sede de município é cidade conforme Decreto-lei nº 311 de 1938,

fundamento para levantamentos estatísticos, ações de administração pública, busca de informações geográficas, etc. No Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional, em 2001, em cumprimento à Constituição Federal de 1988 (CF-1988), são as Câmaras Municipais as responsáveis pelas delimitações territoriais citadinas de modo a conformar as bases de seus censos demográficos (SPOSITO, 2008). Do ponto de vista da legalidade tributária, cidade e campo são diferenciados pelo mapeamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), circunscrito ao perímetro urbano de acordo com uma linha definidora da área de expansão da cidade (SPOSITO, 2008). Contudo, tal zona é definida pelos legisladores locais tendo a limitação constitucional (parágrafos do art. 32 do Código Tributário Nacional, fundamentado no art. 146, incisos I e III da CF-1988) de que existam, no mínimo, dois dos seguintes requisitos:

> a) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; b) abastecimento de água; c) sistema de esgotos sanitários; d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; e) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3km do imóvel considerado (MACHADO, [1979], 2006, p. 399-400).

Na Demografia, as cidades são distinguidas pelo porte: pequena (50 a 100 mil habitantes), média (100 mil e um a 500 mil), grande (acima de 500 mil), metrópole (acima de um milhão) e megacidade (acima de 10 milhões de habitantes) (IBGE apud CIDADE, 2017). Tais fundamentos remetem à urbanização, termo com dois sentidos distintos: a concentração espacial da população, a partir de limites de dimensão e densidade; e a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, chamada 'cultura urbana'. Este último significado fundamenta-se na premissa de correspondência entre certo tipo técnico de produção (a industrial), sistema de valores (o modernismo) e a forma específica de organização do espaço (a cidade). Aí a noção de urbano (em oposição a rural) pertence à dicotomia ideológica sociedade tradicional/sociedade moderna, referindo-se a certa heterogeneidade social e funcional (SOUZA, 2013).

Discursos componentes da rede conceitual que atravessa a cidade

Um dos efeitos negativos universais da ideologia urbana é a unificação de processos sociais distintos, intentando neutralizar diferenças observadas em seu conteúdo social, ignorando a problemática do desenvolvimento desigual

como processo conflitante, e substituindo-a por teses evolucionistas em níveis de desenvolvimento. Diante da complexidade e do pluralismo cultural, o conflito (enquanto existência de olhares distintos sobre um mesmo fenômeno) é imprescindível para o conhecimento e aproximação de uma visão multidimensional da realidade. Daí a unidade dos diferentes problemas subjacentes a esta ideologia, nas sociedades dependentes, não se encontrar ao nível estrutural resultando das práticas sociais e políticas. É basilar a consideração do Estado e de suas relações interativas com as massas; das formas de existência de dualismo estrutural espacial; da dependência tecnológica no tratamento dos problemas, etc. (CASTELLS, 2011; GIANNELLA e MOURA, 2009 *apud* SOUZA, 2013).

Ao pensar em qualquer sociedade cuja produção e/ou captura de excedente alimentar permita à parte da população viver aglomerada, dedicando-se a atividades outras que não à produção alimentar, faz-se referência à civilização urbana. Mas, hoje, os adjetivos urbano e rural aludem a relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século XX. Ambos não são mais conceitos puros, de fáceis delimitações ou identificações. O urbano está elevado à condição de paradigma dinâmico do qual participam oposições como centro e não centro, público e privado, abertura e fechamento (SINGER, 2002; MONTE-MÓR, 2006a; MATOS, 2005 *apud* SOUZA, 2013).

A cultura urbana (que não é apenas patrimonial, artística, arquitetural) e sua influência propagam-se para além das espacialidades citadinas. Sua afirmação se deu através da demarcação da cidade em face de construções socioculturais tratadas como seu oposto (FORTUNA, 2009). Exige do espaço uma forma política e coesão de modo a precaver contra a fragmentação do urbano. A urbanidade de um lugar exige que dali em diante a cidade se organize em rede e em territórios, e passe a considerar escalas locais, nacionais, zonais e mundiais. Enquanto condição urbana, a cidade é território específico e limitado por um dentro e fora de tal espaço, é multiplicadora de relações, aceleradora de trocas e a gênese de valores qualificados como urbanos (MONGIN, 2009). Assim, a noção de cidade restringe-se à espacialidade física do edificado, ao passo que a cultura urbana se propaga inclusive para o campo (lugar por excelência do rural), quebrando a lógica da equivalência entre ambas (FORTUNA, 2009).

A condição urbana é também uma experiência corporal polifônica e multidimensional entrelaçadora do privado e público, do interior e exterior, do pessoal e impessoal. Apreendida de dentro pelos sentidos, sem limitá-la aos monumentos urbanos, as construções (vita contemplativa). Nela há cheiros, sons, fricção de corpos, práticas, movimentos, pensamentos, danças, cantos e sonhos. E, ainda, percebida pelo seu desenho, seguindo um ordenamento de elementos no interior de relações de coexistência, sem se resumir às trocas econômicas e ao consumo de símbolos. É lugar da ação, da vita activa (MONGIN, 2009), designando três atividades fundamentais para a condição humana: o labor (processo biológico vital do corpo humano), o trabalho (artificialismo da existência) e a ação (condição de pluralidade para que ninguém seja igual a outrem). Significa uma vida dedicada aos assuntos públicos e políticos, uma categoria de engajamento ativo, ocupação, desassossego. A ação é vista como necessidade da vida terrena, enquanto a quietude da contemplação é o único modo de vida realmente livre (ARENDT, 2007).

A cidade enquanto espaço público remete à experiência da pluralidade, da política, da participação, da igualdade e do conflito, da ação coletiva, diversificando as linguagens sem resumi-las àquelas do urbanista e do escritor (MONGIN, 2009). Na contemporaneidade, este espaço é analisado criticamente devido sua incorporação como mercadoria para poucos, na lógica de (re)produção capitalista em escala mundial. Visto como simbólico, espelhando diferentes ideias de cultura e intersubjetividades quanto às apreensões dos lugares cotidianos (SERPA, 2011). Nele, no instante em que a experiência política própria à condição urbana é evocada, a urbe remete a percepções diversificadas de solidariedade, integração e cidadania (MONGIN, 2009).

A cidade é feita das relações entre as medidas espaciais e os acontecimentos do passado, inscritos nos ângulos das ruas, nas grades das janelas. “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa” (CALVINO, 1990, p. 44). A imagem que se tem dela é importante no estabelecimento de trocas e laços pessoais, solidificando ou não as vivências e as práticas cotidianas. Resultará de percepções imediatas e outras evocadas do passado, estimulando deambulações, simbolismos, interpretações e atualizações destas (LOPES, 2000).

A cidade legível possui características facilmente relacionadas à sua estrutura física viva e integral, produzindo imagens claras. Não será fragmentada, desorganizada e nem provocará isolamentos. Terá forte coesão e regulação sociais. A pluralidade e a multiplicação de formas perceptivas levam a pensar o espaço urbano como texto polissêmico, aberto a várias leituras e interpretações (LOPES, 2000). Embora as percepções não sejam influenciadas apenas pelo sentido da visão, os odores, os sons, os sabores e as experiências tateáveis também são imprescindíveis para a formação de imagens e demais textos sobre a cidade.

As narrativas plurais resultantes confirmam a hipótese de a cidade ser exteriorização pública e política da ação coletiva, possibilitadora de vivências multidimensionais urbanas específicas que não se encontram em todos os lugares; desenvolvendo processos poéticos, espaço cênico e político, orquestrando relações entre o privado e o público, sem este ser o resultado (MONGIN, 2009).

> A cidade possui, à partida, um importante manancial simbólico. Toda a intensa imagística associada à cidade e à urbanidade transformam-na num campo semântico, impregnado de significações e rituais. A cidade vivida é também uma cidade imaginada, com os seus espaços de culto, os seus altares e, inversamente, os seus interditos. Desta forma, torna-se um elemento central na definição das identidades sociais (LOPES, 2000, p. 77).

Modelo para profissionais, o discurso da cidade moderna ocidental foi assimilado, também pelas multidões, sem clareza e criticidade sobre seu significado. Com métodos de estandardização humana, em todas as latitudes e culturas, pela soma de características psicofisiológicas reconhecidas e inventariadas por biólogos, médicos, físicos, químicos, sociólogos e poetas; culminam nas necessidades humanas universais sintetizadas nas funções citadinas (habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito) expressas na Carta de Atenas, de 1942, escrita no quadro teórico-prático do urbanismo progressista (CHOAY, 2010). Determinadas atividades exigem a cooperação de um elevado número de pessoas vivendo próximas para desempenhá-las, exercendo funções industriais, comerciais, de serviços os mais diversos (religiosos, militares, administrativos, sanitários, etc.) (SINGER, 2002).

A ideia chave é modernizar através da indústria e da arte vanguardista do cubismo e seus derivados. A grande cidade do século XX é anacrônica e concretizadora da revolução industrial através da utilização de materiais como aço e concreto possibilitadores de mudança de escala e perspectiva (CHOAY, 2010). A Carta de Atenas é uma espécie de mandamento do urbanismo moderno sobre como projetar, planejar e reformar espaços urbanos: o verde se transforma em ambiente de lazer necessário para as cidades; variáveis de ordem climática, luminosidade e arejamento ganham relevância; e discriminam-se funções básicas da vida moderna.

> Trata-se de uma visão racionalista, tecnocrática, a-histórica, que ignora as tradições culturais e pretende estruturar o presente e o futuro, levando em consideração novas tecnologias, materiais de construção e ideias 'progressistas', em que prevalecem os princípios da higiene, da luz, da ventilação, da circulação (FREITAG, 2012, p. 63).

A preocupação com a eficácia resume-se a priorização de questões de saúde e higiene (CHOAY, 2010). Os projetos de requalificação urbana que assumem objetivos de higienização dos hábitos de classes populares são motivados por tentativas de impor padrões de urbanidade oriundos dos grupos hegemônicos (PEIXOTO, 2004). Precisamente na abolição da rua, estigmatizada como resquício da barbárie, e na eliminação de imóveis antigos em favor de construções elevadas (CHOAY, 2010). Contudo, a realidade mostra a implosão de muitos destes projetos, inclusive pelas políticas de patrimonialização, ainda que apresentem pontos problemáticos.

> Este objecto de consolidação de um património dá [...] conta do caráter construído, relacional e conflitual das identidades. Construído na medida em que [...] a identidade [...] reconhecida como patrimônio precisa agora de ser [...] fabricada e refinada [...] a condição de sobrevivência desse património é a morte de uma identidade. Relacional porque apela ao desenvolvimento de sentimentos de identificação numa lógica comunitária e positivamente valorizada [...] Conflitual não só porque coloca os indivíduos perante uma dupla identidade, entre o que já não podem ser e o que ainda não sabem ser, mas também porque o apelo à identificação é ao mesmo tempo uma forma de reforçar a alteridade; de dar conta da presença do estranho, daqueles que por não sentirem da mesma forma que os residentes o património como seu podem constituir uma ameaça. (PEIXOTO, 2004, p. 196-197).

As ações de higienização e requalificação urbanas possuem contornos preconceituosos, elitistas, voluntaristas e contraproducentes. Outra característica da cidade moderna é a classificação conforme as funções das áreas especializadas (CHOAY, 2010), as chamadas zonas. A defesa da separação de usos do solo em nome da ordem e da higiene, frequentemente, recorre às imagens de grandes efeitos persuasivos, tal como a cidade enquanto organismo doente, precisando de regeneração e revitalização por meio dos saberes tecnocráticos.

> A mesma lógica que preside a distinção e separação dos diferentes cômodos de uma casa de acordo com os seus usos [...] deveria governar a organização do espaço da cidade [...] Aquilo que parece uma simples aplicação de bom senso [...] assenta-se, na realidade, sobre uma falácia lógica, uma vez que se recorria a algo perfeitamente razoável em uma dada escala (a da habitação individual) para justificar intervenções em outra escala (a da cidade como um todo), como se entre as realidades correspondentes a essas duas escalas distintas não existisse qualquer diferença qualitativa [...] O Urbanismo modernista perseguia a separação funcional como uma verdadeira obsessão, considerando-a a chave-mestra do 'ordenamento' da cidade (SOUZA, 2011a, p. 254-255).

Seu caráter funcionalista reside na separação de usos e densidades, e na sua dimensão socialmente excludente e conservadora podendo ser mais ou menos explícita. O ideal de progresso e harmonia sociais supostamente alcançados pela reestruturação espacial revela a visão dos conflitos sociais como simples tensões, e não como expressões de contradições objetivas pertencentes à essência estrutural das sociedades capitalistas (SOUZA, 2011a). Usos únicos de grandes proporções nas cidades formam fronteiras, e zonas de fronteiras criam bairros decadentes. E o problema básico é formarem barreiras que simplificam os usos da cidade em certo lugar, em grande escala. Portanto, implica empreendimentos socioeconômicos menos frequentados, com menos opções e destinos a dinamizar a área. A tendência é tornar o lugar mais improdutivo, desconstruído e deteriorado, menos seguro. À noite, os indícios são mais visíveis, com ruas desertas e escuras (JACOBS, 2011).

> O fenômeno das zonas de fronteira desertas desnorteia os planejadores urbanos, em especial aqueles que sinceramente prezam a vitalidade e a variedade urbana e detestam tanto a

> apatia quanto uma expansão indefinida. [...] às vezes são um recurso viável para aumentar a intensidade e dar à cidade uma forma clara, nítida, [...] certas fronteiras sem dúvida servem para concentrar e, portanto, intensificar áreas urbanas. [...] Ainda assim, mesmo que uma fronteira de vulto concentre intensidade urbana, [...], a zona de fronteira raramente espelha essa intensidade ou reúne boa parte dela. (JACOBS, 2011, p. 290-291).

Entender as desvantagens das fronteiras deve ajudar a evitar a criação de limites desnecessários (JACOBS, 2011). Para além da simples divisão espacial baseada em usos (residencial, industrial, área de proteção ambiental, zona comercial e de serviços), ou de acordo com parâmetros urbanísticos (volumetria e densidade), algumas técnicas de zoneamento são utilizadas enquanto instrumento de planejamento. Todas carregam riscos de abusos, corrupção, e reforço do caráter excludente e elitista.

Mas é irresponsabilidade sugerir que o controle de usos e densidades, generalizadamente, é ruim. “Indústrias poluentes, cujas emissões possam prejudicar a saúde humana e poluir o meio ambiente, precisam ter a sua localização criteriosamente estabelecida”. Recomendações e restrições quanto à localização e combinação de usos considerando fatores naturais e características do espaço antrópico são úteis, desde que não incorram em tecnocratismo, rigidez e detalhamentos excessivos “capazes de esterilizar o espaço urbano, cuja vitalidade deriva, em grande parte, exatamente da mistura de usos e atividades” (SOUZA, 2011a, p. 260).

Na cidade moderna, a urbe também é espetáculo e a estética é tão importante quanto à eficácia, rejeitando qualquer sentimentalismo respeitante ao legado do passado. A arte é regida por uma lógica matemática, de geometria elementar onde os elementos são dispostos em linhas retas a se cortarem em ângulos de 90° (CHOAY, 2010). Brasília foi um imenso laboratório, financiado pelo Estado, em que vários ingredientes da lógica e estética do urbanismo modernista foram misturados em grandes proporções. Um espaço desenhado na medida de um homem, onde a surpresa e o acidente foram eliminados. Assim como as possibilidades de encontros fortuitos em lugares que não tenham sido destinados a este fim. Para encarregados de tarefas administrativas e definidoras do conteúdo legal, entretanto, era um espaço perfeitamente transparente (BAUMAN, 1999).

A cidade como espetáculo é lugar e modo de recepção das relações sociais estetizadas da cultura contemporânea. A urbanística se reduz à (re)produção de imagem globalizada e homogênea, e os sentidos dos contextos e das relações cotidianas se reduzem às aparências transmitidas e à imaterialidade (ALVES, 2010). A imagem da cidade limita-se a pontos singulares, monumentais, servindo como marcos na memória. A aderência coletiva a um projeto de cidade perde sentido e culturas de gostos impõem seu domínio na assimilação e produção do espaço, tendência presente na disseminação que as indústrias de lazer oferecem, marcando o domínio do signo (a distinção social) sobre o símbolo (a interação afetiva) (LOPES, 2000). Intercalada de elementos textuais e não-textuais, morfológicos e não-morfológicos ampliadores de interpretações, modos de uso e apropriações da paisagem urbana, acarreta possibilidades outras de configuração do espaço citadino (ALVES, 2010).

A constituição deste é muito influenciada pelos capitais que exercem poder sobre ele. Após homogeneizar o território, procede uma integração comercial e produtiva com outros espaços (BRANDÃO, 2007), reforçando a unificação política (SINGER, 2002). A homogeneização[3] cria condições para a reprodução e valorização capitalista. Não se trata de solidariedade e comunitarismo, nem de nivelamento de desigualdades, mas de tornar comuns valores, símbolos e informações 'cosmopolitas' em um espaço e mercado uno. A integração produtiva recondiciona as economias aderentes, forçando a convergência e reacomodação das estruturas produtivas localizadas segundo a divisão de trabalho (BRANDÃO, 2007).

Os fluxos entre os distintos lugares crescem, a relação centro-periferia se dinamiza e complementa o polo que por ser um campo de forças hierarquicamente centralizador, concentra os investimentos em capital fixo, as forças aglomerativas e as economias de escala, de proximidade e de meios de consumo coletivo existentes nos espaços edificados (BRANDÃO, 2007). Durante os processos produtivos dos diferentes atores e de seus cotidianos, o ambiente construído é perpassado por diferentes temporalidades de ações em que o movimento interno da cidade privilegia "cada fração do espaço urbano para o exercício de um conjunto peculiar de atividades" (SANTOS, 2009, p. 96).

3 Paulo Peixoto (2004), por exemplo, critica as políticas urbanas que objetivando conseguir etiquetas (como os selos da UNESCO) acabam revelando a identidade local como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. Nelas, a marca é tomada pelo produto; o invólucro pelo conteúdo.

> Cada vez que a cidade moderniza uma de suas frações, [...] decreta o envelhecimento prematuro das demais áreas. Isso tem consequências para a economia urbana, pois a renovação urbana é, quase sempre, uma resposta às necessidades de empresas mais modernas (*Ibid*., p. 96).

Cano (2011, p. 183, *grifos do autor*) falou sobre esta ambiguidade afirmando ser a urbanização tanto seu algoz, quanto àquela que permite a cidade "mudar a roupa, assumindo atividades mais modernas, porém ainda de caráter mercantil. A urbanização acelerada lhe exigirá cumprir novos papeis, assumindo setores ainda mais novos para a região, o que certamente levará à mudança das estruturas de poder". Ou seja, a mesma cidade abriga múltiplos capitais, tecnologias, organizações e trabalhos, existindo diversos modelos de circulação, distribuição e consumo asseguradores desse esquema (SANTOS, 2009) que proporciona às classes dominantes ampliar territorialmente seu domínio (SINGER, 2002).

O poder hegemônico enquadra e hierarquiza relações, processos, estruturas e dita o novo, seja através da coação ou da persuasão. A falta de cidadania e politização eterniza classes com pouca identidade e consciência recíproca de grupos e delas próprias, sem reconhecimento (OLIVEIRA, 1987 *apud* BRANDÃO, 2007). E quanto mais atrasado ou subdesenvolvido o espaço, maior e mais nefasta a presença do capital mercantil conservador. Tal hegemonia decorre do quase absoluto controle sobre a produção local em termos de financiamento, armazenagem e distribuição, e sobre os aparelhos estatais atuantes na área. Este capital se vê mais vigoroso pela manutenção de contingente demográfico não absorvido pela economia, subocupando setores e mantendo baixos os salários (CANO, 2011).

> A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas (HARVEY, 2014, p. 20).

Mas não é a cidade que morreu, e sim um modelo histórico seu (FORTUNA, 2009). Ao longo do último quartel do século XX, ingressaram em nova era. Não obstante, ainda sejam produzidas por uma sociedade moderna, as alterações são de proporções consideráveis, dificultando as análises pelas velhas designações

e teorias urbanas convencionais (MENDES, 2011). As culturas urbanas já não se restringem e nem se sobrepõem aos espaços físicos delimitados da cidade edificada. Sua influência propaga-se para além destes limites (FORTUNA, 2009). Isto torna a cidade de hoje mais ilegível, representando o fim da segurança ontológica de outrora e tornando-a correspondente de uma sociedade fluida e plasticizada.

> Estas teses assentam numa das bases primordiais do pós-modernismo: eliminadas as metanarrativas, extintas as fontes de legitimação, fragmentada em miríades de posições a antiga sociedade estratificada, não é na classe social (nem nas variáveis clássicas como o sexo ou as filiações ideológicas) que encontraremos o fio condutor do enredo. A cidade surge como um palco onde os estilos se confrontam e onde viver passa a ser uma arte. Esta nova concepção de cidade não é [...] independente de [...] fenômenos de desindustrialização, contra-urbanização e terciarização das cidades, acompanhados por uma compressão no espaço-tempo que liberta as pessoas dos controles ecológicos locais, favorecendo interações à distância e deslocalizadas (LOPES, 2000, p. 77).

Ainda assim, "[...] presos aos cânones do nosso conhecimento e da nossa experiência, continuamos a designar 'cidade' [...] a modalidades novas, por vezes sem precedentes, de expansão e reinvenção do urbano". São "reconfigurações [...] que não se compaginam com a morfologia, a arquitetura ou o sentido político e social típico-ideal da cidade da antiguidade, da era medieval, ou da era industrial, em torno do qual se construiu e desenvolveu aquele léxico" (FORTUNA, 2009, p. 84).

Outras duas tipologias léxicas se difundiram e confundem sobre seus significados, em tempos de transição paradigmática: a cidade pós-moderna/pós-industrial/pós-fordista; e a pós-cidade/cidade genérica/urbano generalizado. Como bem enfatizou Mendes (2011), os novos caracteres ainda não configuram um modelo coerente ao ponto de se pensar que a utilização da preposição 'pós' signifique a completa superação e/ou evolução das formas anteriores.

O que separa a cidade pós-moderna da moderna é um lapso temporal de transformações profundas referentes à incessante urbanização mundial e ao crescimento das cidades das áreas centrais para as margens; ao poder de urbanistas e arquitetos para intervir e manter a aptidão que dá significação

ao espaço urbano, em detrimento da participação popular democrática; a flexibilização pós-fordista (ou acumulação flexível, nos termos de Harvey), a desindustrialização e reindustrialização, e a criação de vazios urbanos. A compressão espaço-temporal e a desterritorialização dos processos produtivos e comunicacionais propiciada pelas novas tecnologias; a cultura da velocidade e da mobilidade, a transfiguração de áreas urbanas em lugares de passagem (os não-lugares), a globalização cultural e financeira, e a governação política resultante desta. E, por fim, a urbanização da injustiça oriunda da privatização de lugares e patrimônios públicos, fragilizando a cidadania (FORTUNA, 2002). Nela, também é reconhecível características da cidade espetáculo.

A cidade pós-industrial é marcada pela importância do setor de serviços (inclusive do turismo) e não mais da indústria no mercado de trabalho, no Produto Interno Bruto, e na paisagem das áreas urbanas, relacionada à cultura pós-moderna (SALGUEIRO, 1998). Enquanto na época fordista havia tendência à concentração de atividades produtivas em grandes polos urbanos, assiste-se simultaneamente aos impulsos centrífugos (atividades industriais de bens de largo consumo) e centrípetos (serviços terciários financeiros, de consultoria e de marketing, de pesquisa, culturais e informacionais). Implica no aumento da fragmentação territorial urbana respondendo às exigências destes últimos impulsos. Na cidade pós-fordista, o urbanismo se realiza mais a partir de projetos urbanos estratégicos do que de planos diretores, e o espaço se torna policêntrico (MENDES, 2011).

A estrutura social da cidade pós-moderna originou tipologias como os yuppies (young urban profissional people) e os dinks (famílias com double income, no kids) (MENDES, 2011). O direito à cidade tornou-se apanágio de uma minoria em ascensão. Do ponto de vista da renovação urbana, esta pós-modernidade significou para uns poucos cidadãos a explosão do simbólico, das suas imagens e significações. Para a maioria restante, houve redução semântica dos espaços urbanos, desapropriação de zonas socialmente vedadas, e, portanto, aumento da exclusão (LOPES, 2000). “[...] O direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado” (HARVEY, 2014, p. 20).

O discurso de cidade genérica contemporânea/urbano generalizado/pós-cidade refere-se à ausência de limites e descontinuidades desfazendo a oposição entre campo e cidade, entre fora e dentro, reduzindo a autonomia citadina, seu status

de espaço de integração e de libertação. Há prevalência de fluxos (transportes, telecomunicações), da rede sobre a cidade imaginada como instituição delimitada, coordenando a relação entre centro e periferia, e a submissão dos espaços urbanos às pressões dos fluxos (MONGIN, 2009). Na era da globalização financeira e do neoliberalismo, poucas organizações globais, marcadas por fortes estratégias e capacidade de coordenação, escolhem a cidade onde se localizar e interferem nas decisões políticas e econômicas capazes de influenciar na estrutura da urbe (VELTZ, 1995 *apud* SPOSITO, 2008), muito mais do que os próprios habitantes.

Na pós-cidade a paisagem urbana (possivelmente paisagem de lugar nenhum) é mercadoria legitimadora de um novo sentido de urbanidade que, impactada por políticas neoliberais e modelos internacionais de projetos urbanos esvazia a esfera pública e responde apenas a setores de mercado, a modismos, experimentações estilísticas e códigos midiáticos, ao invés de responder aos usos cotidianos. A urbanidade, concernente à dimensão espacial e territorial, é "entendida como a base sociocultural e de paisagem constituída da e na cidade, em um momento no qual os processos de globalização restituíram as problemáticas projetuais da cidade e do território, colocando em questão as lógicas internas das cidades e a cultura do localismo" (ALVES, 2010, p. 255 e 256, nota três). A designação paisagem de lugar nenhum é uma conceituação de Michael Sorkin (2001 *apud* ALVES, 2010, p. 256, nota oito) "para pseudo-espaços públicos, caracterizados pela dissolução das relações estáveis com a geografia física e cultural própria do lugar, bem como por níveis crescentes de manipulação e vigilância sobre a cidadania", sejam por métodos tecnológicos, sejam físicos.

Por constituir meio material e social adequado a maior socialização das forças produtivas e de consumo, a vida urbana induz à criação de meios coletivos apropriados de forma seletiva e excludente. Há socialização por serem os capitais sociais (e não os individuais) os empreendedores diretos do processo; e é capitalista em razão dos poucos beneficiários, seguindo a hierarquização de classes (SANTOS, 2009). A generalização urbana acompanha uma reconfiguração territorial em que o futuro das cidades caminha com novas economias de escala e não permite idealizar uma cidade democrática, protegida e invulnerável aos choques da globalização (MONGIN, 2009). O produto acumulado pelo trabalho de todos e representado pelo capital social cidade, a cada dia é menos utilizado pelos membros da sociedade local e mais por atores forâneos. O que se tornou deseconomia urbana para uns é economia para outros,

aumentando as desigualdades, alargando a cidade, implicando necessidade de novos planejamentos e reformas urbanos, viabilizadores dos grandes capitais (SANTOS, 2009).

A tão desejada reforma urbana, para além de remodelação do espaço físico, é uma reforma social estrutural, tendo o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a mais pobre economicamente, elevando o nível da justiça social. Objetiva coibir a especulação imobiliária, reduzir as disparidades socioeconômico-espaciais intra-urbanas (portanto, a segregação residencial), democratizar o planejamento e a gestão urbanos, e garantir segurança jurídica aos residentes em espaços carentes de regularização fundiária (SOUZA, 2011b).

Enquanto a condição urbana anterior à cidade genérica ligava um fora e um dentro (a cidade como lugar possível de integração, mas do qual também se podia sair), o urbano generalizado dá lugar a cidades ilimitadas se desdobrando por dentro (se fechando), e que se contraem para uma melhor conexão com os fluxos. Ainda é possível desfrutar da cidade, mas o prazer é feito de uma cultura patrimonial de caráter enganoso (MONGIN, 2009).

Uma vez que a experiência urbana, a que entrecruza uma poética, uma cênica, uma política, a que imbrica privado e público, associava “naturalmente” a urbs e a civitas, um lugar e uma maneira de ser, uma forma urbana e um tipo de homem, uma urbanidade em suma, é bem essa dissociação, esse divórcio progressivo da urbs e da civitas que inquieta (Ibid., p.140 e 141, *grifos do autor*).

Portanto, pensar sobre o que é cidade atualmente implica abordar um dos conceitos mais imprecisos e ambivalentes.

É a cidade que lança as modas e as legitima. Mas é também na cidade que fervilham os conflitos, as tensões, as contradições, as múltiplas lógicas de (des) construção e apropriação do espaço. Por isso, alguns autores apresentam a imagem do ‘mosaico cultural’ para a caracterizar enquanto local de ‘justaposição de estratos e funções diferenciadas, conotadas com específicas formas de viver o quotidiano, nas matizes das suas crenças, ideologias, valores, costumes e representações sociais’ (LOPES, 2000, p. 67-68).

Em democracia, a cidade concede liberdade. Mas é preciso juntar-lhe criatividade e reinventá-la para aproximá-la

Da velha e abstrata polis, da participação cívica e da garantia dos direitos de cidadania. [...] além da sua forma, da sua estética, do seu uso e função, a arquitetura deve também re-imaginar-se na sua relação com o espaço, o tempo, os sentidos e as pulsões da cidade. [...] nem o espaço é monolítico nem o tempo absoluto e linear (FORTUNA, 2002, p. 129).

É preciso conjugar a cidade com a não-cidade e vivê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender que cada ciência a estudar a cidade parte de um olhar focado, construído por uma racionalidade que não se auto esgota e deixa de fora várias informações não suportadas pela mente humana e pelos métodos e técnicas utilizados para a construção de determinado escopo analítico é o primeiro passo para examiná-la considerando um conhecimento transdisciplinar. Isto é reconhecimento de suas linhas abissais. Mesmo que para a resolução de problemas na/da cidade as equipes sejam multidisciplinares, com metodologias interdisciplinares, os limites e as possibilidades de cada uma permanecerão.

O desafio está, justamente, na produção desse conhecimento citadino transdisciplinar, ultrapassando fronteiras disciplinares e considerando os saberes produzidos fora da academia. Afinal, a cidade é produto de interações sociais e de sabedorias diversas. É perpassada por temporalidades, referências, sonhos, imagens, sons, técnicas, percepções. Há elementos construídos da cidade moderna, simultaneamente ao modo de vida pós-moderno que se desenrola em suas paisagens. Exemplo disto é a atenção que as necessidades e os desejos recebem em algumas abordagens teóricas e experiências participativas na/da cidade. O passado, a cultura e o urbanismo se pautam sobre as necessidades, enquanto relegam a dimensão dos desejos (os quais existem no presente, e se insinuam em futuros próximos ou distantes), influenciando nossas ações.

Entender os múltiplos discursos que orbitam a cidade importa para a compreensão

dos jogos de forças, dos poderes políticos, sociais, econômicos que influenciam nas escolhas e/ou imposições das paisagens visuais, sonoras, artificiais e naturais conformadoras dos ambientes citadinos. Sejam estas escolhas feitas por gestores públicos e sociais, sejam por empresários, sejam por nós mesmos. Isto é tornar-se mais consciente dos processos educativos-políticos que nos atravessam cotidianamente simplesmente por habitarmos cidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paula; FERREIRA, Claudino. Apresentação: a cidade, as artes e a cultura. *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais** *(online)*, 67, 2003. Disponível em: http://rccs.revues.org/1104.

ALVES, Manoel Rodrigues. Cidade(s): novas espacialidades e territorialidades. *In*: **Pós**, v. 17, n. 28. Núcleos, laboratórios de pesquisa e serviços de apoio da FAUUSP, São Paulo, dez./2010. Pp. 250-257.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo de *The human condition*, de 1958. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Trad. de Globalization: the human consequences por Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 3ª ed. Trad. de Géographie urbaine por Raquel S. de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. de Le città invisibili de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMAGNI, Roberto. **Economía urbana**. Barcelona: Antoni Bosch editor, 2005.

CANO, Wilson. **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Trad. de Dafne Nascimento Rodrigues de L'urbanisme: utopies et réalités une antologie.

2ª reimp. Da 6ª ed. De 2005. São Paulo: Perspectiva, [1965] 2010.

CIDADE. **Site Wikipédia**. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Cidade. Acesso em: 15 mar. 2017

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal Editora, 2003.

FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.) **Plural de cidades**: novos léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2009.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002. p. 123-148. Disponível em: http://rccs.revues.org/1272.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. A cidade no diálogo entre disciplinas. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidades**: novos léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2009.

FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denys. **A cidade antiga**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros de La cité antique – étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome (ano 1864). Versão para e-book (ano 2006) eBooksBrasil/Exilado do livro em papel da Editora das Américas S.A., São Paulo, 1961.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. Trad. de Geraldo Gerson de Souza de *The social production of urban space*. 2ª ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: Do direito à cidade à renovação urbana. Trad. de Jeferson Camargo de Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. de Carlos S. Mendes Rosa de The death and life of great american cities. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1961] 2011.

LOPES, João Teixeira. **A cidade e a cultura**. Um estudo sobre práticas culturais urbanas. Porto: Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, 2000.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 27. edição, revista,

atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., [1979] 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. *In*: **Rev. Antropol.** (São Paulo, *online*), v. 59 n. 3: 174-203. USP, 2016.

MENDES, Luis. Cidade pós-moderna, gentrificação e produção social do espaço fragmentado. *In*: **Cadernos Metrópole**, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul./dez., 2011.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. Tradução de La condition urbaine: la ville à l'heure de la mondialisation por Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, Coimbra: CES, 2004. Disponível em: http://rccs.revues.org/1056. DOI https://doi.org/10.4000/rccs.1056.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: Espaço fragmentado. *In*: **Revista Território**, ano 3, n. 4, jan./jun. p. 39-53, 1998.

SANTOS, Lúcia Leitão. **De Vitrúvio a Freud**: cidade, arquitetura e subjetividade. Tese (doutorado em Arquitetura). Porto: Universidade de Porto, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. Trad. de Marisa Barda e Pedro M. R. **Sales de Prima lezione di urbanística**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. Tradução de Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, p. 312, 2016.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1.ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6. ed. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

SOUZA, Romênia Oliveira de. Desenvolvimento urbano sustentável? Reflexões a partir do paradigma pós-positivista. *In*: **III Colóquio Sociedade, Políticas públicas, Cultura e Desenvolvimento**. Tema Capitalismo, trabalho e política social. Crato, CE: URCA, Novembro, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. Série Sociedade, espaço e tempo. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

Projeto "Cultura Sustentável": tecnologia social e desenvolvimento sustentável no Bairro Alto da Penha em Crato-CE

Maria Isabel de Sousa Bezerra [1]

Flávia Hellen de Sousa Bezerra[2]

INTRODUÇÃO

A partir do Capitalismo, as relações sociais desenvolveram-se via exploração das atividades econômicas e políticas onde o imperativo da sociabilidade é a competição, cada vez mais estimulada e agravada com o fenômeno da globalização, que expandiu o alcance e eliminou barreiras ao desenvolvimento da atividade econômica e à exploração dos mercados. Infelizmente, em decorrência dessa competição, está a concentração de renda, que com o decurso de tempo só tem tornado mais evidente as disparidades existentes entre a parcela mais rica e as camadas mais pobres da sociedade.

O atual Sistema financeiro global, através dos bancos públicos e privados, configura-se com agente legítimo e implacável de exclusão, e intensificador as desigualdades sociais. Como alternativa de sobrevivência financeira, humana, social e ambiental, bem como de resistência à exclusão intrínseca ao capitalismo vigente, em muitos países, surge a Economia Solidária (ECOSOL).

A ECOSOL volta-se principalmente à criação de bancos comunitários e pautada no uso de Moedas Sociais à disposição da comunidade, sob o intuito de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, através de práticas de caráter colaborativo

[1] Bacharel em Administração Pública e Gestão Social (UFCA/CE). E-mail: isabelsousabezerra@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7341310740867423; ORCID: https://orcid.org/0000-0003 1233-6153.
[2] Graduanda em Administração Pública e Gestão Social (UFCA/CE). E-mail: hellenflavia988@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5963088962753191.

e sustentável. Assim, evidencia-se a concretização das bases fundamentais do desenvolvimento sustentável, observadas no objeto de estudo deste trabalho.

O objetivo deste trabalho foi analisar o Projeto Cultura Sustentável (PCS) no Bairro Alto da Penha em Crato/CE, a partir da percepção de que o projeto faz uso de tecnologias sociais na periferia de uma cidade do interior, concretizando e pondo em perspectiva os pilares do desenvolvimento sustentável. Para tanto, está estruturado da seguinte forma: no referencial, são feitas breves considerações acerca do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento e crescimento econômico, da economia solidária, da moeda social e da gestão social. Num segundo momento, discorre-se acerca da metodologia da pesquisa. Posteriormente, é examinado o perfil demográfico do Bairro Alto da Penha em Crato/CE, bem como é analisado o Projeto Cultura Sustentável, seguido das considerações finais.

Referencial Teórico

Revisitando o Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Com o advento da Revolução Industrial, a substituição do trabalho manual pela industrialização causou grandes transformações nas relações econômicas, onde a manufatura foi substituída pelas máquinas, passando-se à produção em massa. À medida que a produção aumentou, a busca por recursos naturais e matérias-primas foi se tornando cada vez mais excessiva, de modo que os operários foram cada vez mais explorados.

A Revolução Industrial ocorreu trazendo consideráveis avanços às técnicas de produção e serviços como, por exemplo, saúde, comunicação e moldes do mercado de trabalho. No entanto, paralelo a isto, decorreram também problemas relacionados à desigualdade, consumo, produção e sustentabilidade ambiental. A visão da época não considerava/visualizava a finitude dos recursos naturais.

Somente no século XX, mais precisamente a partir de 1970, que as questões relacionadas ao meio ambiente tomaram maior atenção. As consequências provenientes do crescimento econômico acelerado, a partir da exploração desenfreada do meio ambiente, começaram a aparecer, tornando-se um problema

de nível global. A reflexão acerca do desenvolvimento e da exploração intensa sobre a terra trouxe à tona os problemas ambientais originários do uso ilimitado dos recursos da natureza, a qual não consegue se recuperar tão rápido quanto é explorada (BELLEN, 2006).

A partir dessa reflexão, surge o conceito de "Desenvolvimento Sustentável". A primeira aparição do termo se deu no Relatório de Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, em que este foi conceituado como sendo aquele que "encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades" (NAÇÕES UNIDAS, 2020). Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável consiste no desenvolvimento de determinado local satisfazendo as necessidades humanas, utilizando de forma racional os recursos disponíveis na natureza.

Assim como a CMMAD, que foi criada com o objetivo de analisar as questões problemáticas relativas ao meio ambiente e propor formas para que os entes internacionais cooperem na resolução dessas, outras conferências foram realizadas, como a Rio 92, em 1992, no Rio de Janeiro, visando criar um plano de ação para construir uma parceria global para o desenvolvimento sustentável, a fim de melhorar a vida humana e proteger o meio ambiente. Dez anos após essa conferência, foi realizada a Rio +10, na África do Sul, reafirmando os objetivos da "Rio 92, e a Rio +20", em 2012, novamente no Rio de Janeiro, onde adotaram o documento "O futuro que nós queremos" e abriram um processo de criação de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir dos Objetivos do Milênio (ODM) que, três anos depois, em 2015, seriam lançados e no mesmo ano foi adotada a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

> Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – Econômica, Social e Ambiental – de forma equilibrada e integrada (ONU - Agenda 2030).

Esse plano de ação através dos seus 17 objetivos, busca cessar a pobreza e, consequentemente, a desigualdade socioeconômica que atinge as pessoas em nível global. Segundo o jornal O Globo, utilizando dados da Oxfam, as 26 pessoas mais ricas do mundo possuem o mesmo patrimônio que aqueles que compõem a camada mais pobre do planeta, o equivalente a 50% da população total; além de objetivar atingir a paz mundial, a democratização do acesso aos direitos básicos a todos, desenvolvimentos de práticas mais sustentáveis, entre outros; tudo isso, a fim de alcançar o bem estar de todos que habitam o planeta terra e a própria terra, com os objetivos que visam a manutenção desta.

Figura 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Nações Unidas [2015].

Desenvolvimento e Crescimento Econômico

O sistema capitalista propiciou a invenção de diversas tecnologias, que foram fundamentais para a aceleração do ritmo de produção, além da integração entre países, expandindo as relações comerciais entre eles. Isso possibilitou o estreitamento da relação entre homem e capital, facilitando o acúmulo de capital pela população. Essa concentração do capital faz com que a economia de determinada região gire, contribuindo para o aumento do Produto Interno

Bruto (PIB) e, consequentemente, para o desenvolvimento. Esses termos são comumente tidos como sinônimos. No entanto, para Sachs (2008), são conceitos distintos entre si:

O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades, conforme enfatizado, desde os anos 1960, por M. Kalecki e Dudley Seers. De acordo com o mesmo raciocínio, não é suficiente promover a eficiência alocativa. O desenvolvimento exige, conforme mencionado, um equilíbrio de sintonia fina entre cinco diferentes dimensões. Ele exige também que evite a armadilha da competitividade espúria, e em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais (SACHS, 2008, p. 14).

Igualmente, Veiga (2010) debate a respeito ao afirmar que é possível verificar essa distinção quando se examina o crescimento econômico ocorrido em diversos países semiindustrializados na década de 1950, onde esse crescimento não resultou necessariamente no maior acesso às populações pobres a bens materiais e culturais, incluindo o acesso à saúde e à educação, como foi visualizado em países desenvolvidos.

Assim, o crescimento econômico corresponde à produção e ao consumo de bens e serviços por determinado país, ou seja, é quantitativo; por outro lado, o desenvolvimento está associado à qualidade de vida da população, além do uso consciente e racional das matérias-primas.

Definição de Economia Solidária

No âmbito do desenvolvimento sustentável, encontra-se a economia solidária. Esta abrange diversas empresas, organizações, associações de caráter voluntário com o intuito de assegurar benefícios de natureza econômica aos seus associados (SINGER, 2001). Sob esta ótica, os entes mencionados surgem como sendo manifestações face à carência, a insuficiência de recursos enfrentada e que o sistema hoje predominante faz vista grossa, se negando a resolver.

Ainda para Singer (2001):

> A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social. Os pobres são pobres porque foram colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social (SINGER, 2001, p. 105).

No final do século XX, no Brasil, observa-se o surgimento de iniciativas dos trabalhadores voltadas para a construção de medidas alternativas à obtenção de recursos para as pessoas que se encontravam em situação de desemprego ou mesmo trabalho precário, conforme Carvalho (2012), tal fenômeno é o que se define como economia solidária, "um fenômeno econômico e social que, desde aquele momento, apregoava a solidariedade como princípio e fim da atividade econômica" (CARVALHO, 2012, p. 47).

Assim, são traços dessa iniciativa a cooperação, o mutualismo, a autogestão, bem como a solidariedade como valor axiológico que norteia o desenvolvimento dessas práticas, tal como se evidencia no Projeto Cultura Sustentável a ser analisado adiante. Tem-se, assim, o surgimento de um possível projeto alternativo à economia capitalista, voltada à redução das desigualdades, bem como no combate à pobreza.

Gestão Social

Para que se possa melhor compreender o estudo de caso a ser realizado, importante que se defina o que é gestão social. Assim, quando se concebe o termo é possível abordá-lo de duas formas: como meio ou como fim.

Enquanto fim, gestão social nada mais séria do que aquela voltada para a sociedade, pensada no âmbito social e não tão somente pelo viés econômico. Enquanto meio, a gestão social deve ser pensada como um processo. Deste modo, Silva Júnior *et.al.* (2012, p. 28) advertem: "Pensada, portanto, sob essa ótica de processo (e enquanto formulação em si), a ideia de uma "gestão social" convida a sua própria desconstrução, pois, uma interrogação que segue necessariamente tal formulação é aquela de saber: qual gestão não é social?".

Segundo Tenório (2005) a gestão social esclarece que o tema tem sido objeto de discussão muito mais na perspectiva de se constituir como uma gestão de

políticas públicas volta às necessidades sociais básicas, tais como alimentação ou mesmo preservação do meio ambiente, do que na perspectiva de ser compreendida como uma gestão democrática ou participativa.

Para o presente trabalho, será adotado o conceito de gestão social como sendo o processo de tomada de decisão que ocorre no âmbito do Poder Público, interagindo o Estado com a sociedade, de forma que se promova uma administração pública ampliada (TENÓRIO, 2005). Assim, em se tratando de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social, os seus destinatários devem também participar do processo, até mesmo como forma de se promover a cidadania.

Moedas Sociais

O Projeto Cultura Sustentável a ser analisado no trabalho se dispõe a ser um modelo de economia solidária, fazendo uso da moeda social denominada "Cafundó". Para que se possa melhor compreender a dinâmica do projeto, importante se estabelecer o conceito de moeda social e qual sua proposta no âmbito das economias solidárias.

Conforme Beatriz et.al. (2016, p. 200) "Moeda social é a denominação que se dá às formas monetárias alternativas, não oficiais, em geral ligadas às experiências de economia solidária. Encontra-se moeda social em bancos comunitários, clubes de troca e algumas feiras de economia solidária". Deste modo, são cunhadas pela própria comunidade ou grupo.

Assim, a proposta das moedas sociais é facilitar o acesso à produtos, serviços e saberes locais, servindo de forma complementar à moeda nacional vigente. A ideia de criar um banco comunitário que auxilie na circulação da moeda social é instituir um modelo próprio e peculiar à realidade da região, sendo a gestão e a propriedade dos próprios habitantes daquela localidade.

Metodologia da pesquisa

O presente trabalho se desenvolveu a partir de uma abordagem qualitativa, buscando a compreensão do Projeto Cultura Sustentável. Quanto à sua natureza,

a é pesquisa aplicada, voltada à produção de conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos da localidade em estudo, bem como demais comunidades que se encontrem em situação análoga (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O método utilizado é o dedutivo, partindo da análise de estudos sobre desenvolvimento sustentável, economia solidária, gestão social e uso de moedas sociais para se chegar ao desenvolvimento das atividades no PCS. Quanto ao objetivo a pesquisa é descritiva, pois busca expor os elementos caracterizadores e esclarecer conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável, economia solidária, gestão social e moedas sociais e explicativa, por procurar determinar como esses conceitos se relacionam e se aplicam no projeto em estudo.

O procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica, subsidiada por trabalhos acadêmicos e artigos científicos acerca do tema, bem como o estudo de caso, onde se buscou a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais no âmbito das comunidades beneficiadas pelo PCS. Assim, foram coletados dados, e analisadas informações sobre o Bairro Alto da Penha em Crato/CE, a fim de estudar seus aspectos demográficos variados para que fosse possível compreender o âmbito de incidência do projeto em questão.

O bairro Alto da Penha

Para uma melhor compreensão acerca da importância e dos impactos oriundos das práticas do projeto “Cultura Sustentável”, cabe uma breve apresentação do seu bairro sede. Apesar de atualmente beneficiar dez bairros, o referido projeto foi pensado incialmente apenas à mudança do contexto socioambiental do bairro Alto da Penha, localizado no município de Crato–CE.

O bairro Alto da Penha, conforme Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma população de 4.038 moradores, sendo historicamente apresentado como um bairro violento (em suas diversas vertentes), de alta vulnerabilidade socioeconômica, de carência de serviços e políticas públicas. Sua composição é predominantemente feminina, sendo 2.132 mulheres (52,8%) e 1906 (47,2%) homens. Sobre aspectos relacionados a cor ou raça da população, tem-se que 61% é autodeclarada parda, 25% branca, 12% preta e 2% amarela.

No âmbito da saúde, a comunidade não possui Unidade Básica de Saúde (UBS) em seu território, e os atendimentos são realizados em uma UBS do barro Mutirão (vizinho). O mesmo acontece com o CRAS Alto da Penha que também não está localizado na comunidade, mas no Centro da Zona Urbana de Crato à Avenida Duque de Caxias.

Em termos de educação, há apenas uma escola de ensino fundamental na comunidade. Os moradores que se enquadrarem no ensino médio devem se deslocar para outros bairros, para obtenção de serviços educacionais. Acerca da alfabetização, tem-se 82,6% de pessoas alfabetizadas e 17,4 % com dificuldades de escrita e leitura.

Até meados da década de 80, no bairro era depositado o lixo municipal de Crato, até uma luta comunitária liderada pelo senhor conhecido como “Tico de Bola”, que resultou no escavamento de valas largas e profundas ao ponto de inviabilizar a passagem dos caminhões com os resíduos. Cabe ressaltar que, paralelo a isto, ocorria a sobrevivência de muitas famílias do que chamavam de “lixão”. Apesar da vulnerabilidade atestada pelas secretarias e órgãos municipais e midiáticos, esta comunidade possui um histórico de comunhão em termos de lutas sociais e preocupação com as questões ambientais.

Projeto Cultura Sustentável (PCS)

O PCS é um projeto voluntário, desvinculado do poder público em qualquer esfera, e sem fins lucrativos que surge em junho de 2016 com o intuito de contribuir à promoção do desenvolvimento territorial a partir da educação ambiental e do manejo sustentável dos resíduos sólidos no bairro Alto da Penha em Crato/CE, através do que ficou conhecido como Feiras Sustentáveis (espaços de troca onde as pessoas trocam recicláveis pela “Moeda Social” chamada “Cafundó”, e com essa moeda que está sendo cotada a R$ 1,00 - um real - adquirem alimentos, artesanato e produtos comercializados nos empreendimentos cadastrados no PCS).

Até momento da realização desta pesquisa, o PCS arrecadou mais de 30 toneladas de recicláveis, reduziu 90% dos focos de dengue e distribuiu mais de 30 toneladas de alimentos via cafundós. Todo reciclável arrecadado é vendido

à Associação dos Agentes Recicladores do Crato – AARC. Toda a renda é destinada ao pagamento das transações em Cafundó e a melhorias no bairro como, por exemplo, a extensão da Rede Pública de esgoto em 218m, doação de fraldas geriátricas, cama e colchão hospitalar a moradores em situação de risco. Ressalte-se que, em média, 800 pessoas são diretamente beneficiadas.

Importante ressaltar também que, o que em 2016 era visto como lixo, hoje se configura como instrumento de combate à fome, à dengue, e de fomento à cultura e economia locais, bem como de desenvolvimento de uma comunidade até então conhecida apenas pela sua condição de vulnerabilidade.

Atualmente, a comunidade do bairro Alto da Penha é a única comunidade do Cariri cearense a possuir Moeda Social ativa e circulante, bem como a desenvolver práticas eficientes de combate à dengue, à fome, de promoção da educação ambiental e do desenvolvimento endógeno, não dependendo do Poder Público em termos financeiros e/ou de serviços.

Em suma, o impacto ambiental deste projeto consiste na reutilização dos resíduos, no desenvolvimento da educação e consciência ambiental que está diretamente ligada à seletividade e com o descarte de forma precisa destes materiais, evitando a poluição ocasionada pela aglomeração de resíduos.

Figura 2

Fonte: Pesquisa de Campo.

No âmbito da sustentabilidade econômica, as ações do PCS, a partir do papel da dimensão econômica da sustentabilidade (a qual visa alcançar uma melhoria na qualidade de vida da população, por meio da geração de renda, e do uso limitado e consciente dos recursos naturais, preservando o meio ambiente para

as gerações futuras), observa-se que através de ações como a realização de feiras, cinema para as crianças, programas de educação ambiental, dentre vários outros, busca fomentar a cultura, a economia e a saúde do bairro Alto da Penha. Sachs (1993 apud IAQUINTO, 2018) reitera que a sustentabilidade econômica é possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos:

Figura 3

Figura 4 - Moeda social cafundó

Fonte: Pesquisa de Campo.

Sobre a sustentabilidade psicológica deste projeto à comunidade do bairro Alto da Penha, cuja referência anterior à execução do PCS restringia-se socialmente a violência, crime, preconceito e abandono, é notória e inegável a conquista de outros valores, realidades, situações e experiências que agregaram novas práticas e características outras ao referido bairro como, por exemplo, a visão dos moradores sobre o manejo sustentável dos resíduos, a perspectiva de desenvolvimento a partir de práticas comunitárias independentes do Poder Público em termos financeiros, a compreensão do processo de Moeda Social à assistência dos indivíduos e desenvolvimento estrutural do território e, a partir do que era "lixo" em 2016, o financiamento de outros projetos dentro do Alto da Penha.

Consoante Galter e Manchope (*apud*, IBIDEM) a ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Por conseguinte, da união entre a ação das gerações adultas com a demanda de atitudes e posturas deste meio social, formam-se condutas desviantes dos padrões estabelecidos legalmente, socialmente e politicamente, uma vez que estes moldes de conduta são os únicos acessíveis às personalidades em processo de formação.

O perigo oriundo da história única, relatado por Chimamanda Adichie (2014) como sendo um fator de construção de uma única crença ou percepção de mundo, estende-se também a experiência e expectativa quando unificada que, por sua vez, molda as perspectivas e esperanças e, por consequência, manifestam seus efeitos nas atitudes, nos objetivos e na crença de uma única possibilidade de como dirigir a vida.

O Cine Sustentável surge então como uma forma de tornar possível o contato das crianças com outras realidades, objetivando acrescer a sua formação social, intelectual e moral o conhecimento, a vivência e a crença na possibilidade de outras alternativas de vida por meio do contato com recursos relativos a infância, em um ambiente pacífico onde encontram pessoas que apresentam histórias e exemplos a serem considerados, como o de trabalhadores, estudantes que não aderiram ao crime. Em linhas gerais, este eixo do projeto permite que as crianças reconheçam sua realidade, mas não somente a vejam como caminho único, despertando dentro dessa realidade motivações, esperanças e emoções divergentes das proporcionadas diariamente.

No tocante à sustentabilidade cultural, para Sachs (1993, p. 27 *apud* IAQUINTO, 2018, p. 169), esta consiste em:

> [...] busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de eco desenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

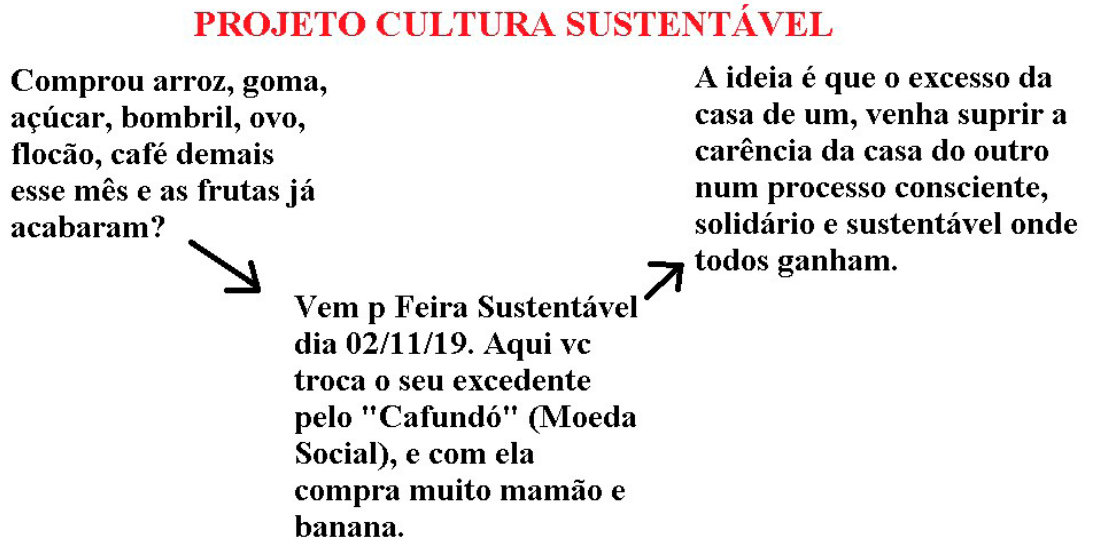
Nesse ínterim, essa dimensão sustenta-se na capacidade de cada comunidade se modernizar, acompanhando os avanços e transformações realizado dia após dia, sem abandonar os costumes e valores locais acrescendo-os com os valores do ecodesenvolvimento que se aplique à sua comunidade, atendendo as necessidades singulares de cada território.

> A dimensão cultural em muitos aspectos confunde-se com a social, tendo em vista que cultura e sociedade são, muitas vezes, elementos indissociáveis. Fazem parte desta concepção: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores

> regionais, bem como acompanhar suas transformações. Para buscar essa dimensão é um caminho válido o de valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais (MENDES, 2006, p. 55).

Seguindo essa linha de raciocínio, que propõe a preservação e divulgação de história da cidade, o PCS nomeia sua moeda social pelo nome de Cafundó, homenageando um rio que se localiza nas proximidades das comunidades atendidas pelo projeto e é alvo de muitas histórias e relatos reproduzidos pela população local.

Figura 5 – Feira Sustentável Esquematizada



Fonte: Elaborado pelos autores.

A educação ambiental é indispensável, principalmente quando é tratada por inteiro, abrangendo os aspectos sociais econômicos, políticos, psicológicos e culturais. À vista desta última, a formação de indivíduos informados e preocupados com as questões ambientais que assolam o mundo contemporâneo se faz de extrema importância, no que tange a mudança de comportamentos individuais e coletivos, a fim de viabilizar a manutenção da vida na terra, no país e na comunidade onde moram, onde suas raízes estão encravadas e onde aquele indivíduo foi moldado a partir da cultura do local.

Se alguns dos problemas ambientais foram causados também, por uma cultura de massa baseada no consumismo e no descarte irregular dos resíduos, bem como, pela desconsideração da importância da preservação ambiental para a nossa sobrevivência, pode-se utilizar a mesma ferramenta, a cultura, para promover uma conversão dos efeitos desses costumes e crenças anteriores, desde que esta seja fundamentada na educação ambiental.

Em relação à dimensão política, para Mendes (2009) a dimensão política consiste em uma forma de,

> Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão (MENDES, 2009, p. 56).

Assim, a dimensão política se evidencia como uma forma de incitar a luta da população pelos seus direitos básicos, constituindo uma sociedade mais ativa, informada e democratizada. Além de objetivar o desenvolvimento do Estado, para que esse seja capaz de implementar e seguir à risca seu plano nacional, a fim de assegurar tais direitos à população.

Partindo da premissa que o Estado foi criado com o objetivo de assegurar alguns direitos básicos aos cidadãos, conforme dispõe a Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Art. 6º "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição", a atuação do terceiro setor se torna conflitante quando posto em cena com as obrigações do Estado.

O trabalho exercido pelas associações, ONGs, entidades filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e por todo terceiro setor são de grande importância para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, à medida que essas entidades vão agindo, o Estado recua no que concerne ao princípio da sua responsabilidade na garantia desses direitos, podendo até mesmo desenvolver a crença tanto para a população quanto para os

servidores públicos de que somente o terceiro setor tem obrigação de trabalhar pela sociedade civil.

O PCS enfrenta problemas quantitativos no sentido de ter sido pensado e desenvolvido para o bairro Alto da Penha, mas que, considerado o fato de que fome, "lixo", focos de dengue e necessidade de educação ambiental há em quase todos os lugares, a história do PCS se expandiu e hoje o mesmo atende 10 bairros do município de Crato, ou seja, uma média de 800 pessoas e a Rede Solidária (pessoas que doam os alimentos às Feiras Sustentáveis expandiu-se apenas em mais dois doadores), ou seja, ampliou-se a demanda, mas a quantidade de atores da Rede Solidária permanece quase inalterada.

Com o surgimento da Pandemia COVID-19 as Feiras Sustentáveis tornaram-se inviáveis, assim como foram sentidos mais intensamente os impactos sociais a partir do desemprego gerador do ócio e da dificuldade de acesso à alimentação. Diante deste cenário, e ainda mantidas as doações por parte da Rede Solidária, o projeto Cultura Sustentável redesenhou-se às demandas dos moradores do bairro Alto da Penha criando o "Mercadinho Cafundó" que consiste em uma pequena mercearia em que as compras podem ser feitas tanto a partir de recicláveis, quanto pela prestação de serviços ao bem-estar e desenvolvimento territorial do bairro Alto da Penha.

Dentro da proposta do "Mercadinho Cafundó" a AMBAP criou um sistema de cadastro de moradores desempregados, denominado Banco de Dados Colaborativo. Neste cadastro consta o nome, endereço, contato, habilidades dos moradores (faxineira, pintor, servente, cozinheira, professor de reforço escolar, dentre outros). Paralelo a isto a AMBAP tem canais de acesso abertos à solicitação dos moradores para fins de assistência a idosos (banho, lavagem de roupas, faxinas, limpeza de quintais e corte de cabelo), limpeza de terrenos baldios, serviços de manutenção, infraestrutura, pintura e construção de rampas nas residências dos idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

Uma vez recebida a solicitação, a AMBAP contata para o serviço solicitado os moradores cadastrado no Banco de Dados Colaborativo que estabelece em cafundós, o valor do serviço a ser prestado. Após o serviço prestado, o morador recebe os cafundós e realiza suas compras no "Mercadinho Cafundó".

A partir dessa lógica foi colocada a iluminação da estátua do Padre Cícero no Morro do Alto da Penha, bem como feita a restauração de sua estrutura base, limpeza para reabertura da Biblioteca Luiz Cruz, rampas nas entradas das casas de duas deficientes físicas, dentre outros serviços.

Assim, ao invés de trabalhar a política do "coitadismo" em que a AMBAP doaria alimentos e assim configurar-se-ia a salvadora e o morador o "coitado", a AMBAP atua na reeducação dos indivíduos à coprodução do desenvolvimento territorial/local/comunitário. Ou seja, a necessidade do morador é o alimento, o objetivo da AMBAP é o bem-estar e o desenvolvimento do bairro Alto da Penha, assim a AMBAP dispondo do alimento e o morador da habilidade profissional e de tempo em razão do desemprego, há um diálogo entre as necessidades e oferta de cada um desses agentes.

Em suma, os moradores tornam-se colaboradores do desenvolvimento local e a AMBAP facilitadora da solução das demandas de seus colaboradores. Neste sentido tem-se o que pensamos como coprodução do desenvolvimento social e a reeducação dos indivíduos à proatividade e aos protagonismos comunitários.

Figura 6 – Logomarca do "Mercadinho Cafundó"

Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 7 – Moradoras colaboradoras no "Mercadinho Cafundó"[3]

Fonte: Página oficial AMBAP.

Figura 8 – Moradora Colaboradora em compras[4]

Fonte: Pagina oficial do projeto.

Figura 9 – Feiras Sustentáveis[5]

Fonte: Página oficial do projeto.

[3] Página oficial AMBAP - https://www.facebook.com/298907657563746/photos/a.300899857364526/966690714118767.
[4] Pagina oficial do projeto - https://www.facebook.com/culturasustentavel2016/photos/644081982464787.
[5] Página oficial do projeto - https://www.facebook.com/culturasustentavel2016/photos/644081719131480.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é possível afirmar que o Projeto Cultura Sustentável contempla a prática dos pilares do desenvolvimento sustentável, através de uma logística simples, mas extremamente criativa e pautada nos princípios da Economia Solidária observada principalmente pela criação e uso de uma moeda social e práticas de caráter imprescindivelmente sustentáveis. O PCS trabalhar sob a possibilidade do surgimento e propagação de um modelo alternativo para as economias capitalistas, voltadas à redução das desigualdades e ao combate à pobreza, tendo como valor fundamental a solidariedade e a cooperação entre as pessoas, bem como demais entes que compõem o chamado terceiro setor.

Sob esse viés, as ações executadas pelo PCS são respostas aos problemas públicos locais, os quais são responsabilidade do Estado e este deve solucioná-los por intermédio de políticas públicas. Porém, já existido um plano de ações que foram postas em prática e deram resultados positivos e são de fácil aplicação, para facilitar o serviço público seria válido e eficiente tomar conhecimento deste projeto e fomentar o seu desenvolvimento em outros níveis territoriais mais abrangentes.

Ressalta-se como algo extremamente louvável, iniciativas como estas justamente com o Terceiro Setor, mas ainda há muito que se trabalhar para que a Administração Pública assume seu papel de forma íntegra e eficiente, cabendo também às instituições relativas ao terceiro setor utilizarem de suas ferramentas para reivindicar a atuação do governo, consolidando o processo democrático e construindo, assim, melhores resultados para todos.

Em suma, a AMBAP via Projeto Cultura Sustentável, traz inovação e tecnologias sociais que ampliam a atuação das Instituições do Terceiro Setor (OSC), no sentido de transcender o Controle Social, que tem como propósito acompanhar e fiscalizar os atos estatais, para galgar a posição de coprodutora e protagonista, tanto das políticas públicas, quanto do desenvolvimento local do bem público/comum que timidamente contribui para o que justifica inclusive a criação do Estado, e configura-se como seu principal objetivo.

Como inovação observou a nova política de coprodução do desenvolvimento, e no âmbito das tecnologias sociais, tem-se as práticas pautadas nos princípios

da Gestão Social e da Economia Solidária enquanto norteadoras das ações AMBAP que segue pioneira no município de Crato – CE, no quesito reeducação comunitária às sustentabilidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lulo Almeida; ALVES, Tainá Almeida. **O Perigo da História Única**: Diálogos com Chimamanda Adichie. 2014. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/alves-alves-o-perigo-da-historia-unica.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

BEATRIZ, Marilene Zazula; OLIVEIRA, José Aparecido de; MARCHI, Lourdes; BUENO, Glicimar; CARNEIRO, Gisele. Moeda Social: Possibilidades e Limites – Reflexões a partir da Implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. São Leopoldo/RS, **Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria Otra Economía**, vol. 10, n. 19, jul./dez., p. 198-207, 2016. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1019.06/5769. Acesso em 22 jun. 2020.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Sustentabilidade**: Uma Análise Comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jun. 2020.

CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo**: uma análise da experiência política da associação nacional de trabalhadores e empresas de autogestão. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: https://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/mariana.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definindo Gestão Social. *In*: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres, *et al.* (Org.). **Gestão Social**: Práticas em Debate, Teorias em Construção. 1. ed. Juazeiro do Norte/CE: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, 2008, p.27-37. Disponível em: https://gestaosocial.páginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-Cole%C3%A7%C3%A3oEnapegsV1_Gest%C3%A3oSocialPraticasDebatesTeoriasConstr u%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GALTER, Maria Inalva; MANCHOPE, Elenita Conegero Pastor. **A Educação em Émile Durkheim.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis12/art12_12.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

IAQUINTO, B. O. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, [Florianópolis], v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018. DOI https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v25i31.p157. Disponível em: https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187. Acesso em: 26 ago. 2022.

IBGE. **Crato**: Panorama. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/panorama. Acesso em: 26 jun. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Como as Nações Unidas apoiam os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**, [2015]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 26 ago 2022.

NAÇÕES UNIDAS. A UNO e o meio ambiente. 2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente. Acesso em: 26 ago 2022.

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento Sustentável**. Net, 2007. Disponível em: http://educar.sc.usp.br.biologia/textos/m_a_txt2.html. Acesso em: 25 jun. 2020.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta; MARTINEZ, Renata. Desenvolvimento Regional e Local Fomentado pela Participação e Articulação de Atores Sociais. **Revista FACEF Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão**, v. 16, n. 3, 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/exploracao-de-recursos-naturais-mais-do-que triplicou-em-50-anos-23516548. Acesso em: 26 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: Includente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SINGER, Paul. Economia Solidária versus Economia Capitalista. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília/DF, v. 16, n. 1-2, dez. 2001, p. 100-112. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 69922001000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social.

Revista Desenvolvimento em Questão, Ijuí/RS, ano 3, n. 5, jan./jun. 2005, p. 101-124. Disponível em: https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-17-Ten%c3%b3rio 2005.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Crises ambientais e o princípio jurídico da Sustentabilidade: reflexões em torno da crise sanitária provocada pela pandemia de SARS-CoV-2

João Paulo Jacó Sampaio[1]

Francilda Alcantara Mendes[2]

INTRODUÇÃO

Conforme justifica Anderson *et al*. (2020), a pandemia provocada pela Covid-19 (SARS-CoV-2) representa um dos maiores desafios sanitários em escala mundial deste século. Na primeira semana do mês de abril de 2020, poucos meses depois do início da epidemia na China, em dezembro de 2019, foram reportados mais de 1,5 milhão de casos e 85 mil mortes no mundo. Os resultados desta crise ambiental foram catastróficos do ponto de vista das vidas perdidas, bem como da crise social e econômica gerada, o que implica na necessidade de que sejam pensadas alternativas, a fim de que outras crises ambientais não ocorram.

Do ponto de vista jurídico o Direito Ambiental é o ramo da Ciência Jurídica que disciplina as atividades humanas efetiva ou potencialmente causadoras de impacto sobre o meio ambiente, com o intuito de defendê-lo, melhorá-lo e de preservá-lo, dentro dos padrões de qualidade ambiental estabelecidos para as gerações presentes e futuras (FARIAS, 2020). Isso implica dizer que os impactos ambientais que não forem causados nem puderem ser influenciados pelo ser humano não farão parte do objeto desta disciplina.

Na opinião de Fiorillo (2000, p. 22), o "direito ambiental é uma ciência nova, porém autônoma". Essa independência é decorrente em razão de aquele possuir seus próprios princípios, inseridos na Carta Magna. Para alguns autores, o

[1] Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. E-mail: JPaulo_Hiei@hotmail.com.

[2] Doutora em Educação Brasileira. E-mail: francilda@leaosampaio.edu.br.

Direito Ambiental pertence ao novo grande ramo do direito que não é público nem privado, o ramo dos direitos difusos. É da natureza do interesse difuso não ser a sua titularidade atribuída a ninguém em particular. Da mesma forma, também é de sua natureza não pertencer a nenhuma pessoa jurídica, pública ou privada e nem mesmo a um Estado em particular, já que faz referências a bens pertencentes a toda a humanidade.

Assim alega Machado e Garrafa (2020), é fundamental a existência de estudos e reflexões éticas acerca das ações humanas e a forma como a ciência se desenvolve, avaliando suas consequências para a vida das pessoas, para a sua saúde e para o próprio planeta. Como se observa, o mundo contemporâneo tem atravessado uma série de mudanças capazes de comprometer até mesmo a continuidade de sua existência e dos seres que nele habitam.

Neste sentido, a presente pesquisa é básica, qualitativa, documental e usa como procedimento a revisão bibliográfica que, segundo Gil (2008), é desenvolvida com auxílio de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O relevo das análises está no fato de que é necessário refletir sobre as consequências catastróficas que crises ambientais como a pandemia de Sars-Cov-2 podem provocar à vida humana e não humana, pois evidenciam o não cumprimento do paradigma da sustentabilidade, bem como de normas jurídicas ambientais que visam o equilíbrio ecológico.

Pandemia: reflexões iniciais

Matta *et al.*, (2021, p.15), afirma que:

> Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte. Mas tais surtos não são iguais. Cada um deles pode ter intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas e estabelece relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais.

Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global. É o caso da Covid-19 (SARS-CoV-2). Levou menos de três meses para que, no início de

2020, mais de 210 países e territórios confirmassem contaminações com o novo coronavírus, casos da doença e mortes. A escala global, no entanto, não significa que se trate de um fenômeno universal e homogêneo. É possível estabelecer padrões, identificar seu patógeno, compreender a sua mecânica biológica e sua transmissibilidade. Mas um vírus, sozinho, não faz pandemia, tampouco explica o processo saúde e doença presente em diferentes contextos.

Assim, Matta *et al*., (2021 p.16) explana que "os desafios postos em relevo pela pandemia não são apenas sanitários são socioeconômicos, políticos, culturais, éticos, científicos, sobremaneira agravados pelas desigualdades estruturais e iniquidades entre países, regiões e populações". Neste sentido, as mensagens e atitudes de muitos governos sobre a pandemia reforçaram a dicotomia saúde-economia. Líderes políticos e empresários de diversos países das Américas e da Europa assinaram um manifesto contra o que chamam de sacrifício de direitos e liberdades (MACRI *et al.*, 2020), referindo-se às medidas de isolamento e distanciamento social e suas consequências econômicas. Nessa linha, muitos optaram por seguir a tese da imunidade de rebanho para manter a lógica econômica neoliberal, contra as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e de especialistas da área.

Em vários países, onde os governos demoraram a tomar medidas que mitigassem os efeitos da crise, a situação se tornou dramática e ao mesmo tempo exemplar: Itália, Reino Unido, Brasil e EUA produziram consequências sanitárias e humanitárias, principalmente entre populações vulnerabilizadas. A falta de ação dos governos desses países gerou críticas duras, com destaque para os editoriais da revista The Lancet, um dos mais reconhecidos periódicos científicos de saúde do mundo (HORTON, 2020a; THE LANCET, 2020), nos quais se demonstrou a importância de se reconhecer a estreita relação entre política e saúde pública (HORTON, 2020b).

> No tocante às políticas de proteção social, a oposição, por meio do Legislativo, reforçou a necessidade de uma ajuda governamental que permitisse que as pessoas que perderam suas rendas antes da pandemia ou em seu curso pudessem se manter em quarentena. Em abril, o governo e o Ministério da Economia acataram a proposta e aprovaram a concessão do auxílio emergencial (BRASIL, 2020c), que contemplou mais de 67 milhões de brasileiros, superando o Programa Bolsa Família em número de beneficiados (MATTA *et al.*, 2021, p.31).

Pelo exposto, observa-se que o contexto pandêmico do SARS-COV-2 é multidimensional, assim como é o paradigma da sustentabilidade. Para Sachs (2002) pelo menos cinco dimensões devem ser destacadas quando se trabalha o conceito de sustentabilidade, sendo elas: ambiental, econômica, cultural, social e política. A pandemia gerou impactos em todas estas dimensões e não se ateve apenas a uma questão de saúde pública. Tal fato invoca a necessidade de que se promova a sustentabilidade em todas as suas dimensões e que as discussões sobre a mesma não se restrijam apenas a seara do meio ambiente natural, pois os problemas que afetam a vida são marcados por profunda complexidade e como leciona Morin (2012) exigem soluções complexas.

Sustentabilidade

Chacon (2007) afirma que

> No atual modelo de desenvolvimento globalizado, o homem é apenas mais um elemento, assim como também é a natureza, que deve ser preservada, visto que ambos são úteis para a definição e reprodução de um modelo de exploração que se sustenta há séculos, desde que o homem passou a se julgar acima da natureza, desde que achou que a dominava e ela estava a seu dispor (CHACON, 2007, p. 110).

Nessa lógica, ele incluiu também a dominância de seus semelhantes, achando-se também acima deles e, assim, perdendo aos poucos a noção do que é ser humano.

Chacon (2007) salienta ainda que

> A visão de que o processo de desenvolvimento deve ser amplo o suficiente para incorporar de forma definitiva a proteção ao meio ambiente vem sendo fortificada paulatinamente desde os anos 80 do século XX, mas tomou grande impulso a partir da aprovação da Agenda 21, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO-92. E o conceito desenvolvimento sustentável, mais difundido desde então, vem sendo utilizado para os mais diversos fins, não só científicos, mas também em discursos de cunho político e textos

> governamentais, que nem sempre resultam em ações efetivas de mudança (CHACON, 2007, p. 127).

Nesse sentido, Freitas (2015) defende que o papel do Estado na indução do desenvolvimento sustentável é fundamental, especialmente em espaços de exclusão e desigualdade social. Segundo Goldblatt (1998 *apud* CHACON, 2007, p. 128)

> As políticas ambientais são motivadas tanto por interesses como por ideais. Esta premissa também é válida para as políticas sociais. Ambas formam a base para o alcance do desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista ambiental, os interesses levam à compreensão dos danos ambientais e das consequências e ameaças à própria economia, com a diminuição de rendimentos e de empregos, e os direitos morais e ideais podem compreender o fato de os direitos do futuro prevalecerem sobre os das gerações atuais ou sobre o valor irredutível de todas as formas de vida (GOLDBLATT, 1998).

Dessa forma, Dias (2015, p. 14) alude que

> Os problemas ambientais não reconhecem fronteiras e, portanto, devem ser abordados desde uma perspectiva global, regional e local, para resolver cada um deles em um determinado microambiente, como um todo, como uma unidade, através da participação, do trabalho integral e das estratégias adequadas para conseguir alcançar mudanças satisfatórias no meio ambiente.

Nakamura (2013, p. 8) salienta que

> à época em que os Estados celebraram os primeiros tratados ambientais, havia uma consciência tímida, que se limitava às necessidades de regular relações comerciais envolvendo a natureza. Com o passar do tempo, o debate foi se aperfeiçoando e o meio ambiente se viu afrontado por discussões em torno do aumento populacional, desenvolvimento econômico e progresso tecnológico, em ritmo cada vez mais acelerado.

Conforme explica Crespo (1990, p. 63), “o Brasil, ao assumir a organização da

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, tomou uma decisão que teve importantes repercussões nas políticas interna e externa do País".

Conforme exposto na CPDS (2000), a construção da Agenda 21 brasileira partiu do desencadeamento de um processo de planejamento participativo com a finalidade de analisar a situação atual do país para identificar potencialidades e fragilidades e, dessa forma, visualizar o desenvolvimento futuro de forma sustentável. Para isso, procurou abordar a realidade brasileira de forma multissetorial, a partir de diagnósticos setoriais elaborados por especialistas, apoiados por ampla participação de representantes de diferentes setores da sociedade de todas as regiões do país, inclusive com participação da área acadêmica.

Vargas (1994) destaca que, em maio de 1989, o PNUMA e a OMM passaram a promover "reuniões de grupos restritos que tinham por objetivo arrolar elementos para um projeto de convenção" (VARGAS, 1994, p. 62). Em 1990, as negociações da Convenção sobre Mudança do Clima passaram a realizar-se sob a égide da Assembleia Geral das Nações Unidas, com a criação do Comitê Intergovernamental Negociador de uma Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, decisão que enfraqueceu o PNUMA, na medida em que lhe retirou a liderança nas negociações.

Na concepção de Milaré (2007),

> embora grande parte da legislação ambiental seja elaborada em resposta a catástrofes, evitar danos ambientais é mais barato, mais fácil e menos perigoso para o meio ambiente do que reagir a danos ambientais já ocorridos. O princípio da prevenção é a noção fundamental por trás das leis que regulam a geração, transporte, tratamento, armazenamento e descarte de resíduos perigosos e leis que regulam o uso de pesticidas (MILARÉ, 2007, p.149).

Pelo exposto, percebe-se que o paradigma da sustentabilidade goza do status de um dos mais proeminentes assuntos da comunidade científica desde a década de 80 do século XX, embora a aplicação integral do conceito ainda não tenha sido capaz de gerar a consciência do cuidado e da solidariedade inter e intrageracional apontada por Freitas (2015) como a necessidade de se promover

qualidade de vida para as atuais e para as futuras gerações.

O paradigma da sustentabilidade frente à crise ambiental da SARS-CoV-2

A pandemia de COVID (SARS-CoV-2) evienciou a crise ambiental global em que a humanidade está mergulhada em razão da insustentável lógica econômica capitalista que busca o lucro a todo custo em detrimento da qualidade da vida humana e não humana. Neste sentido, o paradigma da sustentabilidade necessita superar as fronteiras da Academia e dos discursos políticos, a fim de que o ser humano seja capaz de priorizar o "ser ao invés do ter" como preconiza (CHACON, 2007, p. 115).

Salienta Toledo e Galleguillos (2014, p. 37) que "o processo de Educação para a sustentabildiade deve ser transversal, isto é, estar presente em todos os momentos da educação, desde as ações de propaganda voltadas à população em geral até as disciplinas ensinadas no ensino regular". Além disso, a Educação para a sustentabildiade deve ser interdisciplinar, com várias áreas de conhecimento trabalhando juntas, para uma abordagem mais ampla e complexa do ambiente, considerando não apenas os aspectos biológicos dele, mas as relações do homem com o meio. A biologia, a saúde, as ciências sociais e políticas e outras áreas devem se unir e discutir os problemas e soluções conjuntamente, possibilitando que as estratégias educativas alcancem objetivos positivos duradouros.

> Educar para a preservação do ambiente parte do principio de que os saberes das pessoas e comunidades são importantes para enriquecer o processo educativo, e da necessidade de se fortalecer a cidadania dos diversos grupos sociais, motivando as pessoas a transformar sua realidade, participando ativamente de suas comunidades na defesa pela vida, sendo corresponsáveis pela qualidade de vida em seu meio (TOLEDO; GALLEGUILLOS, 2014, não paginado).

Dessa forma, Antunes (2020) ainda salienta que "a educação para a sustentabilidade permite o reconhecimento de que os princípios jurídicos ambientais são extremamente importantes, visto que a proteção do meio ambiente se faz de forma dinâmica e não meramente estática" (ANTUNES, 2020, p. 56). Não raro, surgem situações que não encontram tratamento legislativo ou regulamentar, mas que, no entanto, demandam uma ação administrativa

ou judicial capaz de prover soluções, ainda que parciais, para as questões concretamente formuladas.

Chacon (2007, p. 116) aduz que

> As ideias já discutidas por Furtado, em 1974, acerca da necessidade de considerar a forma de apropriação da natureza pelo sistema econômico, foram-se fortalecendo e o componente ambiental, inserido no conceito de desenvolvimento sustentável, sobressaiu-se no decorrer do reconhecimento dessa proposta. O ambientalismo foi o grande impulsionador desse movimento, alertando veementemente para os perigos que representam os modelos de produção que vêm comandando o progresso da civilização moderna. Essas preocupações, ao contrário do que alguns pensam, não se restringem à má preservação da natureza somente, mas incluem e destacam a existência ameaçada do homem na Terra. Para Leff (2001):
>
> O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição potencial do processo de produção (LEFF, 2001, p. 15).

Leff, (2001, p. 146) alega que

> o saber ambiental emerge do espaço de exclusão gerado pelo desenvolvimento das ciências, centrada sem seus objetivos de conhecimento, e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam à explicação dessas disciplinas. Exemplo disso é o campo das externalidades no qual a economia situa os processos naturais e culturais, inclusive a inequitativa distribuição de renda e a desigualdade social gerada pela lógica do mercado e pela maximização de benefícios a curto prazo.

Assim, versa Chacon (2007, p. 120) que

a emergência do saber ambiental como forma de transformação só pode ocorrer como fortalecimento das instâncias locais de poder, especialmente com a participação real de cada um, de forma consciente e comprometida, por meio de uma mobilização social e de mudanças institucionais. O acesso à informação livre de preconceitos e de falsos sonhos e mitos consumistas é imprescindível para isto.

Gadotti (2010), ao tratar da temática da educação para a sustentabilidade ressalta o caráter político desta educação que tem compromisso com a formação cidadã, interdisciplinar e democrática, elementos indispensáveis para a formação de consciências aptas a questionar e opor-se a lógica excludente do modelo de produção capitalista que promove graves riscos a continuidade da vida humana no planeta.

Assim, a pandemia de SARS-COV-2 não é um fato isolado decorrente do acaso ou da "má sorte" da humanidade neste início de século XXI. Esta grave crise ambiental é mais um alerta do planeta acerca das péssimas escolhas que a humanidade vem realizando. Neste sentido, para Schuchovski (2020, não paginado) "situações de desequilíbrio ambiental, causadas principalmente por desmatamento e mudanças de clima, aumentam ainda mais a probabilidade de que zoonoses, ou seja, doenças de origem animal, nos atinjam e alcancem o patamar de epidemias e pandemias".

Por esta razão, urge a disseminação do conceito de sustentabilidade em tempos de pandemia e pós pandemia como elemento indispensável para a elaboração de metas e estratégias que visem o bem-estar social, econômico, ecológico e, principalmente, de mudanças do pensamento da humanidade, no que refere-se ao modo de como viver (LIMA; ALENCAR; FONSECA, 2022).

Pelo exposto, é necessário reconhecer que os princípios e normas jurídicas ambientais somente gozarão de maior aplicabilidade quando a consciência ambiental da população for fortalecidade, em especial por meio de ações de educação ambiental que tenham o paradigma da sustentabilidade como base axiológica e epistemológica. Neste sentido, com o combate á lógica da competitividade excludente e do consumismo que põe em risco os recursos ambientasi do planeta torna-se menos distante a possibilidade de evitamente de graves crises ambientais como é a de SARS-CoV-2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid–19, de forma rápida, se estabeleceu como severo problema ambiental, devido ao seu alto potencial de transmissibilidade e intensa disseminação, apresentando obstáculos para suprir e atender a demanda emergente. Isso preconiza a urgência de medidas de proteção social e suporte financeiro, prioritariamente para os segmentos sociais ainda mais expostos nesse momento de crise. Compete investir em adequada assistência à saúde e, sobretudo, na ciência em geral, para que esse período seja reduzido e que os profissionais de saúde estejam capacitados para os desafios do cuidado.

O presente artigo constitui uma revisão narrativa de literatura resultado de um trabalho de conclusão de curso defendido no curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio no ano de 2021 de modo que apresenta apenas reflexões preliminares acerca da temática, de forma que pesquisas adicionais sobre a temática são primordiais e necessárias para maior aprofundamento acerca da mesma.

Os resultados obtidos indicam que é necessária a difusão de estudos que contribuam e efetivem paradigma da sustentabilidade, conhecimento interdisciplinar e princípio jurídico indispensável à promoção da sadia qualidade de vida. Além disso, reconhece-se que a sustentabilidade é de extrema importância para o respeito à vida em perspectiva de antropocentrismo mitigado, de forma que, ao se assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se está assegurando o próprio direito à saúde, na medida em que se evitam não somente pandemias, mas diversas situações que possam colocar em risco o equilíbrio sistêmico do planeta.

Assim, embora haja certo caráter utópico em torno do conceito de sustentabilidade é preciso que haja comprometimento político e social para que o mesmo seja capaz de produzir seus efeitos e contribua para o evitamento de novas graves crises sanitárias ambientais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, R. M. (2020). **How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic?**. The Lancet, 395 (10228), 931-934.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Disponível em: Minha Biblioteca, (edição 21). Grupo GEN, 2020, p. 56.

BORGES, Luís Antônio Coimbra *et al*. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Cienc. Rural** [online]. 2011, v. 41, n. 7, pp.1202-1210.

BRASIL. **Lei nº 13.982**, de 2 abr. 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 dez. 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 fev. 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 2 abr. 2020c. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958. Acesso em: 25 out. 2020.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o Caminho das Águas**: Políticas Públicas, Modernidade e Sustentabilidade no Semi-Árido. p. 110-118. Jan. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309231878. Acesso em: 16 set. 2022.

CRESPO, Samyra. "Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990". *In*: TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no Século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. p. 63.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade**: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento/Reinaldo Dias. São Paulo: Atlas, p. 14, 2015.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HORTON, R. **Offline**: Covid-19-a reckoning. The Lancet, 395 (10.228): 935, 2020a. Disponível em: www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30669-3/fulltext. Acesso em: 2 dez. 2020.

HORTON, R. **Offline**: Science and politics in the era of Covid-19. The Lancet, 396(10.259): 1.319, 2020b. Disponível em: www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32221-2/ fulltext. Acesso em: 2 dez. 2020.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MACHADO, Isis Laynne de Oliveira; GARRAFA, Volnei. Proteção ao Meio Ambiente e às Gerações Futuras: Desdobramentos e Reflexões Bioéticas, Saúde debate 44 (124). Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104202012419. Acesso em: 8 jan./mar. 2020.

MACRI, M. *et al*. **Manifiesto**: que la pandemia no sea un pretexto para el autoritarismo. Fundación Internacional para la Libertad, 2020. Disponível em: https://fundacionfil.org/wp-content/ uploads/2020/04/Manifiesto-FIL.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN 978-65-5708-032-0.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**: a gestão ambiental em foco. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NAKAMURA. J. N. O Direito Ambiental Internacional: construção e efetividade na defesa do meio ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro rua Marquês de São Vicente, 225 - CEP 22453-900 de janeiro – BRASIL, p. 8, 2013.

OLIVEIRA, A. C. *et al*. **O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 29, 2020.

TOLEDO, Solha, Raphaela Karla; GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. **Vigilância em Saúde Ambiental e Sanitária**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, p. 37, 2014.

TONIOL, R. Beyond the virus: there cannot be a pandemic without the State. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

VARGAS, Everton. **Parceria Global?** As alterações climáticas e a questão do desenvolvimento. XXVIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (mimeo), Brasília, p. 62, 1994.

O "despertar" para as potencialidades do turismo no Cariri Cearense: um estudo de caso na jerusalém sertaneja- Juazeiro do Norte - Ceará

Bárbara Almeida Oliveira[1]

Geovane Gesteira Sales Torres[2]

INTRODUÇÃO

O turismo constitui-se em um fenômeno cultural, econômico e social globalizado de grande impacto nas economias de espaços receptores. Apresentando diferentes segmentos, no Brasil tem se destacado o Turismo Religioso com a consagração de alguns espaços. Como exemplos expressivos desse processo em curso e (re)atualização voltado ao turismo religioso, podemos apontar os casos de Aparecida (SP), Nova Trento (SC) e Belém (PA). No Ceará, Juazeiro do Norte e Canindé já ocupam há algumas décadas espaço consagrado no itinerário de milhares de romeiros.

Considerando a importância sociocultural que esses movimentos possuem tanto para os visitantes como para a população residente do espaço receptor, atenta-se nas duas últimas décadas para a dimensão econômica e potencialidades da atividade, que vem provocando um "despertar" para o segmento do turismo religioso no Ceará, especialmente na Região do Cariri. Nesse sentido, tem se observado que o poder público tem atuado como agente determinante na promoção e "(re)estruturação" de espaços voltados para o segmento do turismo religioso no Ceará.

[1] Historiadora (URCA) e Bacharel em Administração Pública (UFCA). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). Email: barbaralmeidaoliveira@gmail.com.

[2] Bacharel em Administração Pública (UFCA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). Email: geovanesalescrato@gmail.com.

Destaca-se que a Região do Cariri tem ganhado espaço significativo na agenda formal de governo tocante ao turismo religioso, considerando-se que o território possui representaçẽos expressivas à nível de nordeste e Brasil, como as Romarias de Juazeiro do Norte, as quais chegaram a atrair, antes da Pandemia de Covid-19, mais de dois milhões de pessoas. Além disso, a Festa de Santo Antônio (Pau da Bandeira) de Barbalha merece ênfase, sendo registrada no Livros das Celebrações do IPHAN em 2015 como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Nesse percurso podemos observar ações públicas direcionadas à promoção do turismo religioso em locais que historicamente não apresentam vocação para tal, como no município de Crato, onde se construiu o Horto de Nossa Senhora de Fátima[3], e o projeto faraônico do Governo do Estado para a construção do Complexo de Benigna em Santana do Cariri. Esses casos são demonstrativos de que o próprio poder público tem atuado como agente de turistificação de determinados espaços, assim como tem promovido e incentivado a criação de uma "oferta", utilizando-se de ritos e manifestações da religião popular como "matéria-prima" para o desenvolvimento da atividade turística.

Por essa perspectiva, essa breve exposição ensaística tem como objetivo geral discutir a importância do turismo na Região do Cariri, com especial atenção para a construção de Juazeiro do Norte como centro de atração turístico-religiosa. Para tal, a presente discussão define como objetivos específicos no desenvolvimento desse manuscrito: compreender o turismo como uma construção histórica; discutir o sentido de deslocamento de uma política de descentralização do turismo, passando assim a (re)aproveitar as potencialidades do interior do país; identificar as experiências de deslocamento a Juazeiro do Norte como o "despertar" na lógica da regionalização e (re)aproveitamento do potencial turístico no Cariri cearense; refletir sobre as origens históricas e arranjos contemporâneos do turismo religioso em Juazeiro do Norte - CE.

Assumindo uma abordagem qualitativa, a pesquisa aqui delineada é um estudo de caso, uma vez que dedica maior atenção a um caso situado em um dado

[3] A obra chegou a ser embargada sob a justificativa que o município não possuía vocação para o Turismo Religioso. Ver: DIÁRIO DO NORDESTE. Obra de estátua é retomada no Crato (28.01.2013). Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/paywall-7.100?wall=0&aId=1.201750. Acesso em: 10 nov. 2022.

contexto (YIN, 2001). Assume, ainda, uma dimensão explicativa à medida que faz um diálogo entre as discussões e debates que vêm sendo desenvolvidos no Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS – UFCA) pelos autores. Fazendo usos de fontes bibliográficas e documentais que compõem a trajetória de pesquisa destes. Ademais, atenta-se que o desenvolvimento de indicadores e informações uniformizadas sobre o turismo na região do Cariri é deficiente, dessa forma, as fontes midiáticas constituem-se em importantes suportes nas discussões ora apresentadas.

Turismo: uma construção histórica

O ato de deslocar-se sempre fez parte da história da humanidade, seja com a finalidade de sobrevivência, motivos climáticos, conflitos ou por lazer. Ao historicizar esse processo, alguns autores definem o que consideram como "primórdios da atividade turística" apontando similaridades entre determinadas ações do passado e as que hoje compreende o turismo moderno (ANDRADE, 1998; BARRETO, 1995; DIAS, 2008; REJOWSKI, 2002).

Por essa perspectiva, é possível compreender que a atividade turística, como se apresenta na atualidade, constituiu-se em um processo histórico gradual e que assume diferentes facetas ao longo da história. Na Antiguidade as viagens assumiram características, inicialmente de fundo comercial, em que os deslocamentos eram empreendidos com a finalidade de realizar trocas com outros grupos. No entanto, alguns pesquisadores localizam elementos precursores da atividade turística ainda na Grécia e Roma Antiga. Na Grécia, as viagens com finalidade cultural tornaram-se uma prática frequente entre os filósofos e poetas. Além dessas viagens em busca de conhecer outros povos e lugares, vigorou ainda dentro do próprio território grego as viagens de cunho religioso a templos, assim como, o que alguns autores defendem como a origem do turismo esportivo, os deslocamentos realizados no período das Olimpíadas - esse evento configurou-se em um dos maiores motivadores de deslocamentos regionais no território grego desde que iniciou em 776 A.C. (ANDRADE, 1998; DIAS, 2008; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

Os romanos na antiguidade, por sua vez, transformaram os banhos em centros de atração, que se espalharam por todos os seus domínios do império: Itália, França, Espanha, Portugal, Inglaterra, Romênia, Norte da África e Ásia Menor.

Outra prática continuada pelos Romanos foram as viagens para conhecer outras civilizações, como as que eram realizadas pelos gregos e egípcios (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Com a queda do império romano em 476 d.C. os deslocamentos acabam declinando, uma vez que, nesse contexto a instabilidade política, social, econômica e territorial gerada pelas invasões dos povos bárbaros que refletiram e aceleraram o processo de ruralização e fixação do homem à terra já em curso nos primeiros sinais de esgotamento do império romano. As viagens tornaram-se difíceis e perigosas, à medida que a unidade e ordens impostas aos domínios romanos deixaram de existir. Período que na historiografia tradicional denomina-se de Idade Média (V-XV) a vida rural e o feudo como unidade básica de produção influenciaram em uma cultura medieval em que as viagens não faziam parte (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

Nesse contexto, as únicas viagens que motivaram os deslocamentos eram as de cunho religioso (ANDRADE, 1998; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002). Não é de estranhar, uma vez que a Igreja Católica torna-se a instituição mais poderosa do Velho Continente. os deslocamentos tornaram-se menos frequentes. A figura da Igreja nesse cenário foi determinante. Cabe pontuar que esses deslocamentos motivados pela crença/fé não foram próprios da religião católica, como por exemplo, as peregrinações a Meca que ocorrem desde o século VII, e que na atualidade também representam um dos principais destinos de visitação entre os islâmicos.

Com efeito, alguns autores apontam que as peregrinações religiosas podem ser compreendidas como um fenômeno de massa, uma vez que pessoas de diferentes camadas sociais – com exceção das mais baixas que se encontravam presas ao campo – realizavam itinerários complexos, que chegavam a durar meses e anos (ANDRADE, 1998; BARRETO, 1995; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

Na Idade Moderna o deslocamento de pessoas tornou-se também uma questão política e econômica. Nesse período iniciam-se as Grandes Navegações, diante da necessidade e urgência das novas nações chegarem ao Oriente e suas preciosas e lucrativas especiarias (ANDRADE, 1998; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002). Mas no meio do caminho tinha um “Continente”, erroneamente denominado de Índias por Colombo em 1492, demarcando o início da tragédia genocida dos povos

nativos do Novo Continente.

Ainda nos séculos das transformações e descobertas do Continente Europeu, delineia-se um movimento cultural e científico denominado Renascimento (XIV-XVII). Esse período e as ideias que emergem como este trazem a necessidade da viagem como um elemento complementar à educação dos filhos da aristocracia/elite (DIAS, 2008). O Renascimento, conforme Yasoshima e Oliveira (2002, p. 35) representou uma quebra com o domínio da religião e impulsionou o desejo de explorar, descobrir e entender o mundo. Nesse contexto sobressaem-se os deslocamentos motivados pela necessidade de aprender e adquirir cultura. Por volta do século XVI e XVII tornou-se prática entre a nobreza europeia enviar seus filhos para um tour pelas cidades europeias, principalmente aqueles considerados "berços da civilização", como Grécia, Roma e Egito (ANDRADE, 1998; DIAS, 2008). O Grand Tour também se popularizou pela perspectiva educacional, uma vez que tinha como objetivo desenvolver "uma nova classe de estadistas profissionais e embaixadores" (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002, p. 36).

A prática do Grand Tour durou até o século XVIII, considerada como essencial na formação dos nobres das famílias ricas inglesas, a educação de um nobre não estaria completa "a menos que eles passassem de um a três anos viajando pela Europa, com um tutor" (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002, p. 36). Prática de caráter eminentemente elitista, Grand Tour cessou apenas em 1789 com a explosão da Revolução Francesa e posteriormente das guerras napoleônicas.

Considerando que os antecedentes expostos até aqui apresentarem similaridades com determinados aspectos do turismo moderno, esses movimentos ainda não possuíam importância econômica, social ou cultural que a atividade turística assumiu a partir do século XIX, principalmente se atentarmos para o fato que, em seus respectivos contextos, quem dispunha de tempo e capital para viajar eram as classes mais abastadas, ou seja, o ócio era um privilégio (DIAS, 2008; NETTO, 2010).

O turismo na contemporaneidade, mais diluído entre camadas distintas da sociedade, também será mais impactado pelas transformações que afetam estes grupos em apenas dois séculos. De uma prática, eminentemente elitista e reservada a determinadas classes que dispunham do "direito ao ócio", o século XIX é apontado como marco do surgimento do turismo moderno. Nesse

sentido, destacam-se as transformações sociais e econômicas provocadas pela Revolução Industrial. Conforme Rejowski et al. (2002) a Revolução industrial corroborou na criação de uma classe média, o aumento de tempo livre e a procura por viagens com fins recreativos. Dessa forma, os hábitos de viagem se alteram, ocorrendo de forma simultaneamente o declínio da popularidade das grandes viagens turísticas da elite/aristocracia.

Entre os componentes que influenciaram diretamente essas transformações no hábito de viajar está o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor. Inseridos no conjunto das transformações provocadas pela Revolução Industrial, tais meios de transportes também foram amplamente utilizados na popularização da atividade turística.

O século XX, por sua vez, traz uma série de transformações que também convergem as transformações vivenciadas pela sociedade, dentre estas as crises do capitalismo e as grandes guerras que dizimaram milhões de pessoas, assim como polarizaram por décadas o mundo entre capitalista e comunista. Outro aspecto a ser observado no século XX é o deslocamento e/ou popularização de outros espaços receptores, não mais concentrados entre Europa e EUA, assim vai entrando na rota de destino, após a segunda metade do século XX país como México e Brasil em que se (re)cria uma imagem de “paraísos tropicais”, ou seja, associado ao turismo de sol de praia.

Para Rejowski e Solha (2002, p. 72) é possível dividir o século XX - considerando à rapidez e extensão das transformações observadas em menos de um século - em três períodos: Época de transição (1900-1949), marcado pelo crescimento e interrupção dos fluxos turísticos; Grandes transformações (1950-1973) momento em que pode se identificar o turismo como massivo e; Novos Cenários (1974-2000), marcado pela necessidade de planejar o turismo pela perspectiva do turismo sustentável e dos efeitos da globalização. Atentando que tais análises centram-se principalmente no continente europeu, e em menor escala América do Norte, sob a justificativa que eram esses territórios onde se encontravam os principais destinos turísticos até a segunda metade do século XX.

Em relação ao período das Grandes transformações (1950-1973), definidos por Rejowski e Solha (2002), o momento após a Segunda Guerra Mundial será marcado pela expansão profissionalização e massificação do turismo. A massificação

da atividade foi oportunizados em decorrência, dentre outros fatores por: maior estabilidade política nos territórios que eram os principais destinos turístico, Centro Europeu, EUA; aumento do poder aquisitivo da classe média em países ocidentais; conquista de direitos trabalhista da classe trabalhadora como a redução das jornadas de trabalho, férias remuneradas; avanços tecnológicos na comunicação e transporte; aplicação de técnicas de marketing; difusão massiva do automóvel (REJOWSKI; SOLHA, 2002). Esses aspectos continuaram a influenciar as transformações subsequentes da atividade, inclusive no que diz respeito ao deslocamento dos centros receptores, ao se observar as transformações econômicas vivenciadas em alguns países latino-ameticanos, como o Brasil.

O processo de constituição histórico e social do turismo no Brasil é mais tardio e ganha destaque a importância gradual principalmente com as transformações sociais, culturais e econômicas advindas com o século XX. De acordo com Netto (2010) o turismo ganha um caráter e forma profissional, mesmo que em moldes incipientes, somente na primeira década do século XX. Encarado como novidade, o turismo chegou ao país "importado pelos imigrantes, pelos produtos de café que empreendiam viagens à Europa, pelos jornais e pelo cinema" (NETTO, 2010 p. 44). Entretanto, a popularização da atividade só ocorra depois da Segunda Guerra Mundial, considerando nesse cenário como principais fatores a aumento aquisitivo da classe média, as transformações nos meios de transporte, com a inserção do modal aéreo no deslocamento de pessoas, assim com a formação - mesmo que deficiente - de organismos estatais de planejamento que auxiliavam na divulgação e promoção do turismo, como a EMBRATUR (ANDRADE, 1998; DIAS, 2008; NETTO, 2010).

De uma forma geral, à luz do referencial aqui apresentado o turismo transitou, histórico e socialmente, de um privilégio reservado a determinados grupos, a um direito, à medida que a conjuntura em formação - e constante mutação - tornaram as viagens mais acessíveis aos cidadãos comuns, acarretando a sua popularização e a consequente facilidade de deslocação. O ato de viajar a partir desse momento se torna um "bem" adquirido, presente no cotidiano e na vida das pessoas, permitindo desde então o "Turismo de massas" (NETTO, 2010). Mudanças rápidas e expressivas - uma vez que alcançam diferentes partes do globo - podem ser identificadas em menos de um século. Até a década de 1960, o turismo mundial era considerado fundamentalmente uma forma de lazer. A partir da década de 1990 é possível observar uma acentuada mudança em

termos comportamentais, oriundas das transformações pela qual atravessam as sociedades em diferentes partes do globo, como aumento do rendimento das famílias, o crescimento das economias, às novas tecnologias, transportes e comunicações (ANDRADE, 1998; DIAS, 2008; NETTO, 2010).

Diante do exposto, é possível compreender que o turismo não é apenas um fenômeno social, cultural e econômico, mas ainda histórico. As formas, sentidos e expressões que assume ao longo do tempo estão diretamente associadas às próprias transformações vivenciadas pela sociedade e pelo território em diferentes níveis. Essa breve explanação faz necessaŕa para compreendermos a importância e significados que o turismo assume tanto no Estado, como na Região do Cariri, em que observa-se nas últimas décadas usos de espaços, práticas e manifestações culturais como matéria-prima para indução da atividade turística em diferentes partes do Ceará, em especial na Região do Cariri.

Do litoral para o interior: a regionalização do turismo na política de planejamento do turismo no Brasil

No contexto brasileiro, o turismo tornou-se objeto sistemático na agenda pública de planejamento durante a década de 1970. Em termos de marco legal, isso pode ser compreendido através da tentativa de instituir uma estrutura administrativa para gestão do setor. Conforme Netto e Trigo (2009) o turismo brasileiro apresentou duas fases de expansão: em 1970 no “auge” do regime civil-militar (1964-1985) e à segunda a partir da década de 1995 na onda neolibaral que inundava à América Latina. A primeira fase de expansão identificada pelos autores foi a década de 1970, durante o período da ditadura civil-militar, momento em que tecnoburocratas organizam o turismo nacional “como uma das panaceias para resolver os problemas do País”. Nesse contexto foi criada uma estrutura de financiamento hoteleiro, cursos superiores e técnicos de Turismo, marketing agressivo, o que não foi capaz de superar os problemas existentes.

Sem obter o sucesso esperado, o fracasso dessa expansão pode ser compreendido por problemas estruturais e conjunturais. Em primeiro lugar, os problemas estruturais, consequência de uma série de desastres econômicos provocados pela crise do petróleo e do aumento das dívidas brasileiras, que causaram inflação e recessão, comprometendo assim o desenvolvimento nacional, incluindo o setor turístico. O segundo problema para o fracasso dessa

fase foi conjuntural, em que os "planejadores" demonstraram não se preocuparem com a preservação ambiental ou com os padrões internacionais de qualidade, formação intensiva de profissionais qualificados em diferentes níveis, refletindo de forma direta na operação e gestão dos serviços turísticos (NETTO; TRIGO, 2009 p. 57). Essa fase se estende até a década de 1990, marcada por ações amadoras, desarticuladas e improvisadas, impressas em toda a cadeia produtiva que abrangia do planejamento à implantação, refletindo na gestão e operação turística. (CRUZ, 2000, 2006; NETTO; TRIGO, 2009).

A fase seguinte de expansão do turismo se delineou na segunda metade da década de 1990 a partir da transição entre uma visão exclusivamente econômica para uma visão integrada. Esse período entre a segunda metade da década de 1990 a 2008 é caracterizado por diferentes pesquisadores como de ajustes nas estruturas públicas estaduais de turismo, assim como por uma postura mais profissional e séria dos gestores, contexto em que as estruturas estaduais de turismo se consolidam (CRUZ, 2000; NETTO; TRIGO, 2009)

Um dos aspectos dessa nova fase de expansão do turismo são as políticas de descentralização da atividade. De acordo com Cruz (2000) o Estado assume uma postura de indução no setor, exemplos expressivos podem ser encontrados em grandes programas de governo gestados ainda na década de 1990, como o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o Programa de Municipalização do Turismo de 1994 - posteriormente substituído pelo substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo no Governo Lula.

No início dos anos 2000, na gestão do então presidente Lula as políticas de turismo, além de continuarem a situar o papel do Estado como "indutor" do setor, passam a ser pensadas integradas às problemáticas sociais. Além do Ministério do Turismo, criado em 2003, os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-2010 integram-se a essa realidade e direcionam para os investimentos sociais, em conjunto como os investimentos em infraestrutura, financiamento de projetos públicos e particulares (NETTO; TRIGO, 2009, p. 59).

Essas iniciativas em conjunto com as mudanças na forma de gestão descentralizada do turismo - delegando maior importância ao papel dos Estados, do Distrito Federal e municípios - atenuaram a centralização de poder e tomada de

decisão, que, até então, se apresentava como uma das principais características do turismo nacional. Por essa perspectiva, o turismo passa a ser mais importante na cadeia produtiva em que diferentes atores e instituições - conselhos locais, associações, ONGs, departamentos e secretarias municipais de turismo, entre outros - passam a exercer e assumir maior responsabilidade nos processos de decisão (CRUZ, 2000, 2006; NETTO; TRIGO, 2009).

Nesse contexto de descentralização, a cultura ganhou destaque como elemento indutor da demanda turística em determinados espaços. Por conseguinte, o patrimônio cultural passou a operar como fonte para a definição de produtos turísticos específicos, considerando assim a diversidade e a identidade cultural como elemento de diferenciação para a oferta dos destinos e roteiros turísticos (BRASIL, 2010). Tal fato poderá ser observado na agenda de regionalização do turismo no Ceará.

Na agenda estadual a regionalização do turismo trará para à cena pública a dimensão cultural como elemento de indução e atrativo turístico. Sob o discurso de "de desenvolvimento, de crescimento da autoestima do povo, de transformação social" são formadas rotas/roteiros que se deslocam da área litorânea - privilegiada inclusive pelas políticas públicas de revitalização e investimentos, como PRODETUR - o final da década de 1990 é inserido na agenda pública de planejamento as potencialidades do turismo para o desenvolvimento socioeconômico no interior do Ceará. Nesse sentido, o Ceará tem se consolidado nas últimas décadas como um dos principais destinos turísticos no Nordeste, principalmente no segmento de Sol e Praia, responsável pela acunha de "Caribe Brasileiro" (RODRIGUES, 2015).

No final da década de 1980 que inicia-se a abertura do Ceará para o Turismo, que terá como principal expoente desse processo o "governo das mudanças" em um grupo de empresários chegam ao Governo do Estado, utilizando-se de um discurso voltado para as políticas de desenvolvimento e modernização do território, destacando nesse cenário à importância da industrialização e do setor de serviços, com destaque para o turismo. Belmino (2018) observa em sua pesquisa a imagética que se tentou criar do Estado através do marketing e da propaganda do "Ceará produto turístico" a partir de 1987. Conforme autora supracitada à construção da narrativa, por parte do governo estadual, da "Terra da Luz" tecendo a imagem de um Ceará paradisíaco, será uma das marcas do

discurso turístico dos “governos das mudanças”.

Outro aspecto dessa abertura do Ceará para o setor do Turismo pode ser entendido através da implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS) na década de 1990 e posteriormente a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) (SETUR, 2019). Dessa forma, observar-se a atuação e investimentos públicos com a finalidade de dotar o território de infraestrutura básica funcionará como uma das principais estratégias adotadas desde a década de 1990 no sentido de modernizar e desenvolver a atividade turística no Estado.

Apesar dessas iniciativas empreendidas na década de 1990 estarem concentradas, principalmente, na área litorânea do Estado, considera-se de uma forma geral a partir do “governo das mudanças”, o turismo como um dos setores mais dinâmicos. Dinamismo que atravessa diversos setores da economia, como podemos observar nas diversas atividades integrantes da cadeia produtiva do turismo a exemplo de: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, organização de eventos, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros (CRUZ, 2000; DIAS, 2008; BRASIL 2008; SETUR, 2019).

Nesse contexto, deve-se atentar que as orientações de políticas pautadas no princípio da interiorização e/ou regionalização do turismo ganham contornos específicos e bem definidos como o Programa Roteiros do Brasil de 2003 e com a Lei Geral de Turismo que institui a Política Nacional de Turismo em 2008. A base desse processo de interiorização do turismo reside e (re)aproveitar dos bens culturais - materiais e imateriais - e naturais como potenciais atrativos no processo de indução da atividade turística.

Nesse processo de regionalização do turismo, podemos apontar que o Cariri Cearense no âmbito estadual tem apresentado nas duas últimas décadas experiências exitosas no que concerne esse processo de utilizar-se de seus bens culturais e naturais na promoção da atividade turística. Iniciativas que tem contado com a participação e incentivo decisivo do governo estadual. Uma dessas iniciativas nasceu atrelada à própria configuração e planejamento do espaço, o Projeto estruturante Roteiro da Fé de Juazeiro do Norte, um dos objetos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano instituído ainda no ano 2000 e que definiu a

partir do Centro Histórico - que também é o principal espaço de visitação dos romeiros/turistas - objeto de intervenção pública. O projeto é uma expressão da (re)significação de práticas e manifestações da cultura sertaneja transformada em objeto/matéria-prima para indução e dinamização da atividade turística no território.

Juazeiro do Norte: a "Jerusalém" sertaneja

A região do Cariri Cearense, situada ao Sul do estado do Ceará e em uma área de divisa com os estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, é rica em manifestações culturais de caráter popular. O catolicismo popular se encontra nesse plural universo, o qual se expressa em práticas devocionais como as romarias em alusão ao Padre Cícero; as renovações ao sagrado coração de Jesus e ao imaculado coração de Maria; a veneração a santos populares (não canonizados pela Igreja Católica) como o Padre Cícero, Beata Maria de Araújo, Dr. Gesteira, Maria Caboré e Benigna Cardoso; bem como práticas de autoflagelação corporal a exemplo das tradicionalmente realizadas pelas Irmandades dos Penitentes da Cruz de Barbalha.

Nesse esteio, Paz (2014) afirma que o município de Juazeiro do Norte tem a sua origem histórica no perímetro de uma capela dedicada à Nossa Senhora das Dores (centro simbólico do território), fato sintomático da sua histórica relação com questões religiosas. Hoje, o município é reconhecido internacionalmente por possuir espaços nos quais a fé popular é vivida por inúmeros romeiros nordestinos. Tais sujeitos são atraídos ao território, mesmo enfrentando dificuldades financeiras, porque a cidade em questão é vista por esses devotos como "[...] santa e organizada, centro de fé e abastecimento, redentora e próspera" (CORDEIRO, 2010).

Não obstante, Paz (2014) salienta que a fé popular na figura do Padre Cícero atrai os romeiros ao espaço físico de Juazeiro do Norte porque tais sujeitos vislumbram essa cidade como próxima ao céu, talvez uma "Jerusalém" Sertaneja (grifo nosso), onde o próprio santo popular viveu e onde o seu corpo morto se encontra. O Padre Cícero é para os seus devotos, além de um intercessor celestial, também um homem que compartilhou condições semelhantes às vividas pelos sertanejos nordestinos, como a seca, violência e desigualdades socioeconômicas.Os fluxos de pessoas acarretados pelo turismo religioso no

município implica reconhecer que as condições socioespaciais do mesmo são intensamente impactadas por tais migrações. Desse modo, Cordeiro (2010) destaca que "[...] a relação entre Padre Cícero, a cidade e os fluxos religiosos e migratórios é basilar na compreensão das romarias de hoje" (CORDEIRO, 2010, p. 28). Assim, faz-se importante contemplar as romarias em Juazeiro do Norte como fenômenos identitários, econômicos, políticos, culturais, estéticos e religiosos. Os quais atraem intensos e diversos interesses sociais, gerando disputas discursivas. Considerando o exposto, pesquisas como a presente, que se voltam às múltiplas dimensões desse artefato, e as suas imbricações com o fenômeno urbano, fazem-se cruciais para a compreensão das peculiaridades materiais e imateriais da cidade de Juazeiro do Norte.

Esse município tem a sua gênese vinculada a cosmovisões e interesses religiosos, considerando-se que segundo Cordeiro (2010), Juazeiro do Norte surge com o protagonismo religioso e político do Padre Cícero Romão Batista. Segundo os relatos religiosos e históricos, o sacerdote citado sonhou, em uma visita ao povoado de Joaseiro (Sic) em 1871, com Jesus Cristo o pedindo para se fixar no local. Ao habitar o povoado, a partir de 1872, o milagre da hóstia consagrada foi o cume inaugurador da sua fama como "santo", ocasião em que a partícula consagrada entregue à beata Maria de Araújo, fenômeno iniciado em 1889 e repetido por várias ocasiões, teria sangrado. Bem como se nota na Figura 2.

Figura 1 – Digitalização de publicação impressa do jornal "Cearense"

CEARENSE---Fortaleza, 24 de Abril de 1891 2

CEARENSE

Fortaleza, 24 de Abril de 1891.

Melhoramentos materiaes

Ainda bem! que o *Libertador* — depois do nosso conselho dignou-se de dar á estampa o prospecto do *Banco Impulsor* — annunciando "a incorporação por conta de terceiros da *Companhia de Melhoramentos do Ceará*, séde, na Capital Federal, filial, na Fortaleza.—"

Ainda bem! ainda que demoradamente; visto como o prospecto foi publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio, de 14 de Março, e, só a 21 de Abril foi que o illustre confrade, compellido pelo *Cearense*, deu á estampa a feliz noticia da incorporação da Companhia, da qual é — "*magna pars*" — o grão-chefe do *Libertador!* Ou o *ex-fallido* de Novembro de 1889 e *archi-millionario* [1] de Junho ou Julho de 189', depois de ter sido, simultaneamente, *ministro da fazenda*; *superintendente geral da sêcca ou dos soccorros publicos*; *vice-governador do Ceará em exercicio effectivo*, ou em grande synthese, o dictador supremo e despotico *da terra da luz!*

Ainda bem! Mas a publicação do *ex-orgão do Centro Republicano* não ficou completa; porque á ella não acompanhou — o *commentario* — que fez *J. C.* (2): aos *lucros* que podem auferir os accionistas; *ás garantias* que são offerecidas aos capitaes empregados nos *melhoramentos*; *ás vantagens* que já tiveram algumas obras eguaes ás projectadas, entre outras a—antiga companhia das aguas do Bemfica; e, ao *futuro* que hão de ter tantos melhoramentos—

Falta lamentavel! Porque esse commentario seria o maior reclame para aquisição de accionistas, nacionaes e estrangeiros (3) ou antes a demonstração cabal das vantagens das empresas *em vis* de execução: vantagens compensadoras para a associação e beneficios portentosos para *a terra da luz* e de sêcca — patria do immenso cidadão João Cordeiro, patriota, intrepido e invicto *Yankê* — brazileiro.

Commentario em que demonstra *J. C.* promotor desses melhoramentos:

" Que os contractos feitos com a *Companhia de melhoramentos* importam em cerca de 50:000 contos que deverão ser empregados dentro do praso de 15 annos, e sobre essa somma o Estado garantiu 6 %."

" Mas.... esta garantia continua *J. C.*, nenhum valor tem, porque nos orçamentos do Estado não existe saldo algum que possa ser applicado á esses pagamentos. Ainda mesmo que a companhia tivesse certeza de que o Ceará lhe embolsaria essa garantia á proporção que ella fosse empregando os seus capitaes, isso só não teria força para serem elles immobilisados n'uma terra sujeita ás seccas e á outras calamidades peiores como a politica etc. (4); porque alem de ser o juro actual do capital no Rio e outras praças do Brazil de 8 á *12 % encontra* elle nas emprezas do sul collocação para grandes sommas com rendas que tem regulado de 16 a 30 %."

" Alem disso, prosegue o commentador, os contractos feitos no Ceará, devido aos louvaveis escrupulos do honrado Major Benjamin Barroso, não deixam margem a interesses fabulosos como reputam os *Vanteses* [5] que não estão — AGORA no *Libertador*."—E' textual: *Libertador* n. 87, de 20 de Abril de 1891.

Todos tinham o direito de fazer estas deploraveis declarações, menos o Sr. *J. C.*, o *factor* principal de taes melhoramentos.

Não têm nenhum valor a garantia do Estado ?! O Ceará não dispõem de recursos para honrar seus compromissos ! E' terra sujeita á sêccas, á outras calamidades e até.... á politica.... *(Cordeirina)!* Em outros Estados o juro actual do capital é de 8 a 12 %?!

Como e porque então exigistes, em contracto soleme, do vosso amigo, quersmos dizer do governador, essa garantia — *illusoria?* Depois de obtida a garantia tendes o direito de desmoralisal-a, em detrimento do credito da terra natal ? E, podias ter a audacia de expôr o incauto governador á pecha de leviano ou inconsciente ? Assim procedendo, que fins ou intuitos tinheis em mira.... *tartufo*, quer em relação á terra da patria, que é vosso dever prezar e honrar, quer em relação aos incautos ou aos estranhos ao Estado ?!

Mirabile dictum.... se o commentador *J. C.* não pertencesse á mesma escola de outros *tartufos* — dos MOTIVOS REAES E DOS MOTIVOS APPARENTES.

Escola hypocrita; que fez descer esta terra infeliz ao maior grão de perversão, enchendo-a de abyssinios, que apedrejam aos que cahem e adoram aos que se alevantam. Detestavel escola, que reduzio christãos á serem servos humildes do ouro mal ganho e usurario de um judeu, judeu erguido — em potestade politica — no malaventurado e miseravel Ceará !

Em seguida ao annuncio-prospecto do Banco Impulsor, quanto—aos *melhoramentos do Ceará*—dá á estampa, o *Libertador*, o commentario de *J. C.* para complemento de sua obra, e, maior fama e gloria do tartufo, que tem tido a pretensão de enganar a Deus e ao mundo, e vive ahi a morder a tudo e a todos.

[4] Pois.... se queixa da politica quem a politica, como a sêcca, têm dado tudo! Ingrato, sempre ingrato!

(5) Allusão ao autor do artigo *Tartufo* — publicado, ha poucos dias, n'*O Combate*, ex-collaborador com *J. C.* no *Libertador*.

[1] *Archi-millionario*.... lembramos frequentemente esta circumstancia para ser agradaveis ao grão-chefe, que tem a mania de alardear os seus milhões; os palacios, carruagens; as *bêstas de 20 contos*, que pode ter; a residencia em qualquer cidade do paiz, na Europa ou em qualquer parte do.... *universo*....

[2] *J. C.* é o pseudonymo de que se serve o cidadão João Cordeiro, a quem, geralmente, se attribue o alludido commentario.

[3] Especialmente da casa israelita Boris & Freres, que se apregoa ser a *primeira* nos grandes commettimentos commerciaes e industriaes do Ceará! Quantos contos, em acções, já não terão os Srs. Boris & Freres!!

NOTICIARIO

Approvação plena.— Soubemos com verdadeiro prazer que acaba de ser approvado plenamente no 1º anno da Faculdade de Direito do Recife, o nosso jovem amigo Jorge Aguiar Filho.

Cumprimentamol-o,assim como a sua illustre familia.

Loteria do Maranhão. — A 24ª serie da 4ª loteria do Maranhão, extrahida no dia 22, deo este resultado:

5334	10.000$000
4077	1.000$000
31	500$000
467	200$000
2325	200$000
4291	100$000
4658	100$000
4832	100$000
6922	100$000

Mulheres politicas. — Diz um jornal norte-americano que o *Conselho nacional das mulheres*, ultimamente em sessão em Washington, attrahia uma multidão sempre crescente e que todas as noites o theatro Albaugh enchia-se como para uma primeira representação.

O mundo politico e o elemento mundano pareciam interessar-se cada vez mais pelas sessões desta assembléa, em que se patenteava a eloquencia das oradoras femininas.

Mas não é só pela palavra que as neo-politicas pretendem, não sem successo, exercer o seu imperio. Ha na União um estado, o Kansas, que é praticamente governado pelas mulheres e que, dizem, vai indo muito bem. Uma correspondencia dirigida de Topeka ao *World*, de Nova-York, dá a este respeito alguns detalhes, dos quaes extrahimos traços verdadeiramente curiosos.

Uma mulher de apparencia delicada, a Sra. Diggs, é senhora deliberada da legislatura de Kansas. E' á uma outra mulher, por nome Lease, que percorreu todo o estado, discursando e fazendo conferencias, que o senador Ingalls deve o mão exito da sua reeleição ao congresso. Demais, estas duas heroinas empenharam-se de combinacão em uma campanha no sentido de ser concedido ás mulheres, no mesmo pé que aos homens, o exercicio do suffragio universal.

Devido ao titulo da sorda da *Alliança dos agricultores* é que a Sra. Diggs adquirio a autoridade real que exerce na legislatura. Fazendo parte da commissão legislativa da *Alliança*, ella recebeu officialmente da associação mandato de agir como conselho dos legisladores. Representa as *mulheres da Alliança* e a sua palavra faz lei. Ninguem se recusa a obedecer ás suas resoluções. Foi ella que redigio o *bill* conferindo ás mulheres o direito de votar e o de occupar logares publicos. Embora diversos membros da assembléa pertencentes á *Alliança* oppuzessem-se a este projecto de lei nenhum delles ousou votar contra.

No senado do estado, as mulheres exercem poder igual ao que têm na camara. Os senadores reconhecem os serviços publicos de suas mulheres, de suas filhas e animam.

As mulheres organisam toda a sorte de reuniões politicas. Não ha propaganda mais activa e mais efficaz do que aquella que ellas fazem.

Actualmente, as mulheres do Kansas fazem tanta politica como os homens.

Durante as sessões legislativas enchem as galerias e os corredores, tomando grande interesse pelos debates. A Sra. Laura Johns, de Atchison, conquanto não tenha mandato official, representa no mesmo papel analogo ao da Sra. Diggs na camara.

Estas duas damas, que eram de partido opposto por occasião da ultima campanha eleitoral, tratam agora, combinadas, de fazer triumphar o principio do suffragio universal das mulheres na constituição do estado.

Os philosophos fazem a este respeito uma observação singular. Até aqui o temor da discordia tem sido o principal argumento invocado contra o suffragio das mulheres. Parece agora que a politica deve tornar-se entre ellas um elemento de conciliação e de paz.

Não seria uma das muitas maravilhas destes tempos !

Noticias da Europa

Belgica

O Sr. Beermaert, presidente do conselho, expoz as idéas do governo sobre a reforma da constituição; admitte o numero de 300.000 eleitores, com a ocupação de um predio por base eleitoral; mantém o censo para a elegibilidade do senado; o rei terá o direito de *referendum*; a constituição declarará a anexação do estado do Congo á Belgica !

O estado do Congo assignou com os principaes estabelecimentos financeiros de Bruxellas um contracto para a exploração da região de Kalanga, entre o Lualaba e o Lunapura, no curso superior do Rio Zeaire, onde se encontram minas importantes de cobre, mercurio e ouro.

Partio para a Inglaterra o rei Leopoldo, tencionando demorar-se algumas dias.

Russia

Havia chegado a Argel e em adiantada convalescença o grã-duque Jorge, filho segundo do czar.

Telegrammas de Batavia annunciavam que alli havia chegado o czarevitch

O czar nomeou o grão-duque Sergio Alexandrovitch governador geral de Moscow. O antigo governador, o general Dolgovoukoff foi nomeado membro do conselho do imperio.

Foi preso em Kostronia, o celebre nihilista Degajen, que assassinou em 1883 o coronel Sudelkin, chefe da policia secreta. Degajen era considerado o chefe e o cabeça de todos os territorios russos.

Obituario.— Sepultaram-se no Cemiterio de S. João Baptista no

Dia 21

Maria, filha natural de Maria da Conceição, parda, 13 dias, Fortaleza, spasmo.

Manoel, filho legitimo de Sebastião José da Costa Filho, branco, 1 dia, Fortaleza, inanição.

José, filho legitimo de Joanna Maria da Silva, pardo, 1 mez, Fortaleza, cachexia palustre.

Luiz, filho legitimo de Marcel Felippe de Freitas, pardo, 18 mezes, Fortaleza, interite.

Julio, filho legitimo de Francisco Publio de Sá, branco, 1 anno, Fortaleza, dentição.

Clotildo, filho legitimo de José Freyre de Sá, branco, 3 dias, Fortaleza, tetanos.

Tertulino, filho legitimo de José Antonio de Souza, branco, 11 mezes, Fortaleza, congestão cerebral.

Francisca Maria do Carmo, branca, 60 annos, viuva, Parahyba do Norte, erysipela.

Esperança Maria da Conceição, parda, 90 annos, solteira, Maranguape, congestão.

Manoel Francisco das Chagas, pardo, 24 annos, solteiro, Quixeramobim, febre perniciosa.

Dia 22

Cecy, filha legitima de Antonio da Cruz Saldanha, branca, 6 mezes, Fortaleza, dentição.

Manoel, filho legitimo de Joaquim Pereira de Queiroz, branco, 15 dias, Fortaleza, spasmo.

Benedicta Maria do Espirito Santo, parda, 27 annos, casada, Fortaleza, pneumonia.

Francisco Freire dos Santos, preto, 40 annos, solteiro, Aracaty, diarrhéa.

Manoel Machado, filho legitimo de Manoel José Machoca, pardo, 16 dias, Fortaleza, spasmo.

COMMUNICADO

Milagres na povoação do Joazeiro do Crato

Marcos Rodrigues Madeira, doutor em medecina pela escola do Rio de Janeiro, medico adjunto do hospital de misericordia da Capital Federal, socio titular e benemerito do instituto pharmaceutico da Capital Federal, ex deputado provincial pelo 7º districto do Rio de Janeiro, delegado da junta de hygiene, etc. etc.

Attesto que sendo chamado para observar a beata Maria de Araujo, poucos minutos depois de ter commungado no dia 26 do vigente, quinta feira Santa, no povoado do Joazeiro, d'este termo, onde me achava, observei e seguinte: encontrei-a de joelhos, cercada do Rvdm. Padre Cicero Romão Baptista, outros sacerdotes e muitos cidadãos distinctos desta e de outras localidades, os quaes me convidaram para verificar a transformação da hostea em sangue, facto este que, segundo referiram o mesmo Rvd. Padre Cicero, tem se reproduzido por mais de uma vez na mesma pessoa.

De facto, examinando nesta occasião a lingua da referida beata verificaei, com os meus olhos, que a partícula estava quasi toda transformada em uma posta sanguinea, menos na parte central, na qual se divulgava ainda uma pequena porção da partícula com sua côr quasi natural.

Em seguida a mim continuaram a examinar o facto grande numero de cidadãos de reputação insuspeita; e, desejando continuar a observar o facto alludido, pedi ao Rvdm. Padre Cicero que fizesse remover grande parte do povo que nos cercava, afim de que houvesse bastante luz para proseguir no meu exame, que fiz com a mais acurada attenção; e nesta occasião observei que a partícula estava já completamente transformada em sangue vivo, rubro, que poderia ser reconhecido á olhos nus por qualquer pessoa, mesmo que não fosse um profissional.

Este sangue assim descripto tomava a forma de um coração humano e acima deste coração assim discripto, observava-se uma ulcera na parte anterior e media da lingua, cujos bordos eram salientes, e se elevavam bastante na lingua, de modo a ser este facto tambem verificado por mim e um grande numero de cavalheiros da primeira sociedade.

Minutos depois quando tornei aproximar-me para proceder á novo exame na lingua da referida beata, já não encontrei nada do que antes havia observado com muita attenção.

O sangue tinha desapparecido completamente e bem assim a ulcera ou chaga como chamavam as outras pessoas que commigo, foram testemunhas do facto, não ficando absolutamente na lingua o menor vestigio dos phenomenos que acabavam de observar.

Continuando ainda o meu exame, não descobri a menor ferida, ulcera ou ferimento de natureza alguma na lingua, gengivas, larynge e em fim em toda cavidade bocal, sendo de notar se que a lingua estava completamente limpa e sem ter mesmo a menor rachadura.

Outro facto digno de menção é que este sangue completamente rubro não soffreu a menor alteração na sua côr durante todo o tempo que foi observado na lingua, pelo espaço de duas horas mais ou menos, apesar da acção do ar atmosphérico que com elle estava em contacto.

Quanto a mim trata-se de um facto sobrenatural para o qual não

ILEGIVEL

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (1891).

Na Figura 2, na qual se expõe a publicação do jornal "Cearense" relativa à data 24 de abril de 1891, o médico Marcos Rodrigues Madeira descreve a sua visita, na quinta-feira Santa do ano citado, ao então povoado de Joaseiro (Sic) para averiguar o fenômeno de sangramento da partícula consagrada após ser comungada pela beata Maria de Araújo 4. Segundo o relato, a beata se encontrava ajoelhada e cercada por sacerdotes e locais, estando com uma hóstia com sangue vivo em sua boca, a qual formava a figura de um coração humano em seu centro. O médico exclama ter investigado

LAURBS : Diálogos, práticas e políticas públicas de desenvolvimento urbano

o sangue, diagnosticando a sua origem humana. Ademais, Marcos descreve a sua análise na anatomia bucal de Maria de Araújo, inicialmente encontrando úlceras que, no momento posterior ao fenômeno do sangramento, sumiram misteriosamente.

Esse acontecimento trouxe prestígio e elevou o Padre Cícero à condição de "homem santo", colocando-o "[...] numa posição de dominação em relação aos seus seguidores" (CORDEIRO, 2010, p. 111). Porém, as repercussões do suposto "milagre" levaram à suspensão das suas ordens sacerdotais pela Igreja Católica em 1892 (quando foi suspenso de pregar, aconselhar e confessar fiéis) e progressivamente foi até 1934, contexto em que faleceu com a sua suspensão total e não obteve reconciliação com a Igreja (CORDEIRO, 2010).

Apesar do conflito eclesiático em questão, o Padre Cícero foi, ainda em vida, elevado ao altar popular e à condição de "padrinho" dos romeiros de Juazeiro do Norte, produto oriundo da "Sua liderança social e política, seu olhar social dedicado à pobreza, sua disponibilidade em ajudar quem procurava auxílio, associados à eficácia de seu socorro e sua habilidade de lidar com pessoas e grupos promovendo paz social entre as classes" (CORDEIRO, 2010, p. 111).

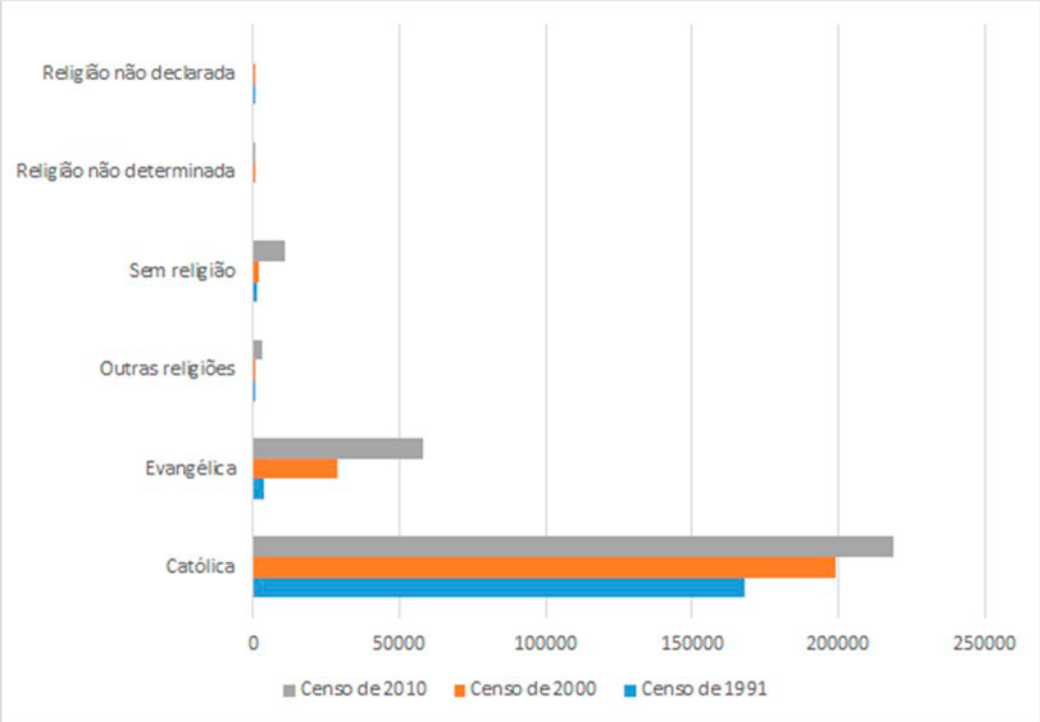
Apesar da adesão e reconhecimento popular, a Diocese de Crato negou e combateu por décadas as romarias devocionais ao Padre Cícero. Cabe-se mencionar que já em 1917, durante a administração diocesana de Dom Quintino Rodrigues, iniciam-se os esforços para o apagamento físico e simbólico relacionado ao santo popular. A abertura para essas manifestações populares apenas se deu em 2001, durante o episcopado de Dom Fernando Panico, quando ganha uma nova roupagem a política diocesana tocante à figura do Padre Cícero e às romarias (PAZ, 2014).

A gênese da cidade de Juazeiro do Norte conflui à função urbana cultural de caráter religioso, bem como as cidades de Meca, Aparecida do Norte e Jerusalém (CARLOS, 1992). Por ser a materialização de cosmovisões como as religiosas, a cidade é para Carlos (1992) uma edificação humana erguida ao longo da história baseada nas relações de poder. Não obstante, Rolnik (1995) enxerga que a cidade possui dimensões materiais e políticas, além de poder ser compreendida metaforicamente como uma "escrita", considerando-se que o habitar o espaço urbano implica na produção de memórias sociais não encerradas com a morte

dos sujeitos, pois os registros escritos e arquitetônicos perpassam contextos históricos. Contudo, tais patrimônios materiais e documentais não implicam em sociabilidades inertes, pois as relações sociais e a dinâmica urbana são orgânicas, influenciando no fato de que "A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se intenso, ininterrupto" (CARLOS, 1992, p. 67).

Na contemporaneidade, Juazeiro do Norte se formata como uma municipalidade marcada por altos índices de crescimento socioeconômico, dotando uma população estimada para 2020 de 276.264 pessoas (IBGE, 2020), densidade demográfica de 1.004,45 hab/km² (IBGE, 2010), taxa de urbanização de 96,07% (IBGE, 2010) e Produto Interno Bruto - PIB - per capita de R$ 17.725 (IBGE, 2018). Com bases nos três últimos censos demográficos do IBGE, nota-se a predominância da hegemonia cristã-católica no município, seguida de adeptos de ramificações evangélicas, assim como exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – População por segmento religioso em Juazeiro do Norte - CE



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE (1991); IBGE (2000) e IBGE (2010).

O número de católicos, embora tenha crescimento em números absolutos, apresenta uma redução percentual em relação ao total da população. Em 1991 o

número de católicos correspondia a 168.233 pessoas (96,93% da população). Em 2000, esse valor cresceu para 198.991 cidadãos, contudo, passou a configurar 93.80% em relação ao total da população. Em 2010 a população católica abarcava 219.147 citadinos, representando 87,68% dos habitantes do município. Apesar do pequeno decréscimo percentual (acompanhado do crescimento de seguidores de outras matrizes religiosas e não religiosos), ainda é volumoso o número de católicos na municipalidade, fato produzido historicamente, mas que pressupõe uma degustação a respeito da configuração do catolicismo no território.

Conforme destaca Oliveira (2019), o catolicismo popular sertanejo vivenciado em Juazeiro do Norte não atende compulsoriamente aos ritos emanados do catolicismo romanizado, embora conviva com o mesmo, mas concretiza uma forma própria de significar e viver o sagrado. O catolicismo popular, ao fomentar tradições que recordam memórias de eventos passados e transmitidos oralmente (por exemplo, as romarias que fazem alusão às peregrinações sertanejas em contextos de seca), ao materializar o agradecimento por "graças" alcançadas mediante a oferta de objetos e ao cultuar os "santos populares" (pessoas falecidas com reconhecimento pelos seus feitos terrenos, porém, não canonizadas pela Igreja Católica Apostólica Romana), ressignifica as tradições, rituais e símbolos pregados pela Santa Sé.

Oliveira (2019) adjetiva Juazeiro do Norte como uma hierópolis segregada em duas dimensões, pois o seu espaço urbano é construído com base nos preceitos do catolicismo romanizado em concomitância com a vivência do catolicismo popular. Isso gera um conflito, ainda segundo Oliveira (2019), considerando-se que a Igreja Católica Romana (representava regionalmente pela Diocese de Crato) amiúde imprime tentativas de romanizar o catolicismo popular, inclusive, categorizando os seus seguidores como fanáticos religiosos.

O turismo religioso em Juazeiro do Norte - CE: o despertar do interesse público

É mister reiterar o pensamento de Cordeiro (2010) de que as romarias despertam, na contemporaneidade de Juazeiro do Norte, interesses governamentais e empresariais, sendo objeto de disputas entre distintos discursos/instituições. Logo, as romarias são ressignificadas, já o "ser romeiro" e os próprios "romeiros" passam a ser criados e legitimados por tais discursos e instituições.

Desse modo, a Secretaria de Turismo e Romaria, na ocasião denominada "Secretaria Municipal de Turismo e Romeiro", foi criada e inserida na estrutura funcional da Administração Municipal por ocasião da Lei Complementar n° 1, de 17 de março de 2005, sancionada pelo prefeito do período, Raimundo Macêdo. A lei em questão vinculou a Fundação Memorial Padre Cícero – à secretaria em voga. Conforme a lei ora citada, a SETUR tem como incumbências:

> Promoção e Revitalização do Turismo, Planejamento e Captação de Eventos, TRADE, Capacitação de Pessoal, Organização Operacional das Romarias, Manutenção de Museus e Monumentos, Suporte a Eventos e Artistas, Gestão dos Núcleos de Artes, Centros Culturais e Teatro, Vinculação da Fundação Memorial Padre Cícero e Gestão Administrativa (JUAZEIRO DO NORTE, 2005, p. 12).

A criação do órgão público supracitado exibe o elo entre religião e espaço público. Essa realidade se encontra presente de forma nítida e histórica na municipalidade de Juazeiro do Norte. Ademais, o protagonismo da Diocese em questão na hierópolis discutida é concluído por Torres e Nascimento (2021), os quais apontam que a Diocese de Crato foi contemplada com 30% de todas as doações de terrenos públicos para fins/organizações religiosas, entre 2000 e 2019, no município ora estudado. É válido frisar que além da Diocese, várias associações e instituições católicas também foram beneficiadas com as alienações de tais bens próprios da municipalidade, algo constatado ao se observar que 85% das organizações contempladas com essas doações, no período mencionado, foram católicas (TORRES; NASCIMENTO, 2021). Logo, nota-se que a espacialização de espaços sagrados católicos em Juazeiro do Norte se consubstancia em parceria com o poder público municipal, não à toa, a SETUR é o órgão mais citado nos textos aqui analisados.

Oliveira (2008) cita que embora a Igreja Católica tenha assumido uma postura arisca em relação às romarias no seu início, algo presente desde a criação da Diocese de Crato em 1916 (Cf. PAZ, 2014), logo reconheceu a importância dessa prática devocional para as suas próprias receitas. Em acréscimo, por pressão dos comerciantes locais, a instituição religiosa passou não apenas a aceitar, mas também a fomentar as romarias em Juazeiro do Norte. Assim, Oliveira (2008) constata a relevância das romarias para o fortalecimento de setores econômicos locais a partir do turismo religioso, atraindo aproximadamente dois milhões de

pessoas por ano, no contexto anterior à pandemia da Covid-19 (PAZ, 2014).

O uso das romarias como atrativo econômico implica refletir sobre o papel do urbanismo moderno na aproximação da cultura com o Capital, tendência que faz com que a cultura não seja mais vista como anti-mercado, mas um objeto das estratégias da cidade-empreendimento. Essa inflexão urbana empreende um negócio das imagens, voltando-se à criação de representações sociais e interpretações que sustentam a indústria cultural e atuam na geração de consensos urbanos. Portanto, a cidade como imagem é um fruto gerado por uma política de image-making, a qual mercantiliza valores de uso civilizatório (ARANTES, 2000). Diante do exposto, fenômenos culturais complexos como as romarias em Juazeiro do Norte são paulatinamente instrumentalizados pelos interesses econômicos, não à toa, o município estudado vivenciou, nas últimas décadas, epopeicos investimentos públicos e privados nos campos dos serviços e infraestrutura.

Oliveira (2019) expressa que a produção espacial da cidade aludida esteve relacionada às figuras do Padre Cícero e da Beata Maria de Araújo, utilizando-se das propriedades geoambientais da paisagem local para a composição de espaços sagrados como a Serra do Horto. O espaço físico urbano, tornado sagrado pela atuação de instituições religiosas e laicas, desenvolve um papel fundamental na dinâmica das romarias, pois:

> [...] o romeiro sente a forte necessidade de estar na companhia dos outros que comungam com a sua experiência de caminheiro. É preciso se colocar em viagem a fim de estabelecer uma ligação com toda a dinâmica da romaria, e é na cidade querida pelo santo protetor – o “padim Ciço” – que o sertanejo se torna mais feliz e realizado (PAZ, 2014, p. 136).

Paz (2014) elenca que o roteiro das romarias em Juazeiro do Norte perpassa os seguintes espaços sagrados: 1) Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (onde se faz presente o túmulo do Padre Cícero); 2) Matriz de Nossa Senhora das Dores (onde o santo popular conviveu com os fiéis e atuou como sacerdote); e 3) O Horto (onde se localiza a estátua do Padre Cícero, o museu dedicado à memória do mesmo, uma Igreja e o “Santo Sepulcro”).

Os dois primeiros espaços integram ainda o Centro Histórico da cidade, ou seja, o núcleo original do processo de urbanização e que foi no ano de 2000 inserido no Projeto Estruturante Roteiro da Fé que definiu a área de intervenção e revitalização, alinhados, justamente as dinâmicas das romarias - consideradas como elemento primordial da atividade turística no município. O projeto é um elemento expressivo na integração entre as romarias, turismo e à constituição de uma imagem/identidade turística para o território que vem sendo reforçada nas duas últimas décadas pelo poder público municipal e estadual.

Com efeito, à partir do que foi exposto até aqui é possível observa a nível regional o papel que o turismo tem assumido não apenas na configuração do território e apropriação de determinados espaços - se considerarmos o caso de Juazeiro do Norte - mas ainda à importância que vem assumindo no campo econômico ao provocar um "despertar" para as potencialidade da região, aproveitando ainda os fluxos que convergem para a "Nova Jerusalém" (grifo nossos).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Enquanto fenômeno histórico, podemos compreender ao decorrer deste breve ensaio que o turismo passou por sucessivas transformações que são reflexos das mudanças que a própria sociedade vivenciou ao longo do tempo. No caso do Brasil não foi diferente, de uma ação amadora e centralizadora a uma profissionalização e descentralização, vivenciou-se um longo caminho que contou com a interferência direta do Estado mediante a promoção de políticas públicas para o campo.

No caso do Ceará, a adoção de ações atreladas à descentralização do turismo de sol e praia, centrado principalmente na área litorânea, ocorre principalmente após a década de 1990. Nesse cenário, a cultura e suas mais diversas práticas e manifestações passam a ser (re)significadas como matérias-primas de indução da atividade turística no processo de interiorização do turismo.

Nesse percurso, um dos elementos que compõem essa cultura tem sido (re) aproveitado pelo Estado no processo de regionalização do turismo no Ceará: a religiosidade popular. O caso de Juazeiro do Norte, aqui destacado, apresenta-se como expressivo, uma vez que as práticas e manifestações da religiosidade

popular associam-se à própria configuração do território. Dessa forma, historicamente, mesmo com a oposição inicial das autoridades eclesiásticas e do próprio poder público que enxergavam as romarias como expressão do fanatismo, ao longo do tempo esses fenômenos foram ressignificados e, na atualidade, configuram-se como o principal elemento de indução da atividade turística no território, possibilitando o segmento do turismo religioso como um dos mais marcantes e fortes na região do Cariri e provocando, ainda, um "despertar" para outras experiências potenciais.

Nesse sentido, o poder público municipal e estadual tem atuado como principal agente de turistificação do espaço no Cariri, investindo na configuração de uma imagem e identidade de determinados territórios, as quais são associadas ao turismo religioso. Esse fenômeno se desnuda no município do Crato com a constituição de um Horto em culto à Nossa Senhora de Fátima e em Santana do Cariri com a tentativa de constituição de um polo de romarias alusivas à Benigna Cardoso.

Outra experiência recente que podemos pontuar nesse processo de "despertar" e que demonstra a função do poder público no processo de fomento e desenvolvimento do turismo no Cariri deu-se em 2020, quando foi lançado pelo governo do Estado o Projeto Rota Cariri 5. O roteiro elaborado em pela Secretaria do Turismo do Ceará (Setur), em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado (Secult) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é representativo à medida que reforça a níveis estadual e nacional a importância do Cariri como centro de turismo na região. A apresentação do projeto Rota Cariri traz em suas narrativas um aspecto que não deve ser negligenciado nesse contexto, à força que o turismo religioso já dispõe na região. Nesse sentido, o Rota Cariri revela a necessidade de aproveitar os fluxos oriundos do turismo religioso para expandir e diversificar a atividade turística na região.

Apesar de ser um produto de divulgação, que funciona, principalmente, na ampla visibilidade em diversas plataformas e meios de comunicação, ações como à Rota Cariri demonstram a importância e necessidade de integração de destinos turísticos na região do Cariri nesse processo de despertar para as potencialidades socioeconômicas do turismo para a região do Cariri.

O roteiro elaborado em pela Secretaria do Turismo do Ceará (Setur), em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado (Secult) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é representativo à medida que reforça a níveis estadual e nacional a importância do Cariri como centro de turismo na região. A apresentação do projeto Rota Cariri traz em suas narrativas um aspecto que não deve ser negligenciado nesse contexto, à força que o turismo religioso já dispõe na região. Nesse sentido, o Rota Cariri revela a necessidade de aproveitar os fluxos oriundos do turismo religioso para expandir e diversificar a atividade turística na região.

Apesar de ser um produto de divulgação, que funciona, principalmente, na ampla visibilidade em diversas plataformas e meios de comunicação, ações como à Rota Cariri demonstram a importância e necessidade de integração de destinos turísticos na região do Cariri nesse processo de despertar para as potencialidades socioeconômicas do turismo para a região do Cariri.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 5ª ed. Editora Ática, 1998.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BELMINO, Sílvia Helena. **Sinta na pele esta magia**: a propaganda turística do Ceará (1987-1994). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, 3. ed.- Brasília, 2010. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: mar. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CORDEIRO, Maria Paula Jacinto. **Entre chegadas e partidas**: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Departamento de

Ciências Sociais. Fortaleza-CE, 2010.

CEARÁ. **Decreto-lei n° 2.572**, de 8 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, PDDU de Juazeiro do Norte, 2000a. Disponível em: http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Legislacao/LEI%202572-2000.pdf. Acesso em: mar. 2022.

CEARÁ. **Termos de Referência para Elaboração de Projeto Executivo (Projeto 01: Roteiro da Fé)**. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE, 2000b. Disponível em: https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/04/termo-de-referc3aancia_01_roteiro-da-fc3a9-versc3a3o-final.pdf. Acesso em: mar. 2022.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In*: **América Latina**: cidade, campo e turismo. LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. **População residente estimada em 2020**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579#resultado. Acesso em 8 ago. 2021. IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios - de 2016 a 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads. Acesso em 8 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. **Censo Demográfico 1999**: População residente, por religião, em Juazeiro do Norte. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137#resultado. Acesso em: jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. **Censo Demográfico 2000**: População residente, por religião, em Juazeiro do Norte. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137#resultado. Acesso em: jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. **Censo**

Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010.

JUAZEIRO DO NORTE. Lei complementar nº 1, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a estrutura funcional da Administração Municipal, cria órgãos, cargos e funções, estabelecendo os respectivos níveis ocupacionais, valores gratificacionais, hierarquia e adota outras providências: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: https://juazeiro1.websiteseguro.com/site/midia/9158/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2001-2005-NOVA%20ESTRUTURA%20ADMINISTRATIVA.pdf. Acesso em: jan.2022.

NETTO, Alexandre Panosso; TRIGO Luiz Gonzaga Godoi Trigo. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

NETTO, Alexandre Panosso. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

OLIVEIRA, Lais Catatine. **Espaço urbano e turismo religioso**: avaliação da política de reordenamento do centro da cidade de Juazeiro do Norte – CE. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de. **Ser-tão romeiro**: a memória hierof nica do catolicismo popular sertanejo e sua espacialização em Juazeiro do Norte – ce. 2019. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2019.

PAZ, Renata Marinho. Pelos Caminhos da Fé: uma leitura etnográfica sobre os espaços sagrados em Juazeiro do Norte. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Morais da. **Cultura, Política e Identidades**: Ceará em perspectiva. Fortaleza: IPHAN - CE, 2014.

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina Toledo. Turismo em um Cenário de Mudanças. In: REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, v. 157, 2002.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Turismo em espaços urbanos**: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Coleção Primeiros Passos, v. 203. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SETUR. **Evolução recente do turismo no ceará 2010/2019**. Disponível em: https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2021/09/Evolucao-do-Turrismo-no-Ceara-2010-2019.pdf. Acesso em: jan. 2022.

TORRES, Geovane Gesteira Sales; NASCIMENTO, Diego Coelho do. Doações de Terras Públicas e Questões Urbano-Religiosas: Um Estudo de Caso na "Capital Da Fé" Juazeiro do Norte-CE. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.

YASOSHIMA, José Roberto; OLIVEIRA, Nadja da Silva. Antecedentes das Viagens e do Turismo. *In*: REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, v. 157, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Políticas públicas e ampliação do ensino superior no Brasil do século XXI: significados do acesso à universidade entre jovens de origens populares

Ricardo Cruz Macedo

INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira atravessou neste atual século mudanças quantitativamente significativas e incrementou políticas públicas de permanência, fenômeno que trouxe modificações no perfil daqueles que vivenciam a universidade. Nessa perspectiva, analiso aqui os significados do acesso à universidade entre jovens de origens populares considerando a importância das políticas públicas de ampliação da oferta de vagas. O artigo é parte dos estudos da tese[1] doutoral em sociologia que investigou experiências universitárias e projetos de futuro entre jovens beneficiários de assistência estudantil.

A maior entrada dos indivíduos oriundos de grupos populares para a universidade reflete um contexto educacional neste século de gradativa abertura à diversidade social no ensino superior. Esse processo pode estar associado ao conjunto das políticas educacionais que implicaram no acesso e permanência ao ensino superior brasileiro. Nessa direção, Dias Sobrinho (2010, p.197 *apud* NASCIMENTO, 2018, p. 16) entende que a expansão do ensino superior tem sido influenciada, também, pelo processo de globalização, a ampliação do acesso da população aos níveis de educação mais elevados, aumento do número de pessoas de grupos sociais com baixa representatividade (negros, mulheres, pessoas com baixa renda), bem como a necessidade de maior escolarização para o acesso ou manutenção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento e "qualificação profissional".

[1] A tese intitula-se "Jovens de origens populares no ensino superior: Experiências universitárias e projetos de futuro entre estudantes da rede pública" e foi defendida em abril de 2021 ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) como requisito para obtenção do título de doutor. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

As políticas e programas destinados ao ensino superior no Brasil desenvolvidas a partir dos anos 2000 trouxeram mudanças que demandam pesquisas de diferentes ciências a fim de que se possam entender as implicações dessa ampliação e como a universidade é vivida por grupos sociais cuja tradição é de exclusão do terceiro grau. Essa compreensão atravessa não apenas as instituições educacionais e os públicos mais diretamente envolvidos, como os estudantes e professores, mas os grupos familiares, observando os significados do acesso à universidade entre eles, e as diferentes estratégias adotadas para a realização dos cursos.

Somada a introdução, aos aspectos de metodologia e as conclusões, o artigo é composto por três sessões. Na primeira analiso o cenário da educação superior no Brasil a partir das políticas públicas de ampliação do acesso, sobretudo, enfatizando o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007, e verifico dados do INEP. Na segunda sessão analiso como são representadas as rupturas educacionais e os horizontes sociais entre os estudantes e seus grupos familiares a partir das entrevistas realizadas. Com foco no grupo de jovens que participaram da pesquisa, na terceira sessão abordo os significados do acesso ao ensino superior entre os sujeitos de origens populares.

Aspectos metodológicos

A pesquisa foi realizada em Juazeiro do Norte, município localizado ao sul do Estado do Ceará com uma população estimada em 274.207 habitantes (IBGE, 2019). Em termos do ensino superior, Juazeiro do Norte tem se despontado como a cidade com a maior concentração no número de cursos universitários e instituições de ensino superior na região do Cariri[2] cearense, crescimento ocorrido, sobretudo, no setor privado. Na rede pública o referido município dispõe de campi de quatro IES: Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Regional do Cariri (URCA), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e a Faculdade de Tecnologia Centec (FATEC-Cariri). Na rede privada, há uma média de dezoito IES instaladas entre campi/polos de faculdades e centro universitário que oferecem cursos presenciais e na modalidade EAD.

[2] A Região do Cariri está localizada ao sul do Estado do Ceará e compõem-se de 29 municípios, entre Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

O crescimento do ensino superior verificado em Juazeiro do Norte e na conjunção[3] composta por essa e as cidades de Crato e Barbalha implicou em transformações urbanas e estéticas identificadas na existência de áreas com inúmeros pequenos apartamentos, na intensificação dos fluxos de transportes coletivos que passam a atender as demandas de deslocamentos dos estudantes aos diferentes campi universitários, nos diversos estabelecimentos comerciais com serviços específicas a esse público, entre outros. Como destaca Dantas e Clementino (2014, p. 230), os efeitos dos investimentos oportunizados pela expansão do ensino superior são mais facilmente internalizados em cidades médias, como é o caso de Juazeiro do Norte, imprimindo mudanças espaciais na estrutura urbana.

Nessa cidade o lócus espacial da pesquisa foi o campus da UFCA, instituição na região sul cearense criada a partir do processo de expansão do ensino superior com o REUNI. A UFCA foi instituída pela Lei 12.826, de 5 de julho de 2013 a partir de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os dados para a pesquisa foram produzidos através da aplicação de entrevistas e questionários. Também foram elaboradas análises dos micro dados apresentados pelo INEP entre os anos de 2008 e 2017[4]. Participaram do estudo 18 universitários matriculados na UFCA, campus Juazeiro do Norte.

A denominação jovens de origens populares está fundamentada nos seguintes aspectos: 1- Ser oriundo de famílias cujos responsáveis possuem baixa formação escolar. 2- Que estudaram em escolas públicas. 3 - São filhos de pais e mães que possuem formas de trabalho cuja renda familiar situa-se entre menos de um até dois salários mínimos. 4- Estejam beneficiários de programas de assistência estudantil e tenham essa condição como uma ferramenta importante para a realização do curso superior.

As entrevistas foram realizadas individualmente e gravadas em aparelho gravador para posterior transcrição com prévia autorização dos entrevistados, preservando-se, em todos os casos, o anonimato dos sujeitos. Os questionários

[3] O eixo composto pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha forma o triângulo Crajubar e concentra a maior parte dos cursos universitários da região do Cariri.

[4] Esse recorte temporal deveu-se a análise do contexto em uma década partir do primeiro ano que iniciei as pesquisas para a tese de doutorado, em 2017. O período delimitado compreende o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o primeiro e segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e o governo Michel Temer (2016-2018).

foram aplicados como uma segunda fase de produção dos dados, realizada com os jovens entrevistados.

Políticas públicas e ampliação do ensino superior no Brasil neste século

O acesso à universidade como uma experiência para os diferentes grupos e classes sociais em muitos países a partir da última metade do século XX evidenciou-se para as Ciências Sociais e, especificamente, a Sociologia como um importante campo de análises sobre as condições juvenis contemporâneas. Tal fenômeno demonstrou a possibilidade de sujeitos de distintas origens sociais disputarem a entrada na universidade, viabilizando experiências sociais e culturais historicamente particulares entre as gerações.

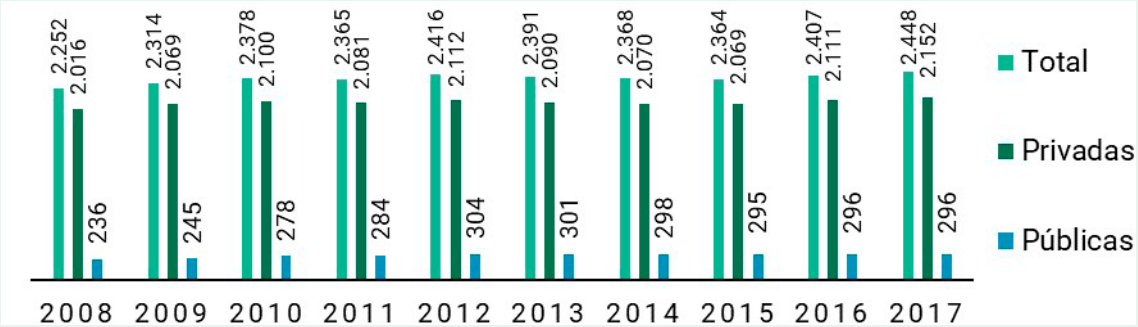
Em torno do cenário da educação superior no Brasil, já no final do século XX um conjunto de políticas públicas objetivou elevar o número de matrículas no país. Porém, é a partir do início do século XXI que elas se ampliam. No ano de 2007 foi instituído o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (REUNI) que estabeleceu como objetivo a expansão do acesso e a ampliação das matrículas nas instituições públicas a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Para além do REUNI, outras políticas públicas foram estabelecidas para promover a expansão e interiorização da universidade pública, além da ampliação de vagas naquelas já consolidadas (Silva, 2011, p. 7, 8). Em 2004 foi instituído o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). O Decreto nº 7.234, de 2007, criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). No ano de 2008 foram criados 38 Institutos Federais, IFs, condensando 129 instituições de ensino - 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino, sete Escolas Técnicas, 39 Escolas Agrotécnicas e oito Escolas Vinculadas às Universidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2011 foi criado o Ciência sem Fronteiras, programa que concede bolsas de intercâmbio em instituições estrangeiras. Em 2012 a Lei nº 12.711 - Lei de Cotas, obrigou as instituições federais de ensino superior destinariam metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes oriundos das escolas públicas, distribuição que leva em consideração critérios raciais e sociais. Essas políticas e ações produziram importantes transformações no que se refere ao

cenário universitário recente do país.

É salutar destacar que, mesmo diante desses investimentos, o ensino superior público brasileiro ainda evidencia uma significativa disparidade entre os setores público e privado quando os comparamos às realidades dos demais países do continente latino-americano. Para analisar o cenário do crescimento das IES no Brasil, conforme o período delimitado neste estudo - 2008 a 2017, observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Dinâmica no crescimento no número de IES - Brasil/2008-2017



Fonte: Micro dados do INEP (2019).

De modo geral, os dados apresentados revelam um crescimento na criação de instituições de ensino superior no Brasil durante a década analisada, processo que incluiu a ampliação do número de campi universitários em todo o país. Em termos da oferta de matrículas durante o período estudado, constatamos, segundo os dados do INEP (2019), que mesmo a quantidade de matrículas passando de 5.080.056 em 2008 para 8.286.663 em 2017, o percentual manteve-se o mesmo para as redes pública e privada, ou seja, 25% para aquela primeira e 75% para essa última durante o período.

Esses dados demonstram que mesmo com a ampliação da oferta de vagas pela rede pública como um processo importante para o ensino superior do país, a tendência de crescimento no Brasil é, exponencialmente, pelo setor privado. Esse fato aponta para dinâmicas já observadas desde a última metade do século passado, quando houve uma sucessiva mercantilização da educação superior no Brasil e o consequente aumento na rede privada. Ao mesmo tempo, conforme apontou Neirotka e Trevisol (2016, p. 23), foi nesse contexto particular a partir dos anos 2000 que o acesso de jovens de origens populares à universidade passou

a ganhar espaço na agenda dos governos e da sociedade brasileira, fenômeno que traz significações emblemáticas para a vida universitária e para o acesso a universidade.

Acesso à educação e rupturas sociais entre as gerações

Em estudo realizado sobre os percursos à universidade entre jovens de origens populares no Rio de Janeiro em fins da década de 1990, Silva (2018) observou algumas perspectivas relevantes sobre o acesso àquela instituição entre esses sujeitos. Segundo o autor, são jovens oriundos de grupos familiares em que há uma pouca qualificação escolar dos pais e mães. As mães são as principais artífices da trajetória escolar dos filhos e os pais são os provedores da base material e tem pouca presença nas experiências escolares. Os filhos estudantes, por sua vez, são levados a conciliar atividades laborais muito cedo.

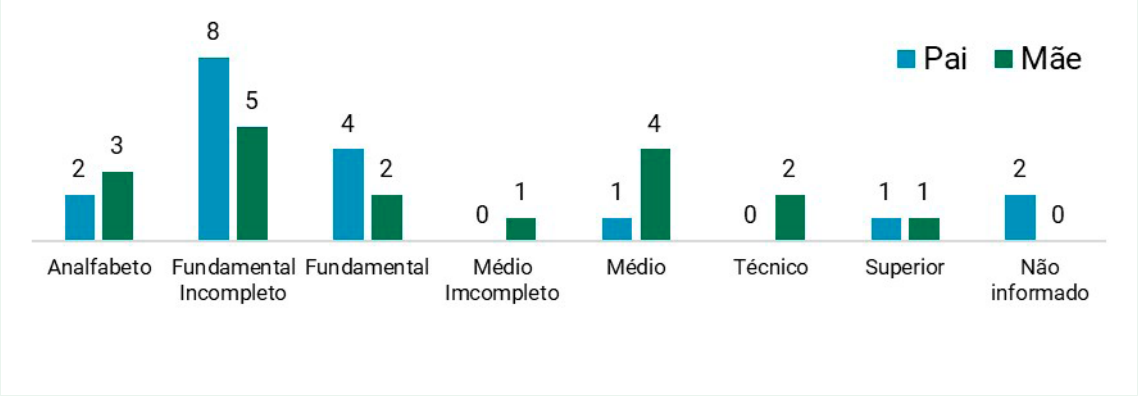
Em nossas análises verificamos uma estreita aproximação com essa mesma abordagem descrita pelo autor. De modo geral, as mulheres, sejam elas mães, avós, tias ou irmãs ocupam-se de um importante lugar nos processos educacionais dos jovens do grupo estudado. Destaca-se seu incentivo moral e, por vezes, auxílio financeiro. As figuras masculinas, por sua vez, estão associadas mais ao desempenho de funções de provimento e sustento. Assim, são taxadas como alguém que “sabe pouco” sobre o cotidiano estudantil e o universo universitário e estão, também, mais afastadas do acompanhamento afetivo, o que reflete na sua possível valorização, ou não, da educação, somada ao constante questionamento sobre a necessidade de obtenção de atividades remuneradas de forma imediata, sobretudo para os jovens do sexo masculino.

Outra perspectiva relevante diz respeito as formas como os indivíduos jovens traçam suas escolhas dos cursos. A nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é definidora em muitos casos. Para os estudantes a escolha do curso é decidida diante da nota que se obtém no exame. Assim, a entrada na graduação entre jovens de origens populares é uma experiência que vai se definindo quando, após a realização do ENEM, se verifica qual o curso se pode fazer com a nota obtida na prova dentro de um conjunto de possibilidades que mais se associam ao tipo de graduação que já se imaginava realizar.

Renda familiar também se evidenciou para entender os sujeitos da pesquisa. Quando consideramos os entrevistados, observamos que todos estão agrupados numa condição que chega, ao máximo, de dois salários mínimos, renda que representa toda a economia do grupo familiar. Nesse sentido, constatamos haver um conjunto de trocas afetivas e financeiras importantes entre os jovens universitários e seus familiares, e que indicam a construção das condições de viabilidade do curso superior como um esforço coletivo do grupo familiar. Ou seja, tratam-se de experiências permeadas de percalços não apenas pelo estudante, mas também por seus familiares.

Sobre a escolaridade no grupo familiar de onde são oriundos os sujeitos da pesquisa, verifiquemos o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Grau de escolaridade do pai e da mãe dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

Entre os gêneros é destacável as diferenças nos graus de escolarização. No grupo dos pais, ou responsáveis do sexo masculino, a maioria, como destacado, estabilizou os estudos nos primeiros anos de ensino, restringindo-se ao nível fundamental completo. Entre as mães ou responsáveis do sexo feminino, os números apontam para um ligeiro aumento nos graus de escolarização em comparação àqueles.

Esses dados demonstram como se colocam os campos de possibilidades e as rupturas educacionais entre as gerações quando falamos no acesso as formas de escolarização. Os jovens estudantes são, em grande medida, os primeiros da família a acessar a universidade. Acessar e permanecer na universidade pública representa, portanto, mesmo que de modo não racionalizado, a vivência de uma

experiência de reconhecimento do sujeito social conforme destacado no trecho abaixo:

A média da minha família é concluir o ensino médio, procurar um emprego e assinar a carteira. E eu não queria ficar nessa média, até porque eu queria servir de exemplo para meus sobrinhos, eles perguntam as vezes por que precisa estudar, eu sou a média do que eles querem, a média para eles passou a ser o superior por minha causa (HOMEM. 26 ANOS. MÚSICA, 13/06/2019).

O ingresso na universidade e a participação na vida universitária se associam, constantemente, a uma condição social nova. De acordo com Barros (2010), as transformações em termos das experiências mediadas pela vida acadêmica vivenciadas entre jovens de origens populares demonstram percursos carregados de aspirações e anseios. Tratam-se, ainda segundo a autora, de percursos onde se alargam as redes de relações, agregando aos discursos de um antes e depois a influência da vida acadêmica nas apresentações de si. Tais experiências também constituem, muitas vezes, as primeiras vivências para além do espaço da vizinhança, dos bairros próximos e os amigos, os lugares frequentados. Está em xeque um movimento de rompimento com determinadas redes de relações e espaços e a construção de outras.

"Sou o primeiro da família": significados do acesso ao ensino superior

A entrada na universidade demarca a construção de um período atravessado por um universo de sentidos muitas vezes distinto daquele em que os jovens habitavam. No contexto das relações da vida universitária há uma realidade social que proporciona o convívio com novas pessoas, a circulação entre outros espaços, o estabelecimento de novas redes. Na UFCA um contingente significativo de estudantes são de cidades de pequeno porte, municípios aonde, mesmo nas sedes urbanas, há pouca convivência cotidiana com a diversidade social. Nesse sentido, a universidade também reverbera as rupturas com determinados universos sociais e culturais, possibilitando a circulação entre espaços, pessoas e modos de vida distintos daqueles que tendem a marcar os cotidianos dos jovens universitários.

Entre aqueles que passam a residir nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte

ou Barbalha, núcleo regional na oferta de ensino superior, constatamos que as referências ao mundo social denotam a expansão dos horizontes no qual a experiência da universidade que organiza as práticas cotidianas permite traçar comparações entre um tempo antes e depois, conforme destacado a seguir:

> A universidade mudou minha vida, eu tinha uma cabeça muito fechada pra religião e eu saí dessa caixinha, não deixei de ser católica. O conhecimento me fez ter uma visão diferente de mundo. [Pausa...]. Eu acho que essas oportunidades que a universidade oferece traz experiências e nos ajuda a amadurecer tanto em conhecimento científico, quanto nas nossas relações com as pessoas, traz mais empatia. Passei três anos na ENACTUS, que é um programa de extensão que a gente sai da faculdade e vai para as comunidades, e isso muda muito a nossa visão de mundo. Eu não sou a mesma pessoa de 2016 (MULHER. 21 ANOS. JORNALISMO, 13 jun. 2019).

> A universidade representa um divisor de águas e uma possibilidade de atuação profissional em minha vida. Mas, além do profissional, eu acho que a universidade é um espaço extremamente propício ao engrandecimento pessoal. Eu garanto que a pessoa que entrou aqui em 2015 e tá saindo agora em 2019 são duas pessoas opostas. Em percepção de mundo, em questão de empatia com outras pessoas. Relação com outras pessoas e relação com a sociedade, a universidade proporciona você sair da sua caixinha. Eu fiz curso técnico, eu fiz ensino médio, eu não consigo hoje pensar se eu tivesse parado no ensino médio ou no técnico. A universidade tem um "q" a mais, que acho que não molda, mas que amplia os horizontes, não só no quesito profissional, mas você enquanto pessoa, cidadão, enquanto uma pessoa que vai pautar o que você quer, lutar pelas melhorias sociais no seu bairro, na sua rua, na sua família mesmo. [...] Aqui você conhece pessoas de Barbalha, de Crato, de Juazeiro, de São Paulo que vieram morar aqui na região. E essas pessoas, de todas as cidades, com as culturas que elas têm, elas já lhe proporcionam coisas novas. Se eu tivesse em Santana do Cariri, uma cidade com 17 mil habitantes, terminado o ensino médio e ido trabalhar em comércio, eu jamais teria tido essas experiências e a percepção de mundo que eu tenho hoje. (HOMEM. 24 ANOS. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 16 jun. 2019).

> Uma mudança de paradigma, de sair de um mundo que eu não tinha nenhuma possibilidade de ascensão, de ter uma profissão bacana, construir uma carreira, ter acesso à informação, para um outro mundo em que tudo isso é possível com o apoio dos professores. Eu tive a sorte de ter bons professores, de não ter

> nenhuma paralisação grande, ela deu o caminho para as minhas pernas, eu tô trilhando agora e eu vejo um futuro bem mais fácil para mim, em que eu construo uma carreira como design gráfico, como ilustradora que eu sempre tive vontade (MULHER 22 ANOS. DESIGN, 11 jun. 2019).

Quanto mais contrastada for a narrativa, mais eloquente é o sentido da mudança. O rompimento de suas fronteiras exige de cada jovem um esforço de se desmembrar da família (BARROS, 2004, p. 372). Portanto, a compreensão das mudanças possíveis que compõem o arcabouço simbólico e cotidiano dos jovens antes e após a entrada na universidade possibilita analisar como se organizam e se descortinam as experiências em torno da vida universitária entre os estudantes de origens populares. Assim, entre esses sujeitos, mesmo que não esteja em jogo a manutenção de determinados status profissionais associados a formação acadêmica, pois seus pais são agricultores, pedreiros, domésticas, etc., o acesso à universidade representa a imersão em um contexto diferente daquele vivido por quem dela não participa.

A partir dessas perspectivas, entendemos que está na universidade se apresenta como uma experiência emblemática na compreensão de diferentes condições juvenis contemporâneas e que não se tratam apenas de escolhas pessoais, mas serve enquanto um movimento aonde vir a ser universitário é uma possibilidade dentro das condições de um espaço e tempo social. Portanto, a compreensão sobre esses sujeitos e os grupos de onde eles advêm nos possibilita construir elementos para a uma análise das experiências juvenis/estudantis que vão se tecendo com a vida universitária.

CONCLUSÕES

No Brasil o acesso à educação, sobretudo, em nível superior, representa uma realidade de emblemática seletividade, tendo se ampliado apenas em décadas recentes. De acordo com Hasenbalg (2003 apud ZAGO, 2006), percursos escolares de longa permanência na escola e ingresso tardio no mundo do trabalho são privilégios para uma parcela reduzida da população, embora, como mostram pesquisas recentes, essa relação venha sofrendo mudanças ao longo das últimas décadas. A vivência universitária entre os jovens de origens populares pode se constituir, nesse sentido, a primeira experiência de ampliação dos horizontes de

possibilidades educacionais e de profissionalização em relação ao seu grupo familiar e de origem social. Trata-se, ainda, de uma conquista que, para além de ser, em muitos casos, a primeira da família, é marcadamente juvenil.

A partir dos elementos destacados, observamos que os jovens estudados vivem percursos escolares com pouco investimento financeiro. A ordem moral tem forte apelo para uma ligeira inserção no mercado de trabalho, a autoridade familiar para o incentivo à educação concentra-se na figura feminina e nos modos de investimento pedagógico os estudantes podem vir a conciliar atividades escolares com experiências do mundo trabalho. Ao mesmo tempo, não se pode afirmar que sejam casos excepcionais, ou atípicos, pois, constituem realidades em múltiplos núcleos familiares, mesmo que como característica para apenas a geração jovem e que tenha entre um ou dois estudantes universitários. Ou seja, do ponto de vista dos grupos sociais, a análise do fenômeno do acesso ao ensino superior no Brasil do século XXI nos aponta contornos novos que permitem problematizar as noções de percursos escolares antes tipificados como casos pontuais entre os sujeitos de origens populares e, ao mesmo tempo, sobre os campos de possibilidades em que esses se realizam.

Conforme Mariz, Fernandes e Batista (1999, p. 324-325 *apud* ZAGO, 2006), a compreensão desses sujeitos universitários pode permitir conhecer o perfil social dos universitários e sua visão de mundo, colaborando para entender transformações que também dizem respeito as suas realidades sociais, que fatores contribuem para ela e que direção parece estar tomando. Nestes termos, analisar como são construídas e significadas as diferenciações dos níveis de escolarização entre as gerações nos grupos familiares dos sujeitos de origens populares permite entender as realidades e o tempo social em que se situam os sujeitos. Dessa maneira, num contexto familiar onde pai, mãe e/ou avós não tiveram acesso ao ensino superior, ingressar na universidade passa a significar não apenas a inclusão em um ambiente de ensino distinto daqueles que frequentaram os responsáveis pelos jovens, mas, simbólica e socialmente, a possibilidade de compartilhar e conviver com novas linguagens, hábitos culturais e grupos sociais. Serve como experiência que instrumentaliza a possibilidade de entrada em determinadas redes de relações de trabalho, como mediação para um status social e educacional diferente daquele vivido pelos pais, tios, avós e, até mesmo, irmãos, e, ao mesmo tempo, a ampliação dos horizontes nos quais os jovens se imaginam enquanto sujeitos sociais em seu tempo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Myrian Moraes Lins de. Trajetórias de jovens adultos: Ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 71-92, jul./dez., 2010.

BARROS, Myrian Moraes Lins de. Do "mundinho" fechado ao universo quase infinito: negociando a saída de casa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 365-373, set./dez., 2004.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A expansão do ensino superior e as cidades médias: Um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul./dez., 2014.

BRASIL. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 8 abr. 2019.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília-DF. 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do. **A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial**: O caso da Universidade Federal do Cariri. 2018. 266f. Tese (Doutorado em Administração). Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2018.

NEIROTKA, Rosileia Lucia. TREVISOL, Joviles Vitório. Os jovens das camadas populares na universidade pública: Acesso e permanência. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun., 2016.

SILVA, Jailson de Souza e. **Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobre para a universidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

SILVA, Vanessa Juliana da. O novo universitário no contexto da expansão e interiorização da universidade pública no Brasil. *In*: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Curitiba-PR, p. 1-20, julho, 2011.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, mai./ago., 2006.

Hegemonia Americana: poder econômico e militar

Kátia Regina Rodrigues Lima[1]

Emmanoel Lima Ferreira[2]

Patric Anderson Gomes da Silva[3]

Janiel Barbosa da Silva[4]

> Parece-me que nosso prazer e dever seria tornar livres aquelas pessoas e deixar que elas próprias resolvessem sozinhas as suas questões internas. E é por isso que sou antiimperialista. Eu me recuso a aceitar que a águia crave suas garras em outras terras (MARK TWAIN, 2003, p. 7).

[1] Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED) e membro do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA), e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE (PPGE-UECE). E-mail: katia.lima@urca.br.

[2] Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, História, Educação e Artes (GPETHEA). Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: emmanoel.lima@urca.br.

[3] Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, História, Educação e Artes (GPETHEA). E-mail: patricanderson16@icloud.com.

[4] Graduando do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/FUNCAP). E-mail: janiel.silva@urca.br.

INTRODUÇÃO

Aloísio Teixeira, no artigo Estados Unidos: a "curta marcha" para a Hegemonia, nos adverte que "em ciência, a pergunta é tudo" (1999, p. 155). Seguindo o seu preceito gostaríamos de fazer uma pergunta que vai nortear como um fio condutor esse artigo: os EUA se tornaram uma potência hegemônica, imperialista, por meio de sua própria engenhosidade, inovação, desenvolvimento industrial ou por meio da conquista, da expropriação e de sua projeção militar e econômica pelo mundo?

O estudo objetivou compreender a gênese do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos que vai desembocar no seu poder imperialista no plano mundial, vale dizer, na chamada hegemonia estadunidense, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Hegemonia americana: poder econômico e militar

Max Weber ao escrever a Ética Protestante e o espírito do capitalismo enseja que o protestantismo, na sua visão calvinista e sua ética voltada ao trabalho, ao consumo frugal, ao reinvestimento no próprio negócio e uma ascese intramundana, teria uma afinidade eletiva com o desenvolvimento capitalista e isso explicaria a pujança do capitalismo norte-americano. Weber visitou os EUA em 1904 e o capitalismo estadunidense já mostrava o seu vigor e o seu desenvolvimento.

Os EUA, assim como a Alemanha, se desenvolveram não por meio do livre comércio, mas aceleraram sua indústria depois da Grande Depressão de 1873-1895. Hamilton no seu Relatório sobre as Manufaturas criticava as teses de Adam Smith e propunha uma política de incentivo às manufaturas, protecionismo às indústrias infantes. Friedrich List morou nos EUA e conheceu a obra de Hamilton e a defendeu para a Alemanha no seu famoso livro Sistema Nacional de Economia Política e logo no início ele já alfinetava a ideia de livre concorrência ao dizer:

> Percebi claramente que a livre concorrência entre duas nações altamente civilizadas só pode ser mutuamente benéfica no caso de ambas estarem em um grau de desenvolvimento industrial mais ou menos igual; ao contrário, qualquer nação que, em razão

> de reveses, estiver atrasada em relação a outras (...) deve antes de tudo aumentar e consolidar seus próprios poderes individuais para aparelhar-se a entrar na livre concorrência com nações mais evoluídas (LIST, 1989, p. 3-4).

A América ganhou um grande impulso com a expansão para o oeste, a compra e a tomada de metade do território mexicano por meio da guerra contra o México (1846-1848), além de exterminar e tomar as terras dos índios que eram os habitantes originais da terra. A Guerra de Secessão nos EUA, que deixou o saldo macabro de cerca de 500 mil mortes, foi na verdade a luta por qual modelo os EUA prosseguiria — escravocrata, atrasado, monocultor, controlado por oligarquias retrógradas, de alíquotas de importações baixas, desindustrializado ou um EUA baseado no trabalho livre, que se desenvolvesse por meio das manufaturas e do protecionismo. O Norte ganhou e isso catapultou o capitalismo estadunidense.

A Doutrina Monroe, de 1823, era mais uma declaração de princípio do que uma projeção real de força econômica, política e militar. A independência da América face a Inglaterra, em 1776, contou com o apoio da França que disputava no campo geopolítico internacional com a Inglaterra.

As ferrovias ligando e rasgando o país foi o grande impulso industrializador interligando o enorme mercado dos EUA e impulsionando a indústria e a engenharia do país. Mas, a expansão dos EUA verdadeiramente começou no final do século XIX com os EUA aproveitando a fragilidade do combalido domínio espanhol. Entra em guerra contra a Espanha tornando Cuba um protetorado dos EUA com a Emenda Platt, toma Porto Rico e transforma as Filipinas na primeira colônia dos EUA.

Não esqueçamos da Doutrina do Comandante Alfred T. Mahan que, de acordo com Moniz Bandeira, expressava o ímpeto de anexação e de expansão: “segundo a qual a grandeza de uma nação dependia de seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder marítimo e o poder marítimo, de colônias” (BANDEIRA, 2005, p. 51). O militarismo assumiu papel fundamental na expansão imperialista, inicialmente sob a forma de poderio naval. Bandeira (2005) destaca o papel das Filipinas para ser uma base avançada dos EUA na Ásia que garantisse a sua expansão pelo continente.

No caso da América Latina, como dissemos, Cuba, Porto Rico e a América Central foram o primeiro passo para os EUA projetarem o seu poder na região. Era a realização do Destino Manifesto de 1850 escrito por um jornalista sulista, De Bow: "Temos um destino a cumprir, um destino manifesto sobre todo o México, sobre a América do Sul, sobre as Índias Ocidentais e o Canadá. (DE BOW apud LOPEZ, 1989, p. 105).

O destino manifesto era a ideia de que os EUA tinham uma missão salvacionista de levar a civilização e os valores cristãos a outros povos: a democracia, o livre-comércio. Os EUA aproveitaram o enfraquecimento do imperialismo inglês na América Latina para tomar o mercado promissor e o período entreguerras foi fundamental para desalojar o império britânico no mercado latinoamericano. Os EUA, no pós-Primeira Guerra Mundial até a subida de Roosevelt ao governo mostrou sua "musculatura" para obrigar vários países a abrirem seu comércio para os EUA, o famoso corolário Roosevelt.

No Corolário Roosevelt, de Theodore Roosevelt, os EUA se arvoram do direito de se imiscuir nos assuntos dos países latinoamericanos exigindo boa conduta política e o não enfrentamento aos interesses dos EUA. É a política de Big Stick (do grande porrete). Obviamente, essa política arrogante devido a diversas intervenções militares dos Marines na América Latina, Cuba, Nicarágua, México, Haiti foi desgastando a imagem dos EUA na América Latina.

É famosa a declaração do major-general Smedley D. Butler na qual ele asseverou que Al Capone era um aprendiz diante dos fuzileiros navais, já que Al Capone operava em três distritos e eles operavam em três continentes a serviço das empresas estadunidenses, relatando como os fuzileiros navais tornavam os lugares tranquilos para os investimentos dos homens de negócios e Wall Street (LOPEZ, 1989). (LENS, 2006, p. 400), também destaca trechos da declaração de Butler: "(...) passei a maior parte do tempo sendo segurança de alta classe para o big business, para Wall Street e para os banqueiros. Em suma, fui um agente do crime organizado para o capitalismo (...)".

O sucessor de Roosevelt, William Taft, acrescenta a essa política aquilo que foi chamado de diplomacia do dólar, assegurando facilidades para a entrada de mercadorias e investimentos dos EUA. F. D. Roosevelt ao vencer Hoover teve que mudar a política externa dos EUA por seu desgaste e também por causa

da concorrência do Japão na América Latina e depois da subida de Hitler, da Alemanha que entrava forte no mercado da América Latina assustando o governo e as empresas dos EUA. Foi a chamada Política da Boa Vizinhança. Roosevelt fez pressão para que a Emenda Platt fosse retirada e suprimiu o corolário Roosevelt de 1904. A política da boa vizinhança na América Latina rendeu seus frutos permitindo que os EUA através de diversos acordos envolvessem os países do continente no esforço de guerra dos EUA em nome do combate ao fascismo. Mais do que um genuíno combate ao fascismo, o que estava em jogo era a hegemonia dos EUA na América Latina.

É tanto que, no final da Segunda Guerra Mundial os EUA já delineavam um novo inimigo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) — que contava com grande simpatia popular no mundo e passou a ser fustigada — assim como os Partidos Comunistas na América Latina que passaram à clandestinidade devido a instauração da Guerra Fria e os acordos e tratados criados para assegurar a defesa do continente, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Organização dos Estados Americanos (OEA) etc.

Os EUA, em 1944, desenharam a nova arquitetura mundial por meio da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-GATT (hoje Organização Mundial do Comércio – OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou seja, os EUA queriam demonstrar para o mundo que eram responsáveis pela nova ordem do Pós-Guerra e que o isolacionismo em relação ao destino da Europa e do mundo era coisa do passado.

Woodrow Wilson tentou no Tratado de Versalhes que seus 14 pontos fossem aprovados e por meio da Liga das Nações criar uma espécie de condomínio que impedisse que as grandes potências repetissem algo semelhante à Primeira Guerra Mundial. O Senado dos EUA não aprovou a proposta do presidente Wilson e os EUA se recolheram para uma política mais isolacionista, principalmente com a vitória dos republicanos que governaram durante 12 anos até a subida de Roosevelt que foi subsecretário da Marinha no governo de Woodrow Wilson e sabia da necessidade dos EUA projetar seu poder pelo mundo, mas ele via a projeção desse poder por meio do multilateralismo.

As agências multilaterais criadas em 1944 foram respeitadas pelos diversos

presidentes, mas a partir da crise do capitalismo nos anos 1960 e 1970 o acordo de Bretton Woods, que estabeleceu a paridade do ouro em relação ao dólar e o FMI como agência para socorrer os países deficitários na balança de pagamentos, foi desfeito. Nixon pôs fim à conversibilidade do ouro em relação ao dólar, modificou o câmbio fixo e desvalorizou o dólar para aumentar o poder de competitividade da economia dos EUA.

Em 1973 vem o primeiro choque do petróleo e, em 1975, o segundo choque e o aumento da taxa de juros de Paul Volker levando os países periféricos a uma escalada do endividamento externo freando o ritmo de crescimento de suas economias e acarretando um choque a partir de 1982, com a crise do México. A partir daí o FMI foi impondo condicionalidades à América Latina que, acrescida das políticas do Consenso de Washington na década de 1990, trouxeram um retrocesso para a América Latina.

A crise econômica que se instalou nos anos 1970, trouxe no seu bojo a ideia de ressuscitar a ortodoxia econômica, o neoliberalismo que, no Chile foi inaugurado pelos Chicagos Boys e na Argentina pelos militares e seu ministro José Alfredo Martinez de Hoz que, segundo Luis Fernando Ayerbe preconizou que a solução para os males argentinos era o remédio denominado mercado como regulador da economia (AYERBE, 1998).

Com a ascensão de Ronald Reagan em 1980, e de Margaret Thatcher em 1979, o neoliberalismo foi adotado e se espraiou pelo mundo. Reagan na verdade não foi um neoliberal avant la lettre porque praticou um keynesianismo militar. Enquanto que Thatcher praticou e levou-o até às últimas consequências na Inglaterra.

Os anos 1990 trouxeram certa estabilidade à economia mundial, embora tenha ocorrido diversas crises, como a mexicana em 1994, a asiática em 1997, a russa em 1998, a brasileira em 1999, mas consoante Immanuel Wallerstein a prosperidade dos anos 1990 nos EUA foi “em muitos aspectos apenas uma bolha artificial (...)”(WALLERSTEIN, 2004, p. 12).

A primeira guerra do Golfo, empreendida por George H. W. Bush (“Bush pai”), foi legitimada pelo apoio das nações centrais e pela ONU, foi uma demonstração de força dos EUA. Bush perdeu as eleições para Clinton que procurou dar às

ações militares dos EUA uma roupagem de "ajuda humanitária". Clinton procurou estabelecer acordos bilaterais e tratativas que assegurassem o livre-comércio e o poder dos EUA.

A grande inflexão dos EUA será com o governo George W. Bush ("Bush filho") que ganhou as eleições contra Al Gore numa espécie de eleição que se assemelhava a de uma república bananeira. Al Gore ganhou no voto popular com 500 mil de diferença, mas Bush foi quem levou.

Em 2001 ocorreram os atentados às Torres Gêmeas e ao Pentágono. Isso serviu como uma luva para a nova estratégia dos neocons. Os conservadores dos EUA foram muito benevolentes e era necessário usar sobretudo a força militar para garantir a supremacia dos EUA. Foram aprovadas as Leis Patrióticas que retiravam direitos democráticos da população. Os EUA derrubaram Saddam Hussein e invadiram o Iraque. A política levada a cabo por W. Bush e Dick Cheney, o vice-presidente, desgastaram a imagem dos EUA pela truculência, desrespeito ao direito internacional, e a utilização de prisões ilegais e torturas em Guantánamo e no Iraque.

O Partido Republicano perdeu as eleições para Barack Obama, que prometia ser um novo Roosevelt. Porém, não houve um novo New Deal, nem tampouco Obama mudou o rumo da política neoliberal de Bush, embora no plano internacional tenha procurado desenvolver a hegemonia dos EUA pelo multilateralismo.

Obama não conseguiu cumprir aquilo que prometeu — criar um mundo mais estável e melhorar a economia do país criando melhores empregos — nem reverteu a desigualdade nos EUA. Salvou os bancos e o sistema financeiro, mas não ajudou a população que teve suas casas confiscadas devido a dívidas hipotecárias, ou seja, salvou Wall Street e deixou o povo a ver navios.

Donald Trump assume o governo vencendo surpreendentemente as eleições. A crise do regime político nos EUA levou à vitória um outsider. Trump com seus arroubos e sua forma de comunicação e de fazer política externa, desdenhando acordos já estabelecidos e defenestrando aliados tradicionais dos EUA, trouxe desgastes irremediáveis para o país, conforme destaca José Luís Fiori em sua palestra O futuro imediato a partir de Biden, proferida na Universidade Federal da

Bahia (UFBA) no dia 26 de fevereiro de 2021.

A vitória de Joe Biden contra Donald Trump se deu num quadro de extrema polarização política nos EUA. Alguns especialistas compararam esse clima político com o clima político dos EUA pré-guerra civil, no século XIX.

Biden tentará relocalizar os EUA no cenário político, econômico e mundial dando ênfase ao multilateralismo. O grande problema dos EUA é que, por um paradoxo da ação humana, parafraseando Max Weber, o aliado que ajudou os EUA a suplantar a URSS — a China — hoje ameaça a liderança econômica dos EUA em diversas áreas, a mais conhecida é a 5G, mas entram nesse rol os carros elétricos, semicondutores, a indústria automobilística. O plano Biden visa esse objetivo, pacificar os ânimos internos e melhorar a posição econômica dos EUA diante da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, respondendo à pergunta inicial, uma potência hegemônica procura utilizar o soft power e o hard power. Mas as lições da história não podem ser esquecidas, a supremacia inglesa não pode ser desvinculada do controle naval sobre os mares e oceanos, assim como a hegemonia dos EUA não pode ser desvinculada de suas bases militares (mais de 700 bases militares), do seu orçamento em defesa (730 bilhões de dólares), de suas 6 mil bombas atômicas, seu implante naval em todos os mares.

Por meio do unilateralismo ou do multilateralismo, os EUA impuseram sua hegemonia e seus interesses. O que estará em jogo nos próximos anos é, exatamente, a disputa pela hegemonia mundial.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LENS, Sidney. **A fabricação do império americano - da Revolução ao Vietnã**: uma história do imperialismo dos Estados Unidos. Tradução por: Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. Tradução por: Luiz João Baraúna. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os economistas).

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Livre, 1989.

TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. *In*: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petropólis, RJ: Vozes, 1999.

TWAIN, Mark. **Patriotas e traidores**: antiimperialismo, política e crítica social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Tradução por: Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Síntese sobre as teorias do desenvolvimento nas ciências sociais

Romênia Oliveira de Souza[1]

INTRODUÇÃO

Este estudo discorre sobre um conceito ambíguo, controverso e, em simultâneo, legitimado pelo senso comum: o desenvolvimento. A partir de pesquisa bibliográfica, traço as principais formulações, enquanto evidencio seus mitos, limites, diversidade de concepções e críticas fundamentais para maior clareza, realismo e potencial ressignificação e apropriação desta percepção em favor de benefícios comuns.

Na primeira parte do trabalho, discuto sobre o desenvolvimento econômico, precisamente as supostas origens do conceito; críticas sobre as concepções que se referem a ele como sinônimo de crescimento econômico industrial; evoco concepções interdisciplinares que tratam desse como condição necessária, mas não suficiente àquele, com suas nuances multidimensionais e pluralistas.

Na segunda parte, disserto sobre o elemento espacial e suas implicações para as teorias de desenvolvimento regional e local emergentes em anos posteriores, como tentativas de suprimir limitações das abordagens precedentes. Sintetizarei as mais usuais e os desafios de implementação referentes às escalas e aos critérios de regionalização. Finalizo com críticas sobre o estatuto secundário, ou ausente, de questões como a fome, a segurança alimentar, a liberdade e a felicidade nas teorias de desenvolvimento hegemônicas.

Desenvolvimento econômico

1 Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável (Universidade Federal do Ceará), especialista em Administração Financeira e bacharela em Ciências Econômicas (Universidade Regional do Cariri). ORCID 0000-0003-0363-1652.

Não existe consenso sobre seu significado e suas origens. Com a ascensão dos Estados Unidos ao posto de potência econômico-político-militar, uma forte política global foi gestada e disseminada mundo afora. Em 1949, durante a posse do presidente Truman, abria-se a era do desenvolvimento. "Ao usar pela primeira vez, em tal contexto, a palavra 'subdesenvolvimento', Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para [...] referir-se à era da hegemonia norte-americana" (ESTEVA, 2000, p. 60). Tal discurso criou percepções do 'eu' e do 'outro'. "Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. [...] deixaram de ser o que era antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia", fazendo a maioria heterogênea e diversificada se definir nos termos da minoria homogeneizante e limitada. Embora Truman não fosse o primeiro a pronunciá-la, após seu discurso tal palavra adquiriu "virulência colonizadora insuspeitada" (ESTEVA, 2000, p. 60).

Quando profissionais, políticos e sociedade civil qualificam espaços e culturas como desenvolvidas, a percepção popular é invadida pela noção de que só se tornarão desenvolvidos/modernos se, antes, se reconhecerem como subdesenvolvidos/atrasados. E com este reconhecimento vem conotações pejorativas: experiências de vida de subordinações, discriminações, subjugação, ardis. Associar concepções de vida ao desenvolvimento impede pensar projetos próprios; a autoconfiança e a fé na própria cultura são corroídas. A participação é convertida em mera manipulação para que indivíduos em conflitos obtenham algo que grupos mais poderosos lhes impõem ou tentam impedi-los de conseguir (Id., 2000).

Desenvolvimento como sinônimo de crescimento

Economistas que tomavam estes conceitos como sinônimos (James Meade e Robert Solow, de inspiração neoclássica; e Nicholas Kaldor, Evsey Domar e Roy Harrod, de inspiração keynesiana), alegavam que um país era subdesenvolvido porque sua produção crescia menos do que a dos países desenvolvidos, sem utilizarem inteiramente os recursos disponíveis, expandindo-se abaixo das possibilidades. Ressaltavam apenas a acumulação de capital. O crescimento do produto e a distribuição da renda entre proprietários de fatores produtivos melhorariam os padrões de vida e o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2007). Uma concepção que remete à metafórica 'teoria do bolo', na qual este

deveria, primeiramente, crescer para, posteriormente, ser divido (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Um modelo de padrão de vida relacionado ao conforto material emergiu sendo assimilado pelo senso comum, mensurado pela quantidade de produtos adquiridos com a renda média nacional. Os salários tornaram-se indicadores fundamentais para tal. Mas nem sempre foi assim. No início do século XX, especialistas em Geografia Humana estudavam os modos diferentes de viver, específicos de uma região ou contexto social, partindo de noções gerais, imprecisas e subjetivas. Só após o discurso de Truman e a repercussão do mito do desenvolvimento é que padrão de vida se tornou termo técnico, estatisticamente determinado e mero agregado econômico (LATOUCHE, 2000).

Um relatório das Nações Unidas, de 1954, definiu componentes do padrão de vida, comparáveis internacionalmente:

> 1) a saúde, inclusive condições demográficas; 2) alimentação e nutrição; 3) educação, incluindo alfabetismo e profissionalização; 4) condições no trabalho; 5) nível de emprego; 6) consumo agregado e poupança; 7) transporte; 8) habitação, inclusive equipamentos domésticos; 9) vestuário; 10) recreação e lazer; 11) segurança social; 12) liberdade humana. (DAVIS, 1945 *apud* LATOUCHE, 2000, p. 177). [...] abrange todas as dimensões do paradigma dominante do Ocidente, da modernização e do desenvolvimento. [...] Necessidade, escassez, trabalho, produção, renda e consumo são os conceitos-chave nessa área semântica restrita [...] (Id., 2000, p. 178).

Economistas neoclássicos defendem ser o desenvolvimento derivado do crescimento industrial acelerado e das transformações estruturais relacionadas à criação de atividades produtivas e à implantação de infraestrutura socioeconômica, além da combinação eficiente de fatores produtivos. Havendo condições desfavoráveis, pensam-se estratégias de industrialização redutoras de custos, elevadoras da taxa de lucro, atrativas de investimentos e geradoras de processos cumulativos de crescimento econômico. Assim, teorizaram duas estratégias.

A estratégia do grande impulso estimula a demanda insuficiente via dispersão

de investimentos simultâneos pelos setores agrícola, industrial e terciário. Seria rentável por expandir a renda agregada e os empregos, criando mercado interno necessário ao crescimento. O desenvolvimento exige romper o círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento. Suas desvantagens relacionam-se à insuficiência de recursos internos para investimentos em todas as frentes, exigindo capitais estrangeiros de risco e de empréstimo.

A estratégia do crescimento desequilibrado ressalta que a insuficiência de recursos obriga concentração de investimentos no setor industrial, pelos efeitos de encadeamento exercidos sobre os demais. Isto é, as compras de insumos do setor agrícola e de outras indústrias; e as vendas, que refletem no comércio, no setor terciário (como bancos, centros tecnológicos) e na administração pública (criação de infraestrutura urbana, geração de incentivos fiscais, pagamentos de tributos, etc.) (SOUZA, 2007). Esta estratégia influenciou teorias de desenvolvimento regional e local, como veremos adiante.

Crescimento e desenvolvimento como conceitos distintos

Outro grupo de economistas, com perfis teóricos diversificados, consideraram o crescimento (a variação quantitativa da produção agregada) como condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento (a mudança qualitativa no modo de vida, nas estruturas produtivas, nas instituições). Os mais proeminentes defensores foram Arthur Lewis, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Ragnar Nurkse, Raúl Prebish, Celso Furtado, Ignácio Rangel (SOUZA, 2007). Este assunto também orbitou estudos de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, expandindo as discussões, tornando o desenvolvimento econômico questão interdisciplinar e com múltiplas demandas.

O caso do Brasil é exemplar. Durante os anos 1950, apresentava características novas em relação às décadas anteriores, exigindo olhares e conhecimentos originais para compreender a realidade emergente e conforme o contexto. A indústria se consolidava como motor da economia, ameaçando o domínio agrário e propiciando o nascimento de uma elite afinada aos interesses dessa atividade. A urbanização recente inspirava comportamentos e relações sociais e culminava em problemas inéditos, demandando serviços e categorias profissionais específicos. A experiência democrática hodierna favorecia a criação de partidos políticos, movimentos sociais campestres e urbanos. A classe média brasileira

emergia, atuando em espaços de questionamentos tradicionais, marcados por conflitos entre a elite agrária e os trabalhadores. Espaços culturais urbanos se ampliavam. Vastas camadas da população acessavam a educação pública e a privada. Discutia-se a postura estatal a ser adotada diante de projetos desenvolvimentistas[2] para o país, e no contexto de inserção internacional em que coexistiam economias capitalistas e socialistas, exigindo debates econômicos, sociais, políticos e culturais (ROTTA, 2010).

Logo, era impossível falar em desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Muitas pautas se colocavam no debate. O máximo de consenso era defini-lo como a

> Existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores sociais e ambientais. [...] um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. [...] a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, [...] embora a integração internacional constitua um progresso gradativo e irreversível. [...] O crescimento econômico (g) precisa, portanto, superar o crescimento demográfico (g*), para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, a fim de permitir ao Governo realizar gastos sociais e atender prioritariamente às pessoas mais carentes (SOUZA, 2007, p. 7, *grifos nossos*).

Por consequência, subdesenvolvimento é crescimento econômico insuficiente em relação ao demográfico, irregularidade e concentração de renda e riqueza, aumentando a pobreza e a miséria. Indicadores sociais e ambientais são desfavoráveis, as estruturas econômicas são inadequadas à adoção de inovações tecnológicas, permanecendo a dependência em relação aos desenvolvidos (SOUZA, 2007). Mesmo com teorias reformuladas e críticas consolidadas, é

[2] Desenvolvimentismo é a ideologia identificadora do desenvolvimento como produto do processo de industrialização, com os consequentes aumentos da renda per capita e da taxa de crescimento. Suas políticas se concentram nas taxas de investimentos, no financiamento externo e na poupança interna. Desprezam questões relacionadas à distribuição de rendimentos, à concentração regional da atividade econômica, às condições sociais, políticas, culturais e institucionais (SANDRONI, 2003).

perceptível o quanto o subdesenvolvimento é aceite como realidade concreta, quantificável e identificável. Define percepções, fatos. Subdesenvolvido tornou-se adjetivo comparativo, homogeneizador, assentado em concepção linear de mundo (ESTEVA, 2000). Os grifos na citação anterior realçam o quão político é esse conceito, seja enquanto questões relacionadas aos distintos problemas públicos, seja enquanto slogan eleitoreiro, com sua abertura às distintas ideologias e possibilidades interpretativas dos termos destacados.

O fato é que nessa corrente de teóricos distinguindo crescimento e desenvolvimento, Frantz (2007 *apud* ROTTA, 2010) identifica quatro interpretações: a teoria da modernização; do imperialismo clássico; da dependência; e a do imperialismo moderno.

Adeptos da Teoria da Modernização explicaram como, por que, e de que modo um desenvolvimento associado, na periferia, contribuía para o progresso socioeconômico. Há contribuições teóricas de François Perroux (os polos de crescimento e de desenvolvimento), de Walt Whitman Rostow (os estágios de crescimento econômico), de Gunnar Myrdal e Alfred Hischman (a causação circular-acumuladora), Raúl Prebisch, Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto (as teorias desenvolvimentistas estruturalistas). Países subdesenvolvidos possuem estrutura socioeconômica dual, uma moderna, outra atrasada. Distintos desenvolvimentos/estagnações setoriais acontecem sem existirem influências mútuas. O processo de desenvolvimento acontece pela penetração linear do capitalismo moderno-industrial em setores pré-capitalistas atrasados.

Conforme a Teoria Clássica do Imperialismo (expostas por Vladimir Ilyich Ulianov, o Lenin; Rosa Luxemburgo; e Fritz Sternberg), o capitalismo desenvolve formas desiguais no centro e na periferia. Com as ações das empresas multinacionais dos países desenvolvidos e de suas filiais nos subdesenvolvidos, a riqueza é drenada para os centros, dificultando o desenvolvimento periférico (ROTTA, 2010).

A Teoria da Dependência evidencia condicionamentos estruturais das nações periféricas em relação às centrais, traduzíveis na existência de formações sociais capitalísticas caracterizadas pela desigualdade estrutural. Na área social, são verificáveis na alta concentração de renda, nas disparidades sociais e regionais. Da mesma forma que a economia e a política mundiais estabelecem relações

assimétricas entre as partes, no interior dos países subdesenvolvidos, as elites reproduzem este comportamento, dificultando reações endógenas (ROTTA, 2010). A dependência acontece pelas relações assimétricas entre periferia exportadora de bens primários e centro industrializado, cujos relacionamentos mostram desiguais poderes político e econômico. O colonialismo é sua forma extrema. A dependência econômica adquire a forma comercial (proveniente das relações de trocas, da necessidade de exportar e importar produtos); tecnológica e científica; financeira (decorrente das outras e das altas taxas de juros internacionais e do afluxo de capitais externos) (SOUZA, 2007).

Este grupo comporta dois subgrupos. O de tendência burguesa-nacionalista (com Osvaldo Sunkel e Celso Furtado), se apropriou de ideias desenvolvimentistas interligando-as com algumas concepções marxistas (ROTTA, 2010). Indústrias de bens de consumo foram instaladas na periferia, mas as produtoras de bens de capital não, aumentando a interdependência comercial e as assimetrias. Os mercados externos oligopolistas, com tecnologias superiores, geravam dependência estrutural. Assim, o subdesenvolvimento não era caracterizado pelo atraso; era consequência do capitalismo mundial. A contradição do desenvolvimento não estava na relação centro-periferia, mas na do capital-trabalho (SOUZA, 2007).

O subgrupo afinado ao pensamento marxista (com economistas e sociólogos, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Armando Córdoba, Aníbal Quijano, Fernando Henrique Cardoso[3]), entendia que as dependências não eram os únicos fatores a explicar o subdesenvolvimento periférico. A diferença entre as sociedades não reside apenas nos estágios de desenvolvimento, transcende a estrutura econômica e envolve toda a sociedade. Importa observar como se deram as ocupações coloniais, as formas de povoamento e exploração, as trajetórias históricas modeladoras da economia, política, cultura e sociedade. As estruturas de classes e as relações estabelecidas entre elas, os processos de exclusão e inclusão. A estrutura de propriedade privada, a remuneração trabalhista, o que é produzido e para quem, as condições de venda. A estrutura de poder, as estruturas governamentais. Os aspectos culturais, como as ideias circulam, o controle ideológico e as reações a ele, as tradições, crenças (ROTTA, 2010).

[3] O mesmo Fernando Henrique que anos mais tarde se tornou presidente do Brasil por um partido de direita e pediu que todos esquecessem suas publicações como sociólogo.

As Modernas Teorias Imperialistas abordam as relações entre centro-periferia a partir das trocas desiguais permanentes (subdesenvolvimento fundamentado nas limitações dos processos acumulativos) e do movimento global de capitais (maior valorização de investimentos efetuados nos centros, em detrimento das periferias), cuja nova divisão internacional do trabalho define os lugares privilegiados para investimentos e os apropriados para exploração de matérias-primas e de mão-de-obra baratas (FRANTZ, 2007 *apud* ROTTA, 2010).

No Brasil, entre 1950 - 1960, quando estas teorias floresciam, políticas desenvolvimentistas foram implementadas nos governos de Kubitschek e da ditadura militar (BRITO, 2004). Com o esgotamento do processo de substituição de importações, a distribuição dos excedentes foi comprometida, descontentando distintos grupos. Verificou-se maior dependência financeira e tecnológica; aliança entre empresas privadas nacionais, estrangeiras e Estado nacional, sob o respaldo da ideologia de segurança nacional e combate ao comunismo (SOUZA, 2007). O desenvolvimentismo resultou em crescimento industrial, aumento da urbanização e problemas correlatos (BRITO, 2004). Ao mesmo tempo, políticas de desenvolvimento regional foram pensadas para as macrorregiões subdesenvolvidas, conforme características físicas, sociais e critérios locacionais (SOUZA, 2007).

Com as crises internacionais do petróleo (1973 e 1979), a elevação da dívida externa e a superinflação, o crescimento foi bloqueado e provocou o abandono destas políticas em favor da estabilização monetária, nas décadas de 1980 e 1990 (BRITO, 2004). Organismos financeiros internacionais pressionavam para a adoção de políticas com Estado mínimo e privatizações; abertura de economias, eliminação de regulamentações e de intervenções governamentais. O inconformismo de cientistas sociais latino-americanos levou-os à proposta de uma alternativa de desenvolvimento sob a nova ordem internacional, incentivando crescimento autônomo, dinamismo do mercado interno e enfatizando a distribuição de renda. Com a flexibilização dos processos produtivos (substituindo a produção em massa), a ênfase seria em unidades menores e especializadas (SOUZA, 2007).

A consideração do espaço e as políticas de desenvolvimento regional

O atraso do desenvolvimento regional se instituir como especialidade do

conhecimento econômico se deveu ao predomínio de postulados neoclássicos na teoria econômica, negligenciadora do elemento espacial. Com o agravamento dos desequilíbrios regionais e crises causando efeitos diferenciados no território, o setor governamental interveio distintamente sobre esse, conforme suas necessidades e a política nacional. O avanço tecnológico dos meios de transportes, comunicação e a informatização das atividades, além da descoberta de materiais, tornou a localização industrial mais livre (SOUZA, 2009). Com isto, as relações estabelecidas pelos seres humanos sobre o espaço físico em busca de sobrevivência e conforto originaram o que Perroux chamou espaços econômicos abstratos, originados das atividades humanas e constituídos por relações produtivas, de consumo, tributárias, de investimentos, de exportação e importação, e migratórias. Ele estabeleceu três conceitos.

O espaço de planejamento se refere ao conjunto de atividades estudadas e favoráveis à tomada de decisões. Representado pelo território sobre o qual exerce suas ações e pelo conteúdo do plano, origina a região de planejamento. O espaço polarizado / como campo de forças / nodal compreende forças de atração e repulsão, e surge devido à concentração populacional e de atividades produtivas no espaço. Pensada como as áreas de influência (os lugares subordinados) de certo polo / nó (o lugar central). Culmina na região polarizada. O espaço homogêneo é definido com relação a algum aspecto econômico de interesse e pelas condições físico-ambientais (CLEMENTE, 1994).

A partir destas considerações, distintas teorias e políticas de desenvolvimento regional foram criadas. O grande desafio para implementá-las era e é a definição de escalas territoriais de atuação e operacionalização mediante critérios de regionalização. Cada território, enquanto espaço construído, é produto social, em permanente mutação. A simples identificação do termo região implica reconhecimento do desenvolvimento desigual no território, devido razões históricas, naturais, culturais, políticas, econômicas. Em função de suas características e pressupostos analíticos, as regiões recebem diferentes denominações (DINIZ; CROCCO, 2006). Brandão (2007) dá grande importância para a consideração das escalas específicas dos problemas tratados, respeitando o contexto onde exista um projeto nacional de desenvolvimento. E ressalta o exagero de algumas concepções no poder ilimitado da escala local.

Por questões de escopo, descreverei apenas algumas contribuições: As regiões

possuem fatores internos ou endógenos favoráveis ao crescimento: vantagens locacionais; dotação de fatores produtivos (naturais e/ou mão-de-obra barata ou especializada); estrutura urbana propícia à existência de economias de aglomeração; mercado interno; e polos. Por serem economias abertas, desafiam a neutralização de políticas adversas adotadas em outros contextos, tornando-se está a questão da política regional de desenvolvimento. No longo prazo, terá de criar atividades, de modo a manter a taxa de crescimento do produto regional acima da expansão demográfica (SOUZA, 2009).

A Teoria do Desenvolvimento Polarizado é uma opção inerente à estratégia de desenvolvimento desequilibrado de Hirschman. Fundamentada nas ideias de concorrência imperfeita, repartição desigual de efeitos de encadeamento no espaço através de suas aquisições e vendas, prega a maximização de vantagens regionais para indústrias criadoras de economias externas, atraindo investimentos exógenos ao local onde estão instaladas. Todo investimento considera a dotação interna de recursos e as interdependências técnicas setoriais. Ciente disto, o principal objetivo é descobrir as razões pelas quais determinadas indústrias e regiões crescem mais do que a média, desequilibrando o modelo neoclássico que pressupõe concorrência perfeita, sem progresso técnico (SOUZA, 2009).

As noções de polo e região polarizada associam-se às de urbanização e industrialização, pois contêm vários centros urbanos e industriais secundários relacionados ao centro dinâmico; e às noções de funcionalidade, hierarquia, e heterogeneidade nas relações do polo com os demais setores e cidades no interior do espaço polarizado. Há diferentes categorias de polarização: técnica (ocorre pela difusão intersetorial dos efeitos de encadeamento, quando as empresas ampliam sua produção e realizam investimentos); pelas rendas (geração de emprego e renda na economia local); psicológica (ocorre porque as atividades geram processo de imitação, revelado pelo surgimento de centros secundários, articulando os maiores aos menores). Toda polarização cria ondas de inovações.

É polo de crescimento o complexo industrial localizado, formado por atividades interdependentes que possui em seu meio, no mínimo, uma indústria motriz. Sua área de influência pode ser local, regional, nacional e/ou internacional. Quando o crescimento do polo exerce mais efeitos positivos que negativos, em sua área de influência, extrapolando as ligações interindustriais ao envolver atividades não

ligadas tecnologicamente, ele se transforma em polo de desenvolvimento. Mas será desenvolvido apenas em relação à região onde está implantado, exercendo efeitos nocivos sobre outras áreas, pela troca desigual e drenagem de capitais financeiros, mão-de-obra especializada e atividades produtivas de outros lugares (SOUZA, 2009). Estratégia usada em políticas de desenvolvimento regional desde os anos 1960 até os anos atuais, inclusive no Nordeste brasileiro.

No pós-guerra, até a década de 1960, modelos baseados na administração fordista, na economia keynesiana e pautados no bem-estar social eram quase a regra no contexto internacional. O fordismo se caracteriza pela produção em massa, liderada por setores estratégicos (como o automotivo, o elétrico, o petroquímico), com estrutura de mercado caracterizada pela concorrência monopolista. Os salários são pagos por produtividade. As organizações profissionais e os agentes públicos são importantes; as funções públicas focam a construção de infraestrutura física e social, inclusive de proteção (MATTEO, 2011), indo de encontro às políticas keynesianas estimuladoras de investimentos públicos e privados, geradores de demanda efetiva agregada; e às de bem-estar social. Nos anos 60, houveram relativa prosperidade e estabilidade social, elevando gastos socioeconômicos. A construção de espaços nodais se encaixa em algumas destas características[4]4.

Mas com a crise fiscal e os choques de petróleo, a partir da década de 1970, esforços foram feitos para os Estados-nacionais se tornarem 'eficientes' e gastarem menos. Austeridade fiscal, aumento da produtividade do setor público, privatizações e terceirização de serviços eram (e são) proclamados como o novo racionalismo econômico. Administradores públicos comprometidos com accountability e alto desempenho reestruturaram órgãos burocráticos, redefiniram missões organizacionais e descentralizaram a tomada de decisões. O cidadão foi substituído pelo consumidor. E os modelos neoliberais ganharam força[5]5 (DENHARDT, 2013).

Emergiram as estratégias de especialização flexível baseadas em produção alavancada por inovações tecnológicas do tipo schumpeteriana, e noutros

[4] Semelhanças com as políticas do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva e sua continuidade por Dilma Rousseff não são meras coincidências.
[5] Semelhanças com a Emenda Constitucional 55/2016 (Teto dos Gastos Públicos), com Michel Temer à frente da presidência da República pós-golpe de 2016, também não é mera coincidência.

modos de organização produtiva personalizada ao gosto do cliente. A economia seria regulada pelos preços do mercado. Dois grandes grupos se originam desta estratégia, que não se reduz a uma forma de produzir, ditando todo um modo de vida. São elas a dos distritos industriais marshallianos e o da cidade-região (MATTEO, 2011).

Distritos industriais são formados por empresas de pequeno porte em rede de cooperação e concorrência, simultaneamente; e com a presença de instituições promotoras dos reajustes empresariais e da divisão trabalhista (MATTEO, 2011). As instituições são as normas, leis, regras padronizadoras de comportamentos, facilitando a coordenação organizacional dos agentes, sem os influenciarem diretamente. São, portanto, os regulamentos legais, os padrões morais, as convenções sociais e as tradições culturais (CONTI, 2005). Precisam de uma comunidade local com sistemas relativamente homogêneos de valores e pensamentos. Daí a força das teses de desenvolvimento endógeno/local (MATTEO, 2011), cujo debate foi estimulado pelas questões oriundas da 'nova teoria do crescimento endógeno', de Paul Romer e Robert Lucas, ressaltando o papel dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e em capital humano locais, como explicativos da não-tendência à convergência nas taxas de crescimento entre espaços diferenciados (BRANDÃO, 2007).

As cidades-região são os loci excepcionais da nova ordem econômica mundial, visando a diminuição dos custos transacionais. Podem ser baseadas em áreas metropolitanas com um grande centro (como Londres) ou policêntricas (como as redes urbanas da Terceira Itália), formadoras de nós espaciais para a economia global. Essas cidades-regiões são consideradas motores da economia mundial, pois a grande concentração abranda os custos de transação, aumenta efeitos de informação e flexibilidade, incentiva gastos de criatividade e inovação devido à alta qualificação da força de trabalho e oferece abundantes fornecedores e oportunidades de negócios, mantendo-se heterogênea culturalmente, e espacial e socialmente segmentadas.

A governança tem de lidar com a coordenação socioeconômica, contatando agências governamentais e não governamentais, associações civis e parcerias público-privadas, gerindo o ambiente econômico e social da cidade-região como resposta aos imperativos da concorrência global. Defensores desta teoria sugerem que o termo adquiriu conotações opostas com respeito ao papel do setor

público: para os neoliberais, a esfera pública e a privada foram mescladas, com aquela harmonizando interesses desta para superar as falhas de mercado; para os institucionalistas, a governança envolve complexas reações institucionais aos problemas econômicos e sociais, no sistema local-global emergente (MATTEO, 2011).

Arranjos Produtivos Locais ou clusters são grupos localizados de atores e atividades interligados gerando valor econômico. Não se trata de mera relação entre empresas setoriais, mas, também, com indústrias afins, centros de conhecimento, agências de apoio à inovação e crédito, instituições educativas que incorporadas em rede, compartilham economias de escala e obtém maiores parcelas de mercado. A municipalidade (entendida por Putnam como a consciência associativa de participação na vida política local) e o capital social (estoque de valores e comportamentos coletivos comunitários) se tornam basilares para o desenvolvimento e a modernização lugareira (CONTI, 2005).

A outra vertente surgida nos anos 1970, a metrópole terciária, baseia-se na globalização financeira, e subdivide-se nas proposições de teóricos defensores da superação do modelo industrial pelo setor terciário, como Manuel Castells e seu espaço de fluxos e redes, e Saskia Sassen com as cidades globais.

O espaço de fluxo é definido como a construção da sociedade em torno de fluxos de capital, informação, tecnologia, interação organizada, imagens, sons e símbolos (CASTELLS, 1999 *apud* MATTEO, 2011). As redes são traçadas nos espaços objetivos (criados pelas atividades humanas) e subjetivos (a sociedade do conhecimento e da informação, os padrões comportamentais, comandos e hierarquias, interatividade virtual). O tempo e o espaço encontram-se contraídos.

> A redefinição das formas espaciais e a criação de novas se tornarão [...] o lugar da ação, onde se processarão as estratégias de produção para os macromercados regionais e globais. Mas o centro do poder-ação, independente das soberanias nacionais estará à distância, fora dos lugares-globais criados pelo pós-modernismo territorial (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 53).
>
> O desenvolvimento não pode ser estimulado fora dos grandes signos nacionais: bandeira, cultura e moeda. Quando um desses signos é suprimido ou por demais enfraquecido, rompe-se a equação maior da soberania e da dignidade nacional (Id., 2003, p. 54).

Os grandes planos nacionais e regionais de desenvolvimento foram, assim, substituídos por políticas de desnacionalização e dependência. E com isto, aos fluxos e às novas formas espaciais que vêm sendo desenhadas, transparece a atual fase do capitalismo global: a sociedade em rede (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

As cidades mundiais são definidas por Hall (2001 *apud* MATTEO, 2011) como centros de poder político (inter)nacional e de órgãos governamentais; de negócios; de bancos, seguros e outros serviços financeiros; de atividades profissionais avançadas de todos os tipos; de informação e difusão (editoras e mídias de massa); centros de consumo conspícuo, de bens de luxo; de artes, cultura e entretenimento. Enquanto Sassen define cidades globais como aquelas nas quais os negócios consistem em produção de serviços informacionais especializados, financeiros, de mídia, educacionais e de saúde e turismo, apresentando substanciais reduções de empregos em setores tradicionais (apud MATTEO, 2011).

Com comunicações instantâneas, em escala planetária, as cidades operadoras e coordenadoras de investimentos, tornaram-se ainda mais importantes, substituindo a modulação e a interpretação das ordens por nova forma de centralização. Com isto, profundas mudanças sociais ocorreram: os executivos pressionados pelos capitais impacientes, se convenceram de que, detendo informações, promoveriam rápidas mudanças a partir da alta chefia; e a inclusão das massas — basilar, no capitalismo social — ficou para trás, graças ao aumento da automação, reduzindo a base da pirâmide burocrática (SENNETT, 2019).

O desenvolvimento sustentável (de racionalidade instrumental-economicista) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações satisfazerem às suas, baseando-se na combinação dos sistemas econômico, político e biológico (MORAES, 2009). Comporta distintos modelos contraditórios e ambíguos, e emana da economia ambiental neoliberal, mostrando a relação entre crescimento econômico e meio ambiente a partir de fluxo circular de trocas entre produtores e consumidores, almejando seu equilíbrio. Difere da noção de Sustentabilidade, pois não se baseia em racionalidade ambiental e contra hegemônica (SOUZA, 2021).

A sustentabilidade, por outro lado, além dos parâmetros objetivos, adota valores subjetivos, saberes e práticas de cosmologias milenares, como a cultura de paz,

o respeito a todas as formas de vida, acolhimento das diferenças, superação de dualidades, ética comunitarista e cooperativa, etc. Comporta 'outras' formas de viver, agir, produzir. Também não é passível de mensuração. Muita gente acredita ser impossível torná-la real, principalmente por desconhecerem seus princípios e olharem-lhe a partir de valores da racionalidade instrumental. Assim, para compreendê-la é preciso desnudar-se do economicismo e reconstruir um mundo mais espiritualizado, afetivo, de relacionamento com o transcendental, se valendo de princípios de prevenção e da precaução (SOUZA, 2021).

A economia solidária e popular tem programa fundamentado "na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante" (SINGER, 2002, p. 112). Erroneamente, difundiu-se a ideia de seu avanço não necessitar de apoio estatal integral e de fundos públicos, com intento de resgatar comunidades miseráveis, destituídas de recursos auto emancipatórios. Sua construção precisaria apenas da disposição de atores locais aprenderem, experimentarem e aderirem aos princípios de solidariedade (em oposição à competição destrutiva), de igualdade e de democracia autogestionária na vida cotidiana. Mas isto tudo é um exagero.

Uma das principais diferenças entre capitalismo e economia popular é que, enquanto aquele é baseado na propriedade individual do capital e na liberdade individual; essa é pensada como propriedade coletiva ou associada do capital e na liberdade pessoal. Daí nascem "a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução [...] exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda" (SINGER, 2002, p. 10). A consideração dos potenciais locais é importante; todavia, não se pode superestimar seu poder em razão de existir, simultaneamente, forças e interesses hegemônicos condicionadores das atitudes responsivas da economia popular.

Outros pontos críticos dessas teorias

No que se referem às teorias de desenvolvimento regional e local, estas não contestam seus fundamentos predominantemente econômicos; nem que a especialização flexível está mais para um paradigma tecnológico do que para um modelo de desenvolvimento; nem objetam que a globalização seja irreversível ou que integrar-se a ela seja algo basilar. Processos territoriais

homogeneizantes estão longe de existir (MATTEO, 2011). A globalização que se apresenta enfraquece a soberania dos Estados-nações e dos entes subnacionais, ao tempo que fortalece a especialização regional e cria uma dependência própria da divisão internacional da produção e do trabalho. As estratégias e escolhas políticas perdem muito da autonomia necessária para implantação e implementação de projetos locais, regionais e nacionais de desenvolvimento (CONTI, 2005), caracterizados por valores inerentes às sociedades nos quais serão implementados.

A cultura não é fenômeno superestrutural, exógeno ao indivíduo, ulterior e determinado por relações de produção. As ordens e desígnios culturais diferem porque seres humanos sobrevivem de maneiras peculiares, de acordo com construções de gêneros, de classes sociais e dos vários grupos aos quais um mesmo indivíduo está inserido. Mesmo o capitalismo não escapa a esta constituição cultural, pois toda produção, agenciada pela forma-mercadoria e pelo valor de troca, tem valores de usos cuja compreensão depende de sistema signitivo-cultural com propriedades concretas (SAHLINS apud CASTRO, 2016). Antropólogos sugerem investigar a economia conforme os contextos e valores locais (POLANYI apud HERZFELD, 2014). Fato que alguns teóricos ou desconsideraram, ou tomaram para si de modo exagerado, ou apartado de outras escalas.

A 'endogenia exagerada' das localidades — o local pode tudo — crê na aptidão das aspirações e ações dos atores comunitários, empreendedores e solidários, controlando seus destinos e promovendo uma governança virtuosa. Classes sociais, oligopólios, hegemonia, etc. seriam componentes, forças e características de tempo superável. Autores localistas esquecem que o território está localizado em uma região, país, planeta, e sofre influências / interferências de forças atuantes nas diferentes escalas (BRANDÃO, 2007).

O global deveria ser compreendido em termos relacionais, composto por características dos sistemas que se interligam, mantendo configurações específicas. O local é uma totalidade complexa, com uma apenas relativa autonomia conferindo identidade própria, distinguindo-o de outrem (CONTI, 2005). "[...] no âmbito local, muitas ações importantes podem ser articuladas e promovidas. Mas a escala local encontra uma série de limites que devem ser levados em conta nas políticas de desenvolvimento". Aquelas com resultados

mais favoráveis são as que reforçaram ações microrregionais e mesorregionais, conforme os problemas concretos a serem enfrentados (BRANDÃO; COSTA; ALVES, 2006, p. 196).

Nas várias teorias citadas, o papel das aglomerações e das proximidades são ressaltados de modo a analisar de que maneira os complexos produtivos territorializados conseguem desabrochar densidade social cooperativa. Ainda que tenham méritos, abandonam perspectivas críticas da sociedade, exageram na suposta harmonia de interesses e apelam apenas para um dos lados das seguintes dicotomias: comunidade-sociedade; atores, agentes, talentos-classes sociais; capital social, humano e sinérgico (frações do capital)-trabalho; propriedade dos meios de produção-agenciamento de habilidades e capacidade de federar a produção; relações mercantis-relações de reciprocidade; mundo do trabalho-recursos humanos e sua empregabilidade. Estado-mercado, ação pública-iniciativa privada e parcerias público-privadas; coerção da concorrência-cooperação; fatores exógenos e macroeconômicos-fatores endógenos e microeconômicos do ambiente; oligopólios-micro e pequenas empresas em redes. Estruturas produtivas-economias terciárias, de serviços, pós-industrial, pós-fordista e de acumulação flexível; poder, hegemonia-atmosfera. Bloco histórico-espírito empreendedor, divergência, assimetrias-convergências, simetrias, equidade-eficiência, justiça ambiental-sustentabilidade, pouca capacidade de regulação local-governança local e ética-estética.

A impossibilidade de uma teoria geral do desenvolvimento regional e urbano deriva de outra, em estabelecer leis de validade universal no que respeita ao processo de desenvolvimento. As leis de movimento e reprodução só podem ser apreendidas em sua realidade histórico-concreta. Trata-se de estruturas, dinâmicas, relações e processos historicamente determinados. É preciso pensar as regiões e os urbanos como loci de reprodução sociais específicos, investigar a produção de espaços concretos formados pela ação social de sujeitos reais, captando suas determinações históricas particulares (BRANDÃO, 2007).

A literatura sobre desenvolvimento, exemplifica o papel dos mitos nas ciências sociais: a pretensão dos standards de consumo de uma minoria, residente nos países altamente industrializados ser acessível às grandes massas em rápida expansão, nos países em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos. Essa ideia constitui prolongamento do mito do progresso, dentro do qual se criou a atual

sociedade industrial. Com as percepções obscurecidas por tal ideia, estudiosos dedicaram sua imaginação à concepção de complexos esquemas acumulativos de capital fora de quaisquer contextos sociais. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências culturais e ambientais de um crescimento exponencial do capital (FURTADO, 1974).

O modo de produção industrial, consumista, esbanjador, poluidor transformou a economia na principal linha de articulação e construção das sociedades, transformando tudo e todos em mercadorias. A política foi subjugada aos interesses econômicos, a ética foi exilada (SOUZA, 2013). É preciso garantir um desenvolvimento sustentável nos termos próprios a cada grupamento humano em questão, e não pelas exigências e especificidades impostas (SOUZA, 2014).

> O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência (FURTADO, 1974, p. 75).

Embora desenvolvimento tenha se tornado conceito plural, algumas questões ainda têm estatuto secundário, ao invés de objetivo prioritário. Aparecem enquanto políticas sociais, desarticuladas das de desenvolvimento.

Por exemplo, no contexto da Primeira Guerra Mundial, com a escassez de alimentos básicos, o abastecimento alimentar foi encarado como problema de segurança nacional (COUTO, 2007). “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO, 1996, p. 40 apud ORTEGA et al., 2007, p. 177, grifo nosso). A fome é a manifestação mais crítica da falta de rendimentos, mas não pode ser confundida com pobreza, desnutrição, má nutrição e nem com segurança alimentar (Id., 2007).

Privilegiar o acesso à alimentação de qualidade como objetivo permanente das políticas sociais e de desenvolvimento é justificado pelo fato de esse ser

um direito social, tal qual educação, saúde, trabalho, assistência. Precisa ser coordenado, simultaneamente, por vários órgãos estatais. Enquanto política exclusivamente social, há quatro modelos identificáveis, atualmente: o de renda básica de cidadania, que transferiria fluxo de unidades monetárias a todos os residentes no país, independente da condição social, apartando-se de outras políticas voltadas para o aumento do emprego, renda e bens públicos; a política social restrita à transferência de renda focalizada, mas reduzindo recursos de programas de seguridade social, políticas de renda mínima focalizadas para combater a pobreza, desde que associadas aos investimentos em acesso aos bens públicos e ações geradoras de emprego e rendimentos, e de um sistema integrado de seguridade e proteção voltados para direitos como alimentação, educação, saúde, trabalho e assistência aos grupos vulneráveis (ORTEGA et al., 2007).

O enfoque nas liberdades humanas instrumentais contrasta com visões mais limitadas, pois o crescimento do produto e das rendas são importantes como meios para expandir liberdades, as quais dependem de outros determinantes socioeconômicos e civis. Desenvolvimento requer remoção de fontes privadoras de liberdades, tais como pobreza, tirania, carência de oportunidades, destituição social sistemática, negligência de serviços públicos, intolerâncias, interferências estatais repressivas. “As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 2010, p. 25). Tal perspectiva defendida por Amartya Sen não é a mesma do liberalismo econômico.

A felicidade é uma situação de bem-estar ou prosperidade geral da humanidade. Segundo padrões contemporâneos, é estado prolongado ou duradouro em que o indivíduo se sente bem ou satisfeito. Outras palavras / estados psicológicos / emoções estão-lhe relacionadas, tais como alegria, prazer, satisfação, amor, contentamento, riqueza, alívio financeiro (PEREIRA, 2007 apud GONÇALVES, 2014). O Butão é um reino cuja maior parte dos habitantes (e o próprio Estado) seguem o Budismo Vajrayana. Fundamentando-se em racionalidade distinta da econômica-instrumental, o bem-estar espiritual e a paz interior são prioritárias para seus habitantes, embora o país ainda puna relações homoafetivas, uma grave violação aos direitos humanos e às liberdades individuais (do ponto de vista cultural ocidental), tão fundamentais para a própria felicidade.

Através de técnicas, deliberação pública e amplas discussões com participação

popular, foi criado o índice Felicidade Interna Bruta (FIB), cujo princípio advém do desenvolvimento espiritual e do material, simultaneamente (LOUETTI, 2007 apud GONÇALVES, 2014). Os indicadores do FIB se sustentam nos pilares econômico, cultural, ambiental e da boa governança, e possuem nove dimensões: bem-estar psicológico (satisfação e otimismo em relação à própria vida, emoções positivas e negativas, autoestima, estresse, atividades espirituais); saúde (auto avaliação do próprio estado — padrões comportamentais, estado nutricional, higiene — e do sistema de saúde — satisfação, período de espera, custo, etc.); uso do tempo para lazer, família e trabalho, pertencimento comunitário, educação, diversidades e resiliências cultural e ecológica; governança; padrão de vida (níveis de renda individual e familiar, segurança financeira, dívidas, qualidade das habitações) (Id., 2014).

> A construção de um índice deve dar peso igual para aspectos funcionais da sociedade humana, como a percepção das pessoas sobre sua própria segurança, que pode ser tão importante quanto às estatísticas sobre a criminalidade e a violência de uma região. [...] A interação da auto percepção, juntamente com estatísticas [...] proporcionam uma imagem mais precisa do bem-estar social. (SILVA, 2011, p. 44 *apud* GONÇALVES, 2014, p. 65).

Nestas últimas linhas, expresso meu desejo de que olhemos com mais criticismo as teorias sobre desenvolvimento para construirmos interpretações que atendam aos nossos anseios, as nossas necessidades, cultura, meio ambiente e com respeito as distintas formas de vida. Que aprendamos a filtrar aquilo bom do ruim, a usar criatividade na hora de formular políticas e planos. Ao invés de meras cópias de realidades alheias, tenhamos originalidade e autonomia na tecedura do nosso próprio desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. A.; COSTA, E. J. M. da; ALVES, M. A. da S. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento. Os novos arranjos institucionais. *In*: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRITO, P. **Economia brasileira**. Planos econômicos e políticas econômicas básicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTRO, C. **Textos básicos de antropologia**: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. 1ª ed., 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

CONTI, S. Espaço global versus espaço local. Perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COUTO, E. P. Segurança alimentar e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. *In*: ORTEGA, A. C. (org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Introdução. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil. Uma breve reflexão. *In*: ____;____ (org.) **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ESTEBA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GONÇALVES, J. S. **Refletindo o decrescimento por meio da Felicidade Interna Bruta (FIB) em Juazeiro do Norte**. Juazeiro do Norte, CE, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Ceará, 2014.

HERZFELD, M. **Antropologia**: prática teórica na cultura e na sociedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LATOUCHE, S. Padrão de vida. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MATTEO, M. Teorias de desenvolvimento territorial. *In*: CRUZ, B. de O. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana**: Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

MORAES, O. J. de. **Economia ambiental**. Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Centauro, 2009.

ORTEGA, A. C.; VIANA, C. E. de F.; COUTO, E. P.; ALMEIDA FILHO, N.; BELIK, W. Segurança alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América Latina. *In*: ORTEGA, A. C. (org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

ROTTA, E. **Sociologia brasileira**. Coleção educação à distância. Série livro-texto. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

TONETO JÚNIOR, R.; GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia brasileira contemporânea**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** 12ª edição. São Paulo: Editora Best Seller, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. Revisada. São Paulo:

Atlas, 2007.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, R. O. de. Desenvolvimento urbano sustentável? Reflexões a partir do paradigma pós-positivista. *In:* III COLÓQUIO DE SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO. P**erspectivas e estratégias de desenvolvimento**. Universidade Regional do Cariri, Crato, CE. 2013.

SOUZA, R. O. de. **Por outros modos de perceber a pobreza**: Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato-Ceará. Juazeiro do Norte, CE: 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri, 2014.

SOUZA, R. O. de. Sustentabilidade: sobre o que estamos falando? *In*: **Revista Terceiro Incluído**. v.11. pp. 51-69. 2021. Disponível em: http://revistas.ufg.br/teri/article/view/69755.

VIEIRA, E.F.; VIEIRA, M. M. F. **Espaços econômicos, geoestratégia, poder e gestão do território**. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 2003.

Provocações, lacunas e certezas temporárias

Polliana de Luna Nunes Barreto

Quando surgiram os primeiros desejos de comunicar de forma condensada o que nós, pesquisadores do Laurbs, estávamos produzindo uma miscelânea de temas e problemas se apresentaram. Do campo macrogeográfico ao territorial e comunitário tudo nos parecia necessário trazer ao leitor, como uma provocação ao debate imprescindível acerca da construção de um espaço plural de existência. Diante disso, apenas nos propusemos a comunicar saberes que possam contribuir para a emancipação, sem rígida preocupação temática nos interessou apenas provocar o conhecer. Tomando o conhecimento como ponto de partida, deixo um pouco mais do LAURBS neste texto final.

O conhecimento tido como verdade absoluta foi responsável por tragédias no século passado. Na medida em que o saber toma o espaço do real, sem ser bombardeado permanentemente por críticas e principalmente autocríticas, a humanidade vive o perigo de que, em nome da Ciência, atrocidades sejam cometidas. Nesse sentido, a educação precisa promover o conhecimento do conhecimento, ou seja, dedicar-se a compreender que existem condições bioantropológicas, socioculturais e noológicas que interferem na produção do conhecimento científico, no caminho pela busca da verdade é necessário fazer as interrogações sobre o mundo, o homem e o próprio conhecimento.

Aproximando-nos de uma reflexão feita por Edgar Morin (2003), importa reconhecer que as realidades e os problemas são cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. É preciso ter em mente o todo e não apenas as partes. Na medida em que o conhecimento se tornou hiperespecializado[1] a noção do todo foi se perdendo; cada disciplina

[1] Aqui entendido pelo autor como um conhecimento que se fecha em si mesmo, sem permitir sua integração com o global.

fechada em sua caixinha não consegue dialogar com os outros ramos do saber em busca de solução para problemas comuns. Essa antinomia leva ao enfraquecimento das responsabilidades, pois cada qual se sente responsável apenas por aquela parcela de teorias a serem firmadas e como consequência se enfraquece também a solidariedade, já que não há o sentimento de vinculação. Dessa forma, a educação do futuro deve levar em consideração o global, o contexto, o multidimensional e o complexo, a fim de que seja gerado um conhecimento pertinente, não abandonando a especialização, mas conjugando as partes em busca do todo.

A complexidade humana é uma realidade que não pode ser esquecida; o homem é um ser biológico, físico, social, psicológico, espiritual, mas comumente é encarado por uma ou por outra faceta e raramente, em conjunto. Enquanto alguns grupos estão num circuito planetário de conforto com acesso a todas as benesses que a globalização pode oferecer, existem grupos que estão num circuito planetário de miséria. Enquanto o homem não se sentir parte do todo, não se solidarizará com seu semelhante.

A incerteza aponta-nos o dedo a cada momento. Acreditávamos caminhar rumo ao progresso. Essa era uma forte crença do século XIX, o surgimento das máquinas, a divisão do trabalho, o crescimento das metrópoles, a mobilidade social, o estado de bem-estar social, tudo isso levava a crer que o futuro seria de vitórias. O século XXI chamou a atenção para as mudanças climáticas, o aquecimento global e a extinção de espécies. Buscar respostas para o destino humano é comum, empírica ou cientificamente; o desejo de liquidar a incerteza parece comum ao humano. Todavia a história já demonstrou que não é linear. Até aqui não foi possível definir certezas, nesse caso deve-se aprender a enfrentar as incertezas, através de estratégias.

O problema da compreensão se tornou crucial para os humanos, vive-se num mundo cortado por redes de informação, avanços tecnológicos que permitem um fluxo de informação jamais visto; o planeta é atravessado pela internet, fax, telefones, etc. Entretanto a incompreensão é uma realidade latente. O egocentrismo, o sociocentrismo e o etnocentrismo são os focos da incompreensão nas sociedades. Compreender não é tarefa fácil, diz Morin (2003), é preciso compreender a incompreensão. A ética da compreensão pede que se argumente, se refute em vez de condenar. Ensinar a compreender passa

pelo entendimento das causas do incompreender, essa é uma discussão a ser enfrentada pela educação.

A antropo-ética ou a ética do gênero humano a ser desenvolvida pela educação, compreende a esperança na completude da humanidade. Ela é, como toda ética, segundo o autor uma aposta no incerto, é aspiração e vontade. Tal ética passa pela compreensão do homem indivíduo/sociedade/espécie, pois qualquer entendimento do gênero humano está associado ao pensar o homem pleno a partir do desenvolvimento de suas autonomias individuais, comunitárias e enquanto espécie. É desse entendimento que emerge a consciência, o espírito propriamente humano.

Longe de ser mero expectador em muitos espaços educativos, o indivíduo é chamado a opinar e a construir novos conceitos, inegável é que discussões sobre a qualidade da educação e ações neste sentido são urgentes, todavia, há que se reconhecer que a ideia de educação como solução para os problemas da sociedade é ao menos discutível. Esperamos que esses textos reunidos tenham trazido a você, leitora e leitor, muitas provocações sobre o território com tudo que ele possui e representa, inclusive suas incertezas e certezas temporárias.

Laurbs

LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

ISBN: 978-65-88329-39-9

BRL

9 786588 329399